

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

COORDENIZAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO

MARIA DAS DORES DAROS DE AMORIM

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Florianópolis, março de 1984.

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CONCRETIZAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO

MARIA DAS DORES DAROS DE AMORIM

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos professores.

Neide Almeida Fiori

Prof^a Neide Almeida Fiori, L.D. Dr.
ORIENTADORA

Lise Scherer-Warren

Prof^a lise Scherer Warren, Dr.

oéni de Medeiros Régis

Prof. oéni de Medeiros Régis, L.D. Dr.

AGRADECIMENTOS

Várias pessoas contribuíram para a elaboração deste trabalho., A estas, desejo agradecer.

A Neide Almeida Fiori pelo incentivo constante e pela orientação segura e inteligente.

Aos professores e colegas do Curso de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, cujo convívio muito auxiliou a elaboração deste estudo.

A Maria Marta Furlanetto, que revisou este documento, com freqüência contribuindo com valiosas sugestões.

A Hilton Amaral, responsável pela Coordenadoria de Ensino Superior da Secretaria da Educação; a Gilberto Michel, Diretor da Faculdade de Educação da Universidade para o Desenvol[^]vimento do Estado de Santa Catarina - UDESC; a Rogério Braz da Silva, Secretário Executivo da Associação Catarinense das Fun[^]dações Educacionais - ACAFE; a Lauro Ribas Zimmer, Reitor da UDESC e Presidente da ACAFE, pelo apoio institucional dado à realiza[^]ção deste estudo.

A Eni Besen, pela sua orientação quanto às normas de citação bibliográfica; a Maria Helena Junckes Pitz, que datilo[^]grafou os originais; a Egon Luís Schaden, pelo excelente trabalho de datilografia final.

Finalmente, a Aluizio Batista de Amorim, meu marido, e a Juliano e Mariana, meus filhos, por terem sabido conviver com os dramas menores da feitura deste trabalho.

R E S U M O

O presente trabalho é um estudo do Plano Estadual de Educação 1969/1980, de Santa Catarina - não de sua estrutura formal enquanto Plano, mas do caminho percorrido para a sua constituição, quando buscou-se estabelecer os vínculos existentes entre o Plano e as decisões políticas daquele período.

A análise partiu da perspectiva teórica que entende o planejamento como uma forma de controle social, que, ao fixar objetivos e estabelecer meios para alcançá-los, limita as ações de vários grupos sociais.

Em decorrência desta perspectiva teórica, o planejamento foi sempre visto, neste trabalho, como útil aos centros de controle social; entre estes, o Estado destaca-se como a esfera máxima.

Por ser, o Plano Estadual de Educação, um plano governamental, sua análise foi feita levando-se em conta a estrutura de poder presente no aparelho de Estado, em Santa Catarina, naquele período (1966/1970) , ainda porque *"o planejamento sempre começa e termina no âmbito das relações de poder"*.

Antes de estudar a constituição do Plano Estadual de Educação, foi necessário traçar a conjuntura político-econômica de Santa Catarina e do Brasil, pelas relações existentes entre elas, e também como forma de verificar a importância atribuída ao planejamento naquele período (década de 60), e, em especial, ao planejamento educacional, pelo aparelho de Estado.

Para a análise do planejamento setorial, no caso o educacional, necessário se fez verificar a tarefa atribuída à

educação pelo poder político.

A ordem dos capítulos seguiu as preocupações delineadas. No capítulo I, trata-se da metodologia utilizada para o empreendimento deste trabalho, bem como dos marcos teóricos utilizados.

Nos capítulos II, III e IV, objetiva-se demarcar a conjuntura econômica e política do Brasil e de Santa Catarina, no período estudado, e estabelecer a articulação desta conjuntura com a problemática do planejamento.

No capítulo V, responde-se a uma das questões fundamentais deste estudo — o papel atribuído à educação — demonstrando-se ainda as teorias que embasaram as funções referentes ao setor educacional.

Nos capítulos VI e VII, cuida-se de descrever e analisar a emergência do planejamento da educação *em* Santa Catarina, respondendo-se a outra indagação relevante, qual seja a de verificar a importância atribuída pelo aparelho de Estado ao planejamento, e, em especial, ao educacional. Trata-se, ainda, nestes capítulos, de verificar e analisar a influência das "*político dz ajuda*", mantidas por entidades estrangeiras, para a instituição do planejamento educacional.

No capítulo VIII faz-se uma descrição e uma análise dos mecanismos organizacionais montados na estrutura burocrática do governo estadual para a sistematização do planejamento educacional.

Cuidou-se, ainda, de verificar a contribuição das "*políticas dz ajuda*" estrangeiras para esta sistematização.

Nas conclusões, ao responder às indagações principais deste estudo, procura-se evidenciar, principalmente, a importância da emergência do planejamento educacional dentro da perspectiva de planejamento global assumida pelo governo do Estado de Santa Catarina na década de 60.

ABSTRACT

The present work deals with the Santa Catarina State Education Plan of 1969-1980. It is not a study of the formal structure of the Plan, but rather of the main steps in its formation.

The analysis adopts a theoretical perspective that sees planning as a form of social control, which, by establishing objectives and ways of achieving them, limits the actions of various social groups.

As a result of this theoretical perspective, planning was seen as always useful to the centers of social control — especially to the state as the highest level of this control.

As a State Education Plan (a government plan), this analysis was carried out while taking into account the present power structure of the Santa Catarina state apparatus in the period from 1966 to 1970. This, because *"planning always begins and ends in the maintenance of power relationships."*

Before studying the establishment of the State Education Plan, it was necessary to outline the political and economic structures of Santa Catarina and of Brazil in order to check the relationships between them and to verify the importance attributed by the state apparatus to planning (especially educational planning) in the sixties.

For the analysis of sectorial planning in the case of education it was necessary to verify the aims attributed to education by the political powers.

Chapter order follows these concerns. Chapter one deals with the methodology and theoretical perspectives used in undertaking this work.

Chapter two, three and four aim to demarcate the economic and political circumstances of Brazil and Santa Catarina during the period studied, and to clarify the articulation of these circumstances with the problem of planning.

In chapter five I address one of the fundamental questions of this study – the role attributed to education. I examine the theories that supported the attribution of different functions to the educational sector.

Chapters six and seven describe and analyze the emergence of educational planning in Santa Catarina, and address the related question of the importance attributed by the state apparatus to planning and especially to educational planning. These chapters also examine the influence of *"helping policies"* maintained by foreign entities for the introduction of educational planning.

Chapter eight describes and analyzes the organizational mechanisms constructed by the state government bureaucracies to systematize educational planning. It also takes care to examine the contribution of foreign *"helping policies"* in this systematization.

In addressing the main questions of this study, the conclusion attempts primarily to provide evidence for the importance of the emergence of educational planning within the global planning perspective adopted by the Santa Catarina state government in the sixties.

S U M A R I O

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT.....	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO.....	3
. A Pesquisa	3
. Quadro de Referência	6
CAPÍTULO II - CONJUNTURA POLÍTICO-ECONÔMICA E PLANEJA- MENTO	15
. O Planejamento e o Estado Brasileiro após 1964	15
. Santa Catarina e o Planejamento Gover- namental	21
CAPÍTULO III - SANTA CATARINA - DECADA DE 60	25
. Aspectos econômicos e políticos	25
CAPÍTULO IV - A SISTEMATIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO EM SAN- TA CATARINA	35
. Primórdios	35
. Planejamento para o desenvolvimento ..	38
CAPÍTULO V - EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	49
. Considerações sobre o Tema	49
. As teorias que informam o binômio edu- cação e desenvolvimento	54
. Educação e crescimento da renda	55

- . Educação e Modernização 65
- . A Integração das Teorias na resposta às Orientações Políticas sobre Educação 74

CAPÍTULO VI - ADAPTAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL A POLÍ

TICA ECONÔMICA COM A AJUDA INTERNACIONAL 79

- . Antecedentes 79
- . A ajuda de peritos estrangeiros na elaboração do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina 85
- . O Conselho Estadual de Educação e o Plano Estadual de Educação 1969/1980 . 92

CAPÍTULO VII - PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO 97

- . O Modelo 97

CAPÍTULO VIII - PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO 112

- . Da fixação de objetivos ao controle das ações previstas 112

CONCLUSÕES 122

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA 127

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se na dissertação exigida para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, tendo como orientadora Neide Almeida Fiori.

Originou-se de uma antiga preocupação nossa de compreender o porquê de incrementar o planejamento, principalmente o planejamento educacional em Santa Catarina.

Esta preocupação foi decorrente, em grande parte, de nossa atividade profissional como técnica na Secretaria da Educação do Estado desde o ano de 1973, onde vivenciamos a sistematização do planejamento da educação e despertamos para a necessidade de procurar entender o fenômeno educacional, dentro da trama de relações que se estabelece entre os vários setores da sociedade capitalista.

Muito contribuiu, também, para o nosso interesse pelo tema, a pesquisa *"Ação ao Ensino Superior - Anúnciação da missão de IQ graa e. o ensino superior"*, elaborada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 1980. Coordenada por Neide Almeida Fiori, a elaboração dessa pesquisa, da qual tivemos oportunidade de participar, na equipe técnica, ajudou a elucidar muitos pontos ainda obscuros para nós sobre o problema do planejamento educacional.

O Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, que frequentamos, nos deu

os suportes teóricos necessários para o entendimento do fenômeno educacional dentro de uma totalidade social, sem os quais este trabalho não poderia se realizar.

Visou este trabalho, portanto, oferecer uma contribuição ao estudo do planejamento educacional catarinense. Pretendeu verificar qual o papel atribuído ao planejamento pelo aparelho de Estado, principalmente aquele atribuído ao planejamento educacional quando da elaboração do Plano Estadual de Educação 1969/1980. ,

O estudo procurou também desvendar como as orientações políticas sobre educação se concretizaram nos objetivos do Plano, buscando entender a função atribuída à educação pelo aparelho de Estado.

A análise do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina 1969/1980 foi feita traçando-se, em primeiro lugar, os contornos da conjuntura política do Estado, da qual este Plano foi resultado. Tentamos detectar a correlação de forças existente na estrutura de poder em Santa Catarina, verificando como os diversos grupos fizeram valer seus valores e como estes valores se evidenciaram nos planos governamentais e, em especial, no Plano Estadual de Educação.

Tentou-se, igualmente, correlacionar a situação político-econômica catarinense com a situação vivida no Brasil naquele momento histórico (década de 60), para que as funções atribuídas ao planejamento e, em especial, ao planejamento educacional se tornassem claras dentro do contexto não só da realidade catarinense, mas também da realidade brasileira.

CAPÍTULO I

Metodologia e Referencial Teórico

A Pesquisa

Para analisar o Plano Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina 1969/1980 empreendemos, em primeiro lugar, um esboço da conjuntura política do Brasil e de Santa Catarina nos momentos que antecederam a elaboração do Plano, bem como no momento particular de sua elaboração.

O traçado dos contornos da conjuntura política tornou inteligível o evento estudado, pois, sendo a conjuntura de um determinado momento um corte no fluxo dos eventos históricos, seu estudo ajudou a esclarecer a realidade social e histórica, e isto "aonòtitiM. um doò eZme,nto-6 maAJ, AjmponXjOiyvtu quando i>z vlòà com-
pmendeA a vida espiJUtuai de. ma epoca".^

Nosso estudo abrangeu basicamente os anos de 1961 a 1969, concentrando a análise no período 1966/1969 (governo Ivo Silveira).

Para o estudo do período escolhido procedemos, preliminarmente, a um levantamento global, utilizando, por um lado, os trabalhos acadêmicos que analisam o mesmo momento histórico, e, por outro lado, os documentos oficiais, jornais e outras publicações, organizando um arquivo geral da matéria.

A análise do Plano Estadual de Educação, como decorrência da sistematização do Planejamento a nível governamental, requereu a busca da visão do planejamento no aparelho de Estado: o papel do planejamento conforme ele se expressava nos documentos oficiais do governo do Estado de Santa Catarina.

Por outro lado, o Plano, encarado como a concretização das orientações políticas sobre educação, induziu à busca do entendimento dos fins da educação conforme era colocado pelo aparelho de Estado. Este entendimento foi buscado tanto nos discursos dos chefes do poder executivo, como nas publicações que versaram sobre educação elaboradas à época, especialmente pelos integrantes da Comissão Superior de Estudos e pelos componentes do Grupo de Trabalho² responsáveis pela elaboração do Plano.

Tecnicamente é necessário especificar o tipo de análise de conteúdo a que foram submetidos os documentos: discursos, mensagens, relatórios, leis, artigos, publicações e o próprio Plano. A análise tentou apreender todos os elementos do material, resumindo os fatos fundamentais dos documentos, conectando estes fatos com seus aspectos secundários, tentando deduzir a relação das idéias. Partiu-se da premissa de que tudo tem uma significação e de que cada detalhe só tem sentido em relação com todos os outros elementos disponíveis.³

² Pelo Decreto SE 25.07.68/7.023 o Governador Ivo Silveira constituiu a Comissão Superior de Estudos e o Grupo de Trabalho responsáveis pela elaboração do Plano Estadual de Educação 1969/1980.

³ MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, Michel. Critica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo, Poes, 1980. p. 203.

O procedimento inicial adotado foi o de ler e reler o material, pois as leituras repetidas progressivamente suscitam

"... *À.yvt2Apmtaç.ô<iò pelo relacionamento de eZemen
toò de dlvenÁoò ttpoò*" .⁴

A interpretação foi buscada quando, além da literalidade da frase, tentou-se obter "*oua tnxidação -interpretativa, tnccluã.n
do òeqliêncÁxu, de élgñiflcação malò ou menoò longa*". ^

Os documentos foram decompostos em unidades de significação, classificados em temas, pois as unidades analisadas não foram as palavras, mas sim seus significados. Por isso , reuniu-se no mesmo tema as palavras sinônimas ou de significados próximos.

A análise interpretativa implicou, ainda,

"... *não òepaAjon. cada elemento de 6eu i,Li>tma de
relaçõeò. Com efeÃjto. e a partir de&6e òlòtema
de relaq.õei> que -òerão tomadaò po-òòZvelò àò Inter
pretaçõeò*" .⁶

Isto é, cada documento foi considerado em sua totalidade, incluindo todos os elementos disponíveis.

Após o período de interpretação do material, foi possível elaborar um esquema provisório. A medida que progrediu a análise, os diferentes elementos integraram-se ao esquema.

^ Ibid., p. 204.

^ Ibid., p. 205.

^ Ibid., p. 207.

"O que, pã. e. cã. a banal, deã. J. vitivo, de f. fiacxx. slgnl
flc. aq. ão, pode. mostroã teã uma segunda significa-
ção mais importante. Sõ se pode descobri-la num
determinado momento da análise e a construção
progressiva do esquema que permite, por uma re-
leitura, fazer as significações aparecerem". 7

O esquema se transformou continuamente e o critério
para se considerar a análise concluída foi "a coerência interna do
modelo obtido, sendo dado que todos os elementos do CORPUS devem encon-
trar lugar no esquema". 8

Para a análise dos documentos que influenciaram as
posturas assumidas no Plano Estadual de Educação de Santa Cata-
rina 1969/1980 (objeto deste estudo), bem como na análise do
próprio Plano, procuramos nos apoiar no quadro de referência
descrito a seguir.

Quadro de Referência

O planejamento tem em Karl MANNHEIM um dos principais
teóricos. Considera este autor o planejamento como uma inter-
venção na realidade - uma forma de controle social. Diz ele
que, mesmo nas democracias, aumenta diariamente o número de
instituições e decretos que mostram a interferência do Estado
na vida dos cidadãos, acentuando assim um Estado planejado.

^ Ibid., p. 208.

© Ibid., p. 210.

Lembrando o perigo que oferecem as ditaduras, com seus excessos de regulamentação, MANNHEIM coloca que a história deve encontrar

"... ma combinação do contAo-íe ioclaZ que deten mine até onde aò LCbendadeò individuaió devem peA maneceA. -iem AeòtAÍção a fim de pn.ei>eJivafi tanto a libeAdade do indivíduo como a eficiência da comunidade". ^

MANNHEIM procurou, na Sociologia, mais que uma reflexão passiva sobre os fenômenos sociais. A Sociologia, para ele, devia ser um conhecimento ativo, devia dar respostas para os problemas sociais. Com estas preocupações sobre o aspecto ut[^]ilitário da ciência, em especial da Sociologia, MANNHEIM, após ter vivido o surgimento do nazismo na Alemanha, seu país de origem, emigrou para a Inglaterra. Sua ida para a Inglaterra, em 1933, representou mais que uma simples mudança de residência. Tanto Inglaterra como Estados Unidos viviam em uma tradi[^]ção democrática e tinham, na opinião de MANNHEIM, a chave da nova ordem social da planificação para a liberdade.

MANNHEIM encarava o planejamento como decorrência da racionalização do processo histórico, e via nesta racionaliza[^]ção uma das conseqUências da industrialização. Lembra, na entanto, que a industrialização implica a racionalidade funcional, ou seja, organização da atividade dos membros da sociedade em função de finalidades objetivas, o que supõe papéis defin[^]dos e objetivos traçados por quem dirige o processo de raciona[^]

⁹ MANNHEIM, Karl. O homem e a sociedade, estudos sobre a estrutura social moderna. Rio de Janeiro, Zahar, 1962. p. 18.

lização. Não promove a industrialização à racionalidade substancial (capacidade de agir com a inteligência numa determinada situação à base de julgamento independente).¹⁰

MANNHEIM defendia uma planificação democrática, cuja preocupação seria a de trabalhar com os aspectos substanciais da racionalidade. Estes aspectos orientariam a planificação a se preocupar com os "fins", que, além de serem racionalmente selecionados, teriam de ser socialmente desejáveis.

Segundo. MANNHEIM, para não caírem no caos das sociedades não planificadas, que não conseguem levar os indivíduos a agir conforme os ideais "psicológicos", as sociedades democráticas deverão definir os aspectos da vida social passíveis de controle.

O controle social aparece, então, como a manipulação de técnicas sociais (métodos ou procedimentos de influenciar o comportamento humano)

*"...cuja finalidade é assegurar o funcionamento da ordem social, fazendo com que uma influência adequada se exerça sobre o comportamento e a atitude do homem".*¹¹

Para este autor, a discussão do problema do controle social é abstrata quando não se relaciona com o funcionamento da sociedade como um todo. Outro aspecto a considerar é que o controle social pode ser exercido por um único ato de controle, de imposição direta de uma pessoa ou de uma instituição, ou por

¹⁰ MANNHEIM, Karl, op. cit., p. 68[^]

¹¹ Ibid., p. 279.

uma combinação de controles sociais. Por este motivo, MANNHEIM oferece uma tipologia múltipla de controles sociais: esta, segundo Luiz PEREIRA¹², que introduziu algumas alterações na terminologia original, pode ser assim simplificada:

- 1) controle conservador e controle inovador;
- 2) controle tradicional e controle racional;
- 3) controle especializado e controle difuso;
- 4) controle direto e controle indireto;
- 5) controle centralizado e controle descentralizado;
- 6) controle parcial ou segmentário e controle inclusivo pluridimensional.

Incorporando as tipologias de MANNHEIM, PEREIRA caracteriza típico-idealmente o planejamento como processo social¹³,

*"... forma inatópica de controle inovador, convencional, induzido, especializado e centralizado e inclusivo pluridimensional".*¹⁴

Para Luiz PEREIRA, conceber o planejamento como controle social não significa vê-lo necessariamente contribuindo para "o levantamento ou manutenção" qualquer estrutura social, como quase

¹² PEREIRA, Luiz. Ensaio de sociologia do desenvolvimento. São Paulo, Pinneira, 1976. p. 14-5.

¹³ Para PEREIRA, as categorias-chaves da Sociologia são as de estrutura social e processo social, sendo complementares as duas noções: a estrutura social apanha a configuração da práxis coletiva e o processo social a própria práxis como totalidade em ato. Ibid., p. 12.

¹⁴ PEREIRA, Luiz, op. cit., p. 15.

¹⁵ "Daí conceber-se quase exclusivamente o controle social como o conjunto de forças sustentadoras ou mantenedoras de qualquer estrutura social, como o definem tal como tantos outros autores, MacIver e Page em *Society: an Introductory Analysis*, Rinehart, Nova York, 1949". Cf. PEREIRA, Luiz, op. cit., p. 13.

sempre se concebe o controle social. Assim entendido, o controle social aparece como o oposto da mudança social, a qual se sempre caracterizado pelas suas funções conservadoras.

Diz este autor não aceitar as colocações anteriores e acompanha MANNHEIM quando fala em controles conservadores e controles inovadores (formas de mudança social).

Luiz PEREIRA lembra que, para a emergência do planejamento como processo social, *'Wn^puXação de, um complexo integhado de técYÚ,ccu> -òocicUs com incidência global pluÁÁdimenòionai''^^*, e a partir disto como categoria histórica do processo de controle social, são necessários três conjuntos de condições principais: a constituição e avanço das ciências sociais, as crises das sociedades capitalistas^^ e a ampliação das áreas e funções do Estado.

As condições ou requisitos necessários para a realização do planejamento implicam:

1) o desenvolvimento das técnicas sociais racionais, como condições instrumentais para a *"n.ealização controlada da Hiótō Ata"*;

2) a fixação dos objetivos (fins e valores, na terminologia weberiana), para cuja realização se conta com técnicas sociais;

16 PEREIRA, Luiz, op. cit., p. 17.

17 Sendo o planejamento inerente a fase pós-concorrencial do sistema sócio-econômico capitalista e a fase de constituição do sistema sócio-econômico socialista, é neste sistema (socialista) o planejamento também decorrente das crises das sociedades capitalistas, uma vez que a implantação do tipo socialista resultou das contradições de passagem da fase concorrencial para a fase pós-concorrencial do sistema capitalista; Cf. PEREIRA, Luiz, op. cit., p. 16.

3) o conhecimento dos centros de manipulação de técnicas sociais – focos de controle social que atuam na escolha dos objetivos.¹⁸

Portanto, discutir planejamento implica, basicamente:

a) discutir a fixação dos objetivos ou as decisões políticas; e

b) conhecer os centros de decisão ou de controle social – entre estes, a agência formal que controla os demais focos de controle: o Estado.

Resumindo, a problemática da planificação envolve discussão sobre concepções de Política e Estado.

Se entendermos planejamento somente como

"... a administração Nacional, loto z, o phacuò dz diòtÁbalção do& nzaiiuò z doò mzioò tzndo em vista oò objztivoé dadoò " ,¹⁹

estamos discutindo planejamento somente no campo da administração. Isto é insuficiente, pois a esfera da decisão política está ligada

"... ã z&ieÁXL não mclonóLczada da vida ooclat, ã tznJux dz ninguém do campo da luta zntnz oò gmpoò ooclaU, ond z a zona dz Inczntzza Invadz {^nzqlízn-

¹⁸ PEREIRA, Luiz, op. cit., p. 17-8.

¹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos Políticos do Planejamento. In: LAFER, Bety Mindlin. Planejamento no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1973. p. 162. (Coleção Debates)

*tmtntz a õjita dz dzciõzò tomadaò nacãonaJbnzntz
òzgundo cjUtZAlòs pAzviamzittz zòtabzizcUdos".*

Se planejamento é também política (imposição, interven-
ção de poder que se manifesta no momento de fixação dos objeti-
vos), o exercício da política implica, segundo Weber, uma von-
tade e uma ²¹ ética, portanto valores. A vontade dos grupos
sociais representa o elemento valorativo, representa a zona de
incerteza que é invadida pelo interesse e pela motivação. Por
isso,

*"... poA Intznmzdlo da dzi-inlq.ão doi, planos sz
aloaam 'valoA-Zi' e objztivos junto aom os 'AZCUA
sos' z sz fizdzflnm as fomos pelas quais zstsz
valoAzs z objztivos são pAopostos z dlòtAãbuI-
dos".²²*

Ao alocar objetivos e valores, o planejamento reorga-
niza ou mantém o poder de uns grupos sociais sobre outros, pois
ó planejamento não trata de criar

*"... uma situação social intziAamzntz nova, pzió
contAÕ/Uo, tjxxjija-sz dz AzfinoA z dOUgiA tzndzn
cias sociais já zxistzntzs IzlaboAando novas, quan
do nzczzsânlo)".²³*

20 Ibid., p. 162.

21 Ibid., p. 167,

22 Ibid., p. 170.

23 FORACHI, Marialice M. Sociologia do conhecimento e planejamento. In: FO
RACHI, Marialice M. org. Mannheim. Sao Paulo, Ática, 1982, p, 25.

O planejamento é sempre processo de desenvolvimento do tipo macroestrutural em que ocorre (capitalista ou socialista), pois a prática inovadora do planejamento não alcança a inovação máxima, que consiste em negar um tipo macroestrutural e substituí-lo por outro. Suas funções inovadoras, portanto, não colocam em risco o sistema de poder constituído, pois a inovação se configura tendo em vista a continuidade e não a negação, principalmente em se tratando de planejamento governamental.

Neste caso, , as "*mudançcu>*" planejadas serão sempre as que não colocam em risco o grupo ou os grupos sociais que domi[^]nam o aparelho de Estado.

É este o quadro teórico básico que procuramos utilizar para nossa análise do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina 1969/1980, derivando as seguintes indagações, norteadoras deste estudo:

1) A intensificação do planejamento governamental , após 1964, respondeu a que tarefas do Estado brasileiro ?

2) Qual o papel atribuído ao planejamento em geral e ao planejamento educacional em Santa Catarina, pelo aparelho de Estado ?

3) A elaboração do Plano Estadual de Educação 1969/1980, em Santa Catarina, foi decorrente da sistematização da planificação geral emanada do governo ?

4) Os objetivos alocados nos Planos, tanto nos Planos de Metas como no Plano Estadual de Educação, serviram para reorganizar e/ou manter a estrutura de poder então vigente em Santa Catarina?

5) De que orientações políticas sobre Educação derivaram os objetivos do Plano Estadual de Educação ?

CAPITULO II

Conjuntura político-econômica e planejamento

0 Planejamento e o Estado Brasileiro após 1964

O interesse desta pesquisa (Plano Estadual de Educação — Concretização das orientações políticas da Educação) se justifica em razão da importância assumida pelo planejamento governamental no Brasil, tanto na área econômica como na área social, após 1964, quando se interrompe a experiência democratizante vivida no país desde 1945.¹

O acréscimo substancial de decisões tomadas pelo setor público acompanhou a instalação de uma nova ordem institucional, quando o Estado² assume novas funções econômicas e políticas.

A economia passa a caracterizar-se pela expansão simultânea e diferenciada de três setores: o privado nacional, o privado estrangeiro e o público, exigindo interferência direta

¹ "Em 1964, por um golpe de Estado, se retiram do poder as autoridades constitucionais, interrompendo a experiência da república populista, instalando-se um regime autoritário militar". Cf. SROUR, Roberto Henry. A Política dos anos 70 no Brasil. São Paulo, Econômico Editorial, 1982. p, 35.

Para Fernando Henrique CARDOSO, as características do autoritarismo brasileiro implantado em 1964 são: "... centralização crescente em de^omedro do espírito federativo [. . .] ; preponderância do Executivo sobre os outros poderes (que, em certas circunstâncias, perdem substâncias e passam a cumprir funções quase ornamentais, mas de valioso simbolismo, como nas sucessões presidenciais); convivências entre a o^rdem jurídica (existe uma Constituição) e o arbítrio corporificado no AI-5; censura à imprensa; condicionamento da cultura; em suma, um reg^{ime} de liberdades prescritas, cujo exercício é restrito e de arbitrariedades que se rotinizam. "In: Autoritarismo e democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p. 188.

² Para Fernando Henrique CARDOSO, Estado deve ser entendido como a estrutura de poder resultante da "forma de articulação entre as classes e como matriz dos valores racionalizadores desta articulação". Op. cit., p. 194.

do Estado na economia, seja pela ampliação da área decisória do poder executivo sobre assuntos econômicos, seja pelo fortalecimento das empresas públicas.

O modelo de desenvolvimento adotado, posteriormente denominado *desenvolvimento associado*,³ exige que o Estado se instrumentalize para servir de agente político e econômico da realização do desenvolvimento. As novas funções políticas são representadas pelo aumento da capacidade de controle do Estado sobre a sociedade civil, liquidando ou controlando

"... <xó on.ganlzaçãoJ> de ciaòse (óindicatóó, pcuti] doo] e ob meloò de exp^esmo de opoòtção iCong^eó 60, ImpAenò) que podeAim sen. utiliÁ.zadoò peZoò 6eX.oh.ej> de cÃJzòbe deAAotado6 em 64 [incZuòtve a. paJite do empAesoAJjxdo e do6 cla66e6 médtó6 Liga do6 ao poputiómo)..."⁴

Para desempenhar suas funções de regulador da política econômica e social, o novo Estado brasileiro consolidado em 1964 intensifica sua ação planejadora.

O primeiro plano do governo Castelo Branco (1964/1967), chamado Programa de Ação Econômica do Governo (elaborado para o período 1964/1966), pode ser entendido como o primeiro ato de uma série de atitudes de planejamento do novo governo. Já em 1965 foram tomadas as primeiras medidas para a elaboração de um Plano Decenal; foram ainda adotadas medidas de articulação entre o processo de planejamento e o processo administrativo. Entre estas medidas, destaca-se a adoção de orçamentos

³ CARDOSO, Fernando Henrique, *op. cit.*, p. 47.

⁴ *Ibidem*, p. 179.

anuais. Vale ressaltar que tais medidas se beneficiaram de uma estrutura política excepcional, quando a hegemonia do poder Executivo sobre o poder Legislativo foi implantada pelos atos institucionais dos anos 1964/1966.[^]

Respaldo nos novos poderes do Executivo, o General-
Presidente Castelo Branco destacou, em um discurso proferido em 1965[^], as medidas que deveriam ser adotadas para a consolidação do planejamento:

" (J) a Inólttu(ú.onatização peJimamntz da maquina-
-la dz planzjamznto zm um MlnlstzAlo dz Vlanzja-
mznto; (2) a obtznção dz In^oAmaçõeA zòtatZòticaá
pA-Zclòáo, nzazMÓAlaò pana o planzjamznto; (3)
pfizpafiaqRo dz planos dztaihadoò nzgionaió z szto-
hlais; [4] a intzgnação dzstzò zm um plano dz dz-
òznvolvimznto a longo pnazo; z (5) inétituctonaii
zação zm canãtzn pznmanzntz das fioLaçózz ZYitAz o
planzjamznto z a zxzcução".[^]

O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG-1964/1966) não se diferenciava, em sua estrutura formal, do Plano Trienal anteriormente elaborado para o governo Goulart (1961/1964) e que foi, segundo Fernando Henrique CARDOSO, a primeira tentat[^] va de formulação de um plano global de desenvolvimento.^g

[^] LANNI, Octavio. Estado e planejamento no Brasil 1930/1970. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. p. 227,

[^] Discurso proferido no dia 11 de maio de 1965 na abertura do curso sobre programação econômica do Ministério do Planejamento. Cf. DALAND, Robert T. Estratégia e estilo do planejamento brasileiro. Rio de Janeiro, Lidador, 1967. p. 71.

[^] Idem, *ibid.*, p. 71.

^g Para a implantação do Plano Trienal foi criado o Ministério do Planejamento, conforme CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos políticos do planejamento. In: LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1973. p. 176.

O PAEG, no entanto, veio acompanhado da reorganização do sistema formal de poder, e, segundo CARDOSO⁹, representou o corte político diferenciado do planejamento no Brasil. O Governo, que o adotou, deixou de se preocupar com a participação popular no jogo político, e novos atores sociais (os militares) passaram a operar no sistema político. Para DALAND, depois de 1964, o papel do planejamento foi invertido. Se, antes, o planejamento fora um dos instrumentos políticos da administração, "agoACL a atividade potCtica do regime foi. voltada a sojivição do plano".¹⁰

Esta inversão do papel do planejamento deu-se principalmente em decorrência da participação de oficiais militares nos governos após 1964, quando as Forças Armadas passaram a participar das decisões políticas. E as Forças Armadas, como corporação, constituem uma burocracia de base técnica, requerendo planos para sua atuação.¹¹

A época, críticas surgidas ao PAEG em alguns círculos empresariais se dirigiam mais à política econômica adotada pelo governo do que à atividade de planejar.

"Eòta, em òi mesma poisou a òeÀ valofUzada e aaeita como paAte integnmte do pKoceòSo de modennização do paZò e como inòtAmento nec-èsãÀo poAa a consecução de uma das metas mais ca/ms ao esplKito miZitoÀ.: a integAjção teAJUtoAlai e a ocupação do espaço econômico como fundamento poAa a polZtica da seguAança nacional".¹²

⁹ Ibid, p. 180.

¹⁰ DALAND, Robert T. Op. cit., p. 191.

¹¹ CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos políticos do planejamento... p.182.

¹² Ibid., p. 182.

várias decisões a nível de governo central passaram a ser tomadas no sentido de garantir a coordenação entre as várias agências do governo que planejavam e executavam as ações. Nestas decisões transparecia a tendência ao fortalecimento da autoridade central em detrimento da autonomia dos Estados. Elas significavam, também, a mudança no processo de tomada de decisão, substituindo-se os critérios democrático - representativos por critérios autocráticos e tecnocráticos. As decisões são, então, tomadas no

*"... âmbito de um pequeno comité, cujo, eventual
consulta a outros funcionários, não é a avoada o
Lontelaó dai câpulai do apafielho e tuta
Tnxvta - e, poli, de um poder, concentrado e centra-
lizado..."*¹³

O processo de planejamento instaurado em 1964 teve razoável continuidade nos governos posteriores, principalmente porque se conseguiu agilizar a máquina administrativa do governo federal. Cresce, neste período, a preocupação com a racionalização administrativa, pois esta implicava a agilização do processo decisório. Neste sentido surgiu, em 1967, o decreto-lei federal 200, que dispõe sobre a organização da Administração Federal e estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa.

A racionalidade tecnocrática excluía totalmente as considerações políticas enquanto discussão aberta e responsabilidade pública referente a tomada de decisão pelo Estado. Em termos de relacionamento entre Estado e sociedade civil, esta

natureza tecnocrática da tomada de decisão era harmônica com a exclusão quase total da sociedade civil no processo de decisões políticas. De fato:

"Um regime autoritário. A União da Indústria do Estado 2. pela tentativa de confinamento da atividade da organização, não-ética. A criação de uma economia, a organização, a ciência".

Excluir a sociedade civil do processo político e incentivar a união de técnicos (burocratas) com oficiais das Forças Armadas se justificava "devido ao seu [dos técnicos e oficiais] duplo talento e à sua ideologia não-emocional, apolítica e apolítica".¹⁵ Este modo que a burocracia pública se agiganta, dando respaldo técnico ao Estado, que, além de ser altamente repressivo, intervém concretamente nas mais variadas esferas: regulamentação de políticas cambiais, fiscais, monetárias, educacionais, geração de fontes de poupança, controle das atividades sindicais e das demais organizações.

As ações intervencionistas do Estado (após 1964), em vários setores da vida brasileira, demonstram a tendência à planificação crescente como uma das formas de aumentar o poder de controle do Estado sobre as ações da sociedade civil.

¹⁴ SROUR, Robert Henry. Op. cit., p. 36.

¹⁵ DREIFUSS, Reni Armand. 1964 - A conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe. Petropolis, Vozes, 1981. p. 486.

Santa Catarina e o Planejamento Governamental

Além de representar o aumento de controle do Estado sobre as ações da sociedade civil, o incremento do planejamento surgido na década de 60, a nível de governo federal, influenciou as unidades federadas no sentido de também organizarem planos que orientassem suas ações governamentais. Em Santa Catarina, na tentativa de elaborar planos globais de desenvolvimento para o Governo Celso Ramos (1961/1965), instituiu-se o Plano de Metas do Governo (PLAMEG), ¹⁶ "destinado à execução, planejamento e coordenação de obras, serviços, programas, projetos e atividades de desenvolvimento econômico e social do Estado".¹⁷

Sistematiza-se, neste período, o planejamento a nível do governo estadual, criando-se órgãos com atividades especificamente voltadas para a coordenação, execução e financiamento do plano elaborado.

O governo Ivo Silveira (1966/1970), quando se instala, além de encontrar melhores condições para desenvolver suas atividades administrativas, já recebe elaborado e aprovado o II PLAMEG, que se destina "à promoção da economia e à melhoria das condições de desenvolvimento econômico e social do Estado".¹⁸

¹⁶ Anteriormente, em 1955, foi elaborado em Santa Catarina o Plano de Obras e Equipamentos - POE, com a finalidade de orientar o poder público no período 1956/1965. Mas, sua ação ficou restrita a 1956/1960, face à mudança de comando político havida em 1961. O POE, no entanto, não significava "mais do que um orçamento paralelo de investimentos submetido a tratamento especial, não se podendo titulá-lo como um plano global...". Cf. SCHMITZ, Sérgio. Planejamento governamental; uma avaliação empírica do Plano de Metas do Governo - PLAMEG 1961/1965. Florianópolis, UFSC, 1982. p. 4. Tese de mestrado.

¹⁷ SANTA CATARINA. Lei N. 2.772, de 21 de julho de 1961 (art. 19).

¹⁸ Lei N. 3.791, de 30 de dezembro de 1965 (art. 19).

O II Plano de Metas, elaborado para o período 1966/1970, tem como uma de suas metas a valorização dos recursos humanos, colocando o ensino como condição para esta valorização.

Para satisfazer esta meta é que é elaborado, para o período 1969/1980, o Plano Estadual de Educação, que oferece as normas pedagógicas e os procedimentos administrativos ao cumprimento do que dispõe o Sistema Estadual de Ensino. ¹⁹

O Plano Estadual de Educação (objeto de nossa análise) era considerado, quando de sua elaboração, um plano setorial, devendo compatibilizar-se com os demais planos setoriais, integrando-se no plano geral do Estado, isto é, no II Plano de Metas do Governo.

A época em que o Plano Estadual de Educação tomou corpo caracteriza-se não só pela elaboração de planos globais das atividades dos governos federal e estadual, como também pela constituição, a nível nacional, de comissões para estudar a reorganização do sistema educacional brasileiro.

Com essa finalidade foram assinados, pelo Ministério da Educação e Cultura, acordos com a Agency for International Development (AID) que ficaram conhecidos por "Acordos MEC-USAID", para assistência técnica e auxílio financeiro visando

19 Por sistema de ensino "se deve compreender tudo quanto diga respeito à ação do Estado no campo da educação, no uso de sua autonomia constitucional, sejam normas regulamentares, diretrizes gerais, corpos de doutrina ou a rede escolar sistematicamente organizada". Cf. PARECER N. 17 64, do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. ACTA, 2(4) 1966. Em Santa Catarina a lei N. 4.394, de 20 de novembro de 1969, dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino.

20 Os acordos MEC-USAID foram assinados e exercitados entre 1964 e 1968, alguns com vigência até 1971. Cf. ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da educação no Brasil 1930/1973. Petrópolis, Vozes, 1980. p. 209.

ã solução dos problemas educacionais brasileiros.

A assistência técnica estrangeira se fez presente em Santa Catarina à época da elaboração do Plano, principalmente quando da realização do IV CEOSE - Côloquio Estadual sobre a Organização do Sistema Estadual de Ensino -»patrocinado²¹ pelo Ministério da Educação e Cultura em convênio com a UNESCO (United Nations Educational Scientific and Cultural Organization) .

Este evento teve a participação dos professores Jacques Torfes e Michel Debrun (peritos da UNESCO), que, em documentos apresentados, enfatizaram a necessidade de traçar um plano educacional para o Estado, bem como a necessidade de adotar medidas administrativas que assegurassem a realização do mesmo.

Além destes documentos, as pesquisas destinadas a verificar as condições educacionais de Santa Catarina, executadas pelo Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais da Faculdade de Educação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), patrocinadas pelo Gabinete de Planejamento do Governo do Estado nos anos de 1966 a 1968, apontaram em seus relatórios a necessidade de elaborar um plano que orientasse as ações educacionais no Estado.

Acatando estas recomendações, o governador Ivo Silve[^]ra constituiu a Comissão Superior de Estudos e o Grupo de Trabalho (Decreto SE - 7.023/68) composto, unicamente, por conselheiros do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, para a elaboração do Plano Estadual de Educação 1969/1980. Este

plano, que teve sua elaboração acompanhada pela Secretaria da Educação, é o primeiro de uma série de planos da área educacional no Estado.²² Nosso interesse em estudá-lo prende-se principalmente a dois motivos. O primeiro deles é ter sido o documento que previu uma série de alterações pedagógicas no ensino catarinense. O outro motivo é que, junto com as medidas pedagógicas, foram previstas no Plano Estadual de Educação medidas administrativas que instrumentalizaram o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação, no controle mais eficiente das ações educativas empreendidas.

Por isso, nosso interesse em verificar os fins ou objetivos a que serviu este plano, que implantou a prática do planejamento educacional em Santa Catarina.

Antes, porém, se faz necessário traçar a conjuntura política e econômica catarinense na década de 60, período em que se elaborou o Plano Estadual de Educação 1969/1980.

²² Seguindo o Plano Estadual de Educação 1969/1980, foram ainda elaborados em Santa Catarina: Plano Setorial de Educação 1973/1976; II Plano Setorial de Educação 1977/1980; Plano Estadual de Educação 1980/1983.

CAPÍTULO III

SANTA CATARINA - Década de 60

Aspectos Econômicos e Políticos

O período compreendido entre 1930 e meados da década de 50 é considerado de transição na economia brasileira, que passa paulatinamente a urbano-industrial.

A região brasileira que lidera este processo é a Região Sudeste, onde se verifica forte concentração econômica, facilitada pela montagem do sistema rodoviário. O "eixo" São Paulo - Rio de Janeiro é, em 1958, responsável por 66,4% do valor da produção industrial brasileira. A Região Sudeste monopoliza a indústria e as demais regiões do país.

"... devem fornecer a maior produção ao centro, para obter o produto Industrial, com a condição de que a produção de tecidos que é a mais importante para a indústria, acentuando-se o processo iniciado na década de 30".

Santa Catarina se insere neste contexto, mandando , principalmente para São Paulo, grande parte de sua produção em alimentos, fornecendo também a matéria-prima para a indústria.

^ PEREIRA, Luiz. Ensaio de sociologia do desenvolvimento. São Paulo, Pioneira; MEC, 1975. p. 136.

^ CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA. Evolução histórico-econômica de Santa Catarina; estudo das alterações estruturais século XVIII - 1960. Florianópolis, CEAG, 1980. p. 124.

O então governador Jorge Lacerda queixava-se, em Mensagem de 1956 enviada à Assembléia Legislativa, de que a renda do Estado ia aumentar os investimentos em outras regiões do país. O governador apontava, como principal responsável por este problema, a falta de infra-estrutura rodoviária adequada a Santa Catarina e dizia que as estradas federais existentes reduziam o Estado a "meio coxndon dz intzfiz^ozò doò Eòtadoò vízi-nho6W^"

Em termos de setor econômico preponderante, em 1960, o setor agrícola participava na renda interna do Estado com 44% da renda total, o setor industrial participava com 19% e o setor terciário com 37%.⁴ Neste mesmo arto, a economia estadual apontou "zxczZzntz dzòzmpznhò do zztòA. agAlcola, zntão o mcUò zxpnozòlvo...".⁵ Na década de 60, o setor primário catarinense sofreu modificações estruturais, ditadas pela dependência ao "zixo" Rio - São Paulo, acompanhando a tendência a nível nacional. A agricultura se especializa (suinocultura, milho, madeira, carvão, fumo) e a mecanização agrícola é uma das mais expressivas do País.[^]

[^] Ibid., p. 124.

⁴ SILVA, Etienne Luis. O Desenvolvimento econômico periférico e a formação da rede urbana de Santa Catarina. Porto Alegre, UFRGS, 1978. p. 100. Tese de Mestrado.

[^] CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA. Análise da estrutura econômica de Santa Catarina; as transformações estruturais e o desempenho da economia a partir de 1960. Florianópolis, CEAG, 1980. v.2. p.29.

[^] A distribuição da propriedade agrícola no Estado, em 1960, apresentava por um lado, a fragmentação das propriedades, pois 30,80% das propriedades (minifúndios com menos de 10 ha.) detêm somente 3,90% da área total do Estado. Por outro lado, mostrava concentração da terra, pois apenas 0,29% do total das propriedades (451 estabelecimentos de 1.000 ha. ou mais) detêm 14,42% da área total do Estado. [^] Cf.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Educação e desenvolvimento em Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1960. p. 37.

[^] CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA. Evolução histórico-econômica. .. p. 125.

Por outro lado,

"... m ampZclò òa-Zclò do Eòtado, IncZa&Ávt no OzA
tz, m<u òobn.ztado no LctoAol, a pmetAação doò
pAodutoò indixòtAyiaJLizadoò z a fAagmzntação daò pz
quznoò pKopfvizdadzò, Azdazidaò a minifúndioò, dz
tzAmína 0 zmpobA.zcÂmznto da população K.üÁjat z òixa
fiignação paAxi a cldadz". 8

Segundo SILVA⁹, as duas tendências da agricultura, de um lado se especializando, e de outro determinando o enpobrecimento e a expulsão da população rural para a cidade, eram funcionais à dinâmica urbano-industrial, porque ao se especializar, forma um excedente de produção útila formação da indústria alimentar e ao e3q)ulsar a população rural, libera a mão-de-obra para a indústria.

A indústria catarinense que vai se manter, também em decorrência da dependência ao "cznXJw IndvLòVujxl do paZò" nos ramos tradicionais (em especial o têxtil e o alimentício), no fim da década de 60 vai se voltar, como resposta àquela dependência, à produção de peças e acessórios dizendo respeito aos ramos dinâmicos (em particular ao metal-mecânico). Ainda na década de 60 o setor secundário apresentou, em Santa Catarina, crescimento bastante elevado, acompanhando o seu congênere nacional. Atreladas ao complexo industrial de São Paulo, as indústrias dinâmicas catarinenses foram as principais responsáveis por este crescimento. Em Joinville, por exemplo,

"... com a ^implantação da induòtAla automobÁllòti
ca, no czntHjo do paZò, a Fundação Tupy S.A. fizdi
mznòionou Aap-idcmzntz a òua produção dz fzMo ma
Izâvzl, pzçao z conzxòzò, òzndo já zm 1970 im doò
gAandzò complzxoò induòtAÁaiò do paZò" 10

g

SILVA, Etienne Luis, op. cit., p. 101.

^ Ibid., p. 101.

^° Ibid., p. 121.

É neste contexto de transformações econômicas ditadas pelo "éx-xo" São Paulo-Rio que Celso Ramos é eleito governador do Estado, 1960, pelo Partido Social Democrático (P.S.D.) em coalizão com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Celso Ramos era na época, presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), tendo sido seu fundador em 1950 e seu presidente até 1962. Celso era ligado à indústria madeireira, e a madeira, nas décadas de 30 e 40, liderava a pauta de exportações do Estado.

Da família Ramos, de Lages, na região do planalto catarinense. Celso havia se candidatado em 1935 para a prefeitura daquele município, perdendo para seu primo Henrique Ramos Júnior, mudando-se, depois disto, para Florianópolis.

Em 1958, Celso concorrera pelo PSD ao Senado, com Irineu Bornhausen (UDN), perdendo para este. Em depoimento a Raul Caldas Filho, anos mais tarde. Celso afirmaria:

"... *ÁabZmoé que. seAXa cU^ZcÁZ ve.Yic.eji InInen. pccuL Seyiaddon. Mas logo de.poAJ> dúoo começxmoò a penòà/L na eJielqRo pcwa goveAnadon. E pcuia que a& eoAJ>ai> não eò^AAaiòem iol ideatizado o ■ienvLnãfUo sócio-Econômico, que òeJivÁÁÁM. de base poAa o meu plano de governo".* 11

O Seminário Sócio-Econômico inseriu-se numa estratégia da Confederação Nacional das Indústrias, que pretendia fazer levantamentos econômicos regionais; por isso, a Confederação apoiou o Seminário de Santa Catarina. Além disto, o evento foi uma estratégia para tornar conhecido o nome de Celso Ramos.

11 1960 - O PSD volta ao poder com Celso Ramos. O Estado, Florianópolis, 7 maio 1978. p. 5.

Vale ressaltar também que o PSD, partido de Celso e da família Ramos¹², estava, na época do Seminário (1959/1960), no poder a nível central com Juscelino, que havia sido eleito por uma coalização PSD - PTB, ambos criados por Vargas em 1945. Os Ramos eram ligados a Getúlio Vargas e tiveram participação ativa na Revolução de 1930, liderando-a na região de Lages. Consta¹³, no entanto, que Nereu, irmão de Celso, apoiou os paulistas no movimento de 1932, contra Getúlio. Este episódio, contudo, não parece ter impedido a confiança de Getúlio na família Ramos: o próprio Nereu foi nomeado interventor federal em Santa Catarina, em 1937, por Getúlio Vargas. A família Ramos era proprietária de grandes fazendas, e em Lages, até a década de 50,

"... predominava a grande propriedade rural, o latifúndio, que é convulsa na área (forma de exploração econômica, ou unidade de produção. A fazenda, geralmente de grande extensão, rodeavam a cidade, e no seu domínio o senhor rural — o oligarca, o mandonista, o coronel, o chefe político exercia poder absoluto sobre as manifestações e vontades dos agregados e peões [...] . Sua influência ultrapassava as taipas, porteiras e as Invernadas cristalizando-se nas vilas, distritos ou na cidade, dominando o mecanismo eleitoral e o administrativo".¹⁴

¹² Há casos na família Ramos quanto ao ingresso no PSD. Aristiliano Ramos, por exemplo, foi um dos fundadores da UDN em Lages, mas em 1958 concorreu a deputado federal pelo PSD e deu apoio na região à candidatura de Celso em 1960. Cf.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. Poder político e mudança social. Florianópolis, UFSC, 1977. p. 96 Tese de Mestrado.

¹³ LENZI, Carlos Alberto Silveira, op. cit., p. 99.

¹⁴ Ibid., p. 129,

O PSD era um partido que "foe apoiava na dominação local da cidade"; por isso, os Ramos dominavam o poder político de Lages desde o fim do século passado, estendendo seu poder político ao governo estadual, ocupando-o sucessivas vezes ou compondo alianças de interesse da família.

A indicação de Celso Ramos a governador, em 1960, foi decorrente de dois motivos principais. O primeiro deles parece ter sido o parentesco de Celso com Nereu Ramos (irmão), que, desde 1935, estava em evidência no cenário político catarinense e nacional. Nereu havia sido eleito, em 1935, governador do Estado pela Assembléia Constituinte formada em 1934. Com o advento do Estado Novo em 1937, Nereu passa de governador a interventor federal, ocupando este cargo até 1945. Este fato evidencia a ligação dos Ramos com Getúlio Vargas e explica ter sido Nereu um dos fundadores do PSD em Santa Catarina. Nereu foi também deputado federal, senador, Vice-Presidente da República – no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946/1951) – e Ministro da Justiça – no governo de Juscelino Kubitschek (1956/1960).

O outro motivo da indicação de Celso foi o acidente aviatório ocorrido em 16 de junho de 1958, quando morreram, além do então governador Jorge Lacerda, Nereu Ramos, então senador da república, e Leoberto Leal, deputado federal e provável candidato a governador em 1960, por sua ligação com o presidente Juscelino Kubitschek.

"No dia anterior à viagem, MeAZu Romo4 pfiuidAJia [m FloAianÔpoLÓ^ a convenção do PSV, Aeatizada no Cine Ritz, onde havia acenado a união doo di^ oidentej) pesòediotoÁ Leoberto Leai e Ooman Cunha, tendo em vista a Aetomada do govenno estadual.. „16

Celso Ramos se elege governador com o apoio do PTB (que indicou Doutel de Andrade para vice-governador), derrotando o udenista Irineu Bornhausen.

O clima de planejar o desenvolvimento econômico presente no governo Juscelino, que promovia a infra-estrutura para o avanço da industrialização brasileira, clima já presente no seminário sócio-econômico, invade o governo Celso Ramos. Celso, embora representante direto de um poder tradicional, ligado ao domínio da terra, instrumentaliza o aparelho de Estado para pensar o desenvolvimento industrial para Santa Catarina. Assim, um grupo de técnicos orientados por Alcides Abreu, que o acompanhava^^ desde 1951 na Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIEESC), ganha força e inicia-se uma cisão entre estes e os representantes da política tradicional, liderados por Renato Ramos da Silva (secretário sem pasta de Celso). Alcides Abreu, presidente do Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina, pretende se candidatar à sucessão: preterido, é indicado como candidato único à convenção Ivo Silveira, nesta época presidente da Assembléia Legislativa; parecia mais confiável ao PSD, então presidido por Aderbal Ramos da Silva¹⁸ (sobrinho de Celso),

¹⁶ LENZI, Carlos Alberto Silveira, op. cit., p. 76

¹⁷ Alcides Abreu implantou o Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Santa Catarina em 1954, sendo seu primeiro Diretor Regional, permanecendo neste cargo até 1972.

¹⁸ Aderbal Ramos da Silva foi governador do Estado de 1947 a 1951.

"um tipo de coação" ¹⁹ Ivo Silveira se elege em 1965, com o apoio do PTB, que indicou Francisco Dalligna para vice, derrotando Antonio Carlos Konder Reis, sobrinho de Irineu Bornhausen.

O governo de Ivo Silveira, embora apresentado como uma continuidade do governo de Celso Ramos, representou uma retomada mais firme dos velhos mandantes pessedistas. Esta retomada, no entanto, fora alcançada pelo golpe de Estado de 1964, e o governo Ivo Silveira, em seu primeiro ano de mandato (1966), em consequência das medidas adotadas pelo poder central, é surpreendido pela cassação de seu vice Francisco Dalligna e pela extinção dos partidos. Neste mesmo ano, sob o controle do Poder Executivo, foram criados os novos partidos políticos - ARENA e MDB -, indo os Ramos (PSD) juntarem-se aos Bornhausen (UDN) na ARENA. Desta união resultou a indicação de Jorge Konder Bornhausen, filho de Irineu Bornhausen para substituir o vice-governador cassado.

Este comportamento de apoio ao governo militar que se implantava foi uma regra nacional; a ARENA, partido do Governo, recebeu muita adesão, compondo-se o MDB (partido de oposição) de apenas alguns dissidentes. Isto se deve ao apoio que o golpe de 1964 obteve, quando "o buAguzotoò agnã/Ua, Indcu, - tAlal, comeAciaí e {tnanceÁAa aZiam-öz" . ²⁰

Em Santa Catarina, como nas demais regiões do Brasil, juntam-se os setores econômicos mais poderosos; o poder político

¹⁹ LENZI, Carlos Alberto Silveira, op. cit., p. 71.

²⁰ LANNI, Octavio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. p. 210.

"... é A. (ítatÁvam(int2. div-idida ent/iz oò pnÁ.n(ú.paJj>
gmpoÁ econÔmicoò que c.2. YvúuxJilzm o podoA ncu, vã-
AÁ.à Azgiôdi, do Estado, havendo alguma hegemonia
daò tAjudíéionoLò olÁ.gan.qulai, que pAoticamente
dividem o Govenno Estadual desde o inZcÁ-o do secu
lo, mas que, na veAdade, se sustentam compondo
os gAupos dominantes [...]

21.

A nível nacional, após 1964, o governo reorienta a sua política econômica, e o poder público, respaldado na estrutura política excepcional que deu hegemonia ao Poder Executivo sobre o Poder Legislativo, interfere em quase todos os setores do sistema econômico. Juntamente com as novas políticas econômicas, são traçadas as políticas educacionais, pois o Estado

"... se impôs a taAefa de oAganizoA a educação
com base em sua política de desenvolvimento".

22

Essa organização se consubstanciou na Reforma Universitária (1968) e na Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (1971).

Santa Catarina foi palco da implantação – em primeiro lugar no Brasil – da Reforma Universitária, com a adoção das primeiras medidas em 1970; quanto ao ensino de 1º e 2º graus, foi elaborado o Plano Estadual de Educação 1969/1980, que respondeu pela política dos dois primeiros graus de ensino. O pia

21

CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICOS E ADMINISTRATIVOS CATARINENSES. Por um Governo democrático e popular para Santa Catarina; uma proposta de trabalho para as eleições de 1982. Florianópolis, CEPAC, 1981. p. 62. mimeograf.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. Historia da Educação no Brasil: 1930/1973. Petrópolis, Vozes, 1980. p. 223.

22 - ~

nejam^{to} das açõ^{es} educacionais, no entanto, não aconteceu des^{de} vinculado de uma sistematização do planejamento no governo estadual. Antes, pode-se dizer que foi uma resposta a esta sistematização.

CAPÍTULO IV

A Sistematização do Planejamento em Santa Catarina

Primórdios

O enfoque do planejamento como controle social sugere a necessidade de desvendar o processo político que instalou ou sistematizou a planificação a nível de governo central e estadual. O entendimento deste processo político pode ser buscado na explicação das relações entre Estado e Economia no Brasil e na situação de Santa Catarina neste contexto. A política econômica governamental "expnãme. de. modo mcuò desenvolvido e complexo cu> A.e laq.ôei> eWxtxe Estado é Economia" e as diferentes políticas adotadas indicam as modificações do Estado enquanto estrutura de poder, mostrando também quanto o Estado amplia sua área de atuação e refina seus instrumentos de controle.

Já em 1944 se pensava "ptanejoÂ. o desenvolvimento econômico"², mas é o Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956/1960) que sistematiza, no Plano de Metas, a política econômica que realizou ampla e profunda transformação no sistema econômico do país, com vistas ao desenvolvimento industrial. No dizer de Octavio LANNI, o sucesso deste Plano deve-se a vários fatores; entre eles destaca:

"... o país já se encontrava razoavelmente preparado para pôr em prática uma política econômica

¹ LANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil 1930-1970. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. p.3

² LANNI, Octavio apud., SANTOS, Silvio Coelho dos. Educação e desenvolvimento em Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1968. p. 4b.

A. iilatcvame.nt& pZanlfZcada. O podeJi pãBLico havÁM. incoApoAado oò oJLmentoi, os&zndcxAJí da. téc.yLíca do. p&.an&j aimnto, con f o Ame. cia podia seA apliaada no BAa&ZL. A acumaição daò e.xpeAA.mcÁ.ai, anteJiloACò [inclusive, as inacabadas ou apenas esboçadas} e. a sedimentação do debate técnico e político sobre desenvolvimento, industrialização, economia nacional, planejamento, emancipação econômica etc ... haviam pAepoAado oò gAupos econômicos e poUticos dominantes paAa aceitaA e levaA adiante a polZtica econômica governamental" ³

A idéia de que o desenvolvimento econômico deveria ser planejado havia ganhado espaço na opinião pública brasileira, chegando também a Santa Catarina. Este espaço ganho na opinião pública foi resultado da elaboração e divulgação de uma ideologia, isto é, de um "coApo de AepAesentações e de noAmas atAovés do qual os sujeitos sociais e políticos se AepAesentaAão a si ^{mes} mos e a vida coletiva". ⁴ Estas ideias (representações sobre o homem, a nação, o poder, etc ...) pretendem explicar as relações sociais e políticas, considerando-as como a reali^ dade concreta do social e do político.

"Ha ideologia,o modo imediato do apoAecea (o fen^ meno social) é consideAado como o pkõpAio seA [a Aeatidade do social]".^

As explicações ideológicas das relações sociais e políticas que acompanharam a, sistematização do planejamento no

[^] IANNI, Octávio. Estado e planejamento... p. 146.

⁴ CHAUI, Marilena. Cultura e Democracia; o discurso competente e outras fa Ias. São Paulo, Moderna, 1981. p. 19.

[^] Ibid., p. 19.

governo federal e no governo de Santa Catarina foram elaboradas e divulgadas pelo aparelho de Estado (pela estrutura organizacional a serviço do poder político de Estado).

A ideologia que empolga o aparelho estatal nas sociedades capitalistas se define em função das relações entre as classes sociais. Estas relações são baseadas em interesses antagônicos, isto é, os interesses específicos de uma classe são exercidos em detrimento de outra ou de outras classes.⁶

Assim,

"... no âmbito do acesso ao poder político, o controle do aparelho estatal, tm como primeira etapa [a expansão econômica...] como característica de uma sociedade de classes, a forma daquela. A expansão e desta expansão são formas adequadas ao sistema vigente da divisão em classes. O estado, sendo um dos principais integrantes desse sistema, a ideologia que o molda está essencialmente impregnada das suas relações"⁷

A partir do pressuposto de que a ideologia que molda o Estado e é moldada por ele, esta impregnada das relações de classe, pretendemos fazer incursões no material analisado no sentido de ver como as formulações ideológicas se expressaram enquanto justificativas para a sistematização do planejamento no governo estadual.

⁶ "... toda classe social [...] é entendida na sua oposição estrutural a outra classe social, quer dizer, na sua contradição com outra ou outras classes sociais. Em consequência não há classes sociais sem enfrentamento de classes". Cf.

SROUR, Roberto Henry. A Política dos anos 70 no Brasil. São Paulo, Econômica Editorial, 1982. p. 23.

⁷ CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia e desenvolvimento no Brasil: JK-JO. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p. 74.

⁸ Ver Metodologia do trabalho às páginas 3/6.

Planejamento para o Desenvolvimento

A intenção de formular e difundir uma ideologia, a do desenvolvimento, é colocada explicitamente no documento básico do Seminário Sócio-Econômico realizado em Santa Catarina nos anos 1959-1960, patrocinado pela Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), organizado para o levantamento da situação econômica catarinense. Este evento teve apoio da Confederação Nacional da Indústria e continha a intenção de realizar

"... num só tempo o levantamento das condições do Estado e a tentativa de esboçar a formulação e a fusão da ideologia do desenvolvimento econômico e cultural que caracterize o processo brasileiro".

Declara ainda o documento básico do Seminário que o Presidente Juscelino já havia lançado em bases ideologicamente sólidas a arrancada econômico-cultural dos anos 60; o Seminário Sócio-Econômico seria

*"... a primeira fase de um processo mais longo e mais importante, qual seja o de transformações sucessivas por parte da população de sua participação consciente de levar até o fim o projeto de vida autônoma e de civilização ocidental do Brasil".*¹⁰

Assim, com o propósito de definir uma ideologia do desenvolvimento com a participação da população de Santa Catarina

⁹ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA. Seminário Sócio-Econômico; documento básico. Florianópolis, 1960. p. 2.

¹⁰ Ibid., p. 3.

na, o Seminário representou mais que um evento ■ôôdio-zconôtrú.co.Re
 presentou uma estratégia política, que se configurou posterior
 mente em proposta de governo, pois o então presidente da FIESC,
 Celso Ramos, concorreu, no ano da conclusão do seminário (1960),
 ao Governo estadual pelo Partido Social Democrático (P.S.D.)-,

O Partido Social Democrático e a União Democrática Na
 cional (U.D.N.) eram as duas maiores forças políticas de Santa
 Catarina. O P.S.D. havia perdido para a U.D.N. o governo esta
 dual nas eleições de 1950 e 1955, e por isso precisava se ar
 mar melhor para a disputa eleitoral.

Esta necessidade ficou mais evidenciada quando, em
 1958, para o preenchimento da vaga de Senador deixada pela mor
 te de Nereu Ramos, ocorrida em junho desse ano, foi novamente
 o P.S.D. derrotado pela U.D.N. O P.S.D. queria somar à sua
 prática de cabos eleitorais um chamamento novo às camadas mais
 intelectualizadas do Estado. Este chamamento se fez a partir
 da realização do Seminário Sócio-Econômico, que contou com a
 participação de professores universitários e técnicos da buro
 cracia pública.

Com a realização deste Seminário, os problemas esta
 duais foram levantados com a participação de representantes das
 Várias regiões. Assim, a problemática de cada área constou da
 proposta de governo do candidato Celso Ramos, bem como das pro
 postas de solução para os problemas ressaltados. No entanto ,
 não foram as inovações da campanha as únicas responsáveis pela
 vitória do P.S.D.:

"Na vvidadz, zòòàò cutútudes fonjorn iomadaò ã siste
 mática de. aonveyicimento de mcu,òòò, tfiadiciionciZmzn
 te usada, qual ioòòe. a poiltica de clientela [..]

Oò pe.que.noo pantldoò também foAjom envolvtidoò peta campanha polZttca e atnnZdoò, atAjavês de photoco^ loò devidamente fiAmadoò [onde òe apoiava cento candidato em txjoca de deteJiminadoò vantagens no futuno govenno) ..." ¹¹

Elegeu-se Celso Ramos e os problemas levantados pelo Seminário orientaram a elaboração do Plano de Metas do Governo (aprovado pela lei 2.772, de 21 de julho de 1961).

Dos pontos considerados mais diretamente responsáveis pela estagnação da economia, o Seminário destacou que Santa Catarina:

- não dispunha de energia suficiente para pejimi tin. a instalação de novas indústrias;
- possuía um sistema viõAlo obsoleto e dUspensivo;
- Aeclamava cnédito;
- canecia de mão de obna pnepanada para o tna baho;
- não contava com a adequada nede de senviços e de infna-estnutuna". ¹ ²

Tomando por base estes pontos, as metas básicas estabelecidas para o Governo Celso Ramos (1961-1965) no Plano de Metas do Governo Estadual (PLAMEG) foram: educação e saúde pública, na área social, e energia, transportes, política agrá-

¹¹ SANTOS, Silvio Coelho dos. Educação e desenvolvimento em Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1968. p. 48:9.

¹² SANTA CATARINA. Sumula de um programa de governo; documento oferecido aos estagiários da Escola Superior de Guerra. Florianópolis, 1969. p. 11.

ria, crédito, na área econômica. O governo estadual tomava a si a tarefa de promover a infra-estrutura para a industrialização traçando políticas de energia, transportes e crédito, incentivando também o desenvolvimento da agricultura.

Esta postura do Governo de garantir o desenvolvimento econômico era harmônica com a postura do presidente Juscelino, que assim entendia a relação entre Estado e iniciativa particular :

"A ação governamental, no campo, constituiu uma política capaz de atrair a iniciativa. Utóticamente, condições, as medidas adotadas pelo governo convergem para dois objetivos que se completam: realizar investimentos em obras de infra-estrutura e fomentar atividades e investimentos privados".

13

Para o desenvolvimento econômico deveria haver uma divisão de tarefas entre a iniciativa particular e a pública.

"O papel do Governo não é, nem deve ser, o de competir com a iniciativa privada, mas, ao contrário, dar-lhe apoio e estímulo, em caráter suplementar..."

O desenvolvimento econômico era colocado pelo presidente da República como um processo de acumulação de capital eminentemente privado. No entanto, este desenvolvimento não ocorreria so

13 OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de, apud., CARDOSO, Miriam Limoeiro, op. cit., p. 165.

14 Ibid, p. 166.

mente através da ação empresarial. Para ele também concorreriam ações governamentais. Estas ações seriam traçadas principalmente pelo Poder Executivo, pois, embora o Estado brasileiro, por preceito constitucional, se componha de três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, o Executivo é mais atuante no campo da política econômica. Essa hegemonia se dá porque o Executivo, além de bases constitucionais, possui recursos financeiros e organizatórios: ministérios, empresas públicas, serviços de informações, etc, que lhe dão condições, de atuar na política econômica. Mesmo quando as decisões passam pelo âmbito do poder Legislativo, elas acabam se manifestando como atividade do Executivo, e geralmente *"o Poder Executivo o confunde, com o governo"*.

No Brasil, ao Governo Federal cabe manejar as principais armas da política econômica: política cambial, creditícia, de preços, etc. O governo de Santa Catarina, à época da elaboração do PLAMEG, acreditava poder influir no desenvolvimento a exemplo do Governo Federal, promovendo a infra-estrutura para este desenvolvimento. Esta promoção tinha no Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina o agente financiador e no Gabinete de Planejamento o órgão executor das metas estabele-

15 LANNI, Octávio, op. cit., p. 7.

16 O Gabinete de Planejamento foi criado em Santa Catarina pela lei 2.772 de 21 de julho de 1961 e era vinculado diretamente ao chefe do Poder Executivo.

O Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina foi criado pela lei 2.719, de 27 de maio de 1961. A Carta Patente autorizando seu funcionamento foi expedida em 14 de junho de 1961, mas o banco só entrou em funcionamento em julho de 1962. O Banco tinha como objetivo principal acelerar o processo de desenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina, através de crédito para investimentos em geral. Asseguraria, além disso, através da prática de operações bancárias adequadas, maior eficiência às despesas públicas, tornando-se ainda um instrumento indispensável na execução do Plano de Metas do Governo. Cf. ABREU, Alcides. Universidade e Desenvolvimento. Florianópolis, Edição do autor, 1965. p. 50.

cidas no Plano.

As metas do Plano de Metas do Governo vinculavam-se aos problemas levantados pelo Seminário Sócio-Econômico realizado em 1960. Esta vinculação era enfatizada pelo próprio governador eleito, quando dizia:

"O Plano de Metas do Governo - PLAMEG - não ou-
gla ao aaaa. O Plano de tAztoò z rziulXado do Sz-
minã/Uo SÓ do-Econômico" 17

A justificativa técnica do Plano, que era decorrente de um diagnóstico abrangente - o Seminário Sócio-Econômico - serviu também para a justificativa política.

"O Plano de Hztas z o mdo quz vôz bugzMã.u z o
Govzno adotou paxa ^azza. o pnogrzszo do Eòtado
[...]" 18

Então, o Plano era entendido como tendo respaldo da população e podia ser o "InòtAumznto dz tnabatho do Govzno", pois com ele o "Govzno òabz o quz f^azzH., ondz f^azzA,z pon. quz f^azzn.". 19

A idéia de planejamento como modo precípua do desenvolvimento aparece desde o Seminário Sócio-Econômico (1959/60), não só nos pronunciamentos do então presidente da FIESC, Celso Ramos, como também em trabalhos de técnicos ligados à realização daquele evento. O diretor do departamento regional do SENAI à época, e assistente técnico do Seminário, Alcides Abreu,

17 Plano de Metas do Governo Celso Ramos. Florianópolis, s.d. n.p.

18 Ibid.

19 Ibid., id.

assim se referia ao planejamento:

*"O (kj>2.jo AJiAJLpHMnlvzt de. dej>envolvimento e de
pA.ogn.es&o &ociaZ que Imputòlona cu> popuZaçõeò dos
paZões subdesenvolvidos tm no planejamento o
InstAumento Indispensável à concAetização dos
Ideais e anseios que mancam esta segunda metade
do nosso século".* 20

Acrescenta ainda Abreu:

*"A tomada de consciência em relação aos pAoblemas
deve sen. simultânea com a conscientização das tec
nicas de solução. É Impontante, decisivo mesmo,
dlfundla em todas as camadas populacionais, o sen
tido e o conteúdo do planejamento.
Nos pAogAamas escolanes e nos debates de Impnensa,
nas associações openóxlas e nos agnupamentos pa-
tnonals, onde quen que haja homens, povo ou eJil-
tes, a Idéla do planej amento pneclsa estaJi pnesen
te. A Identl^jlcação de longas ponções da popula
ção, com esta novo técnica social, acabanã. pon In
cutin em todos a necessidade de fazen pnceden. ã
ação a ondenação, e substltuín o acaso pela segu
njonça e o fontaito pelo cento".* 21

O planejamento era considerado técnica capaz de impu] ^
sionar o desenvolvimento, enquanto *"Impõe o disciplina, fixa objotl
vos e elege meios".* Ao Estado, enquanto estrutura do poder e apa
relho burocrático, caberia desempenhar tarefas decisivas na ex
pansão da economia, pois a ele

20 ABREU, Alcides. O Estado e o processo de desenvolvimento. Florianopo-
lisJ Edição do Autor, 1964. p. 127.

21 Ibid., p. 127.

"... compete, cnlan. oa> condições poAa qae todoò,dz
mané.ÃAa mcus razoável e própria, tenham aces-óo e
frum as riquezas". 22

A condução do desenvolvimento seria, em última instância, do poder central; a ela caberia "*fixar as diretrizes e a estratégia geral do desenvolvimento nacional*".²³ Já o planejamento regional era considerado a forma mais indicada em uma hierarquia em que, do Estado, que é a base, passa-se às regiões, constituindo-se a cúpula o Governo Federal.

Ações para estabelecer-se um planejamento regional são desenvolvidas no Governo Celso Ramos. Em 15 de junho de 1961 foi firmado, entre os governadores de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, um convênio criando o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). O Conselho de Desenvolvimento deveria, em consonância com os programas federais de desenvolvimento, elaborar estudos socio-econômicos e elaborar planos regionais traçando as diretrizes para o funcionamento do Banco. O BRDE tinha como atribuição principal fomentar o desenvolvimento através de financiamentos, prestação de garantias, investimentos diretos, etc.

Dentro desta estrutura de planejamento, cujas diretrizes gerais seriam do Governo Central, passando pelo planejamento regional, competia à administração estadual "*liderar o movimento de emancipação econômica, através de programas cons*

22 Ibid., p. 149.

23 RAMOS, Celso. ^{-r}Ofício enviado ao Almirante Emani do Amaral Peixoto - Ministro Extraordinário. Florianópolis, 24 de abril de 1963.

tecyUcarmnte exzqliZveÃo.² A promoção do desenvolvimento "cie. fornia
tal quz foòòm poòòZveÃs Âinvestâmntos maciços nos divzÃSos setonzs tendo
.corno meta efetiva o desenvolvimento econômico e social do Eòtado e o bem
esta/L do homem cataAinê²⁵se" tinha como instrumento o planejam²⁵
to. Este possibilitava a realização de obra segura, sem impro
visações, "poHjque oniundo de uma pfwQhamação conscienciosa, exata e ade
quada a nossa realidade econômica e social". 26

Segundo as declarações do governador, "0.6 tempos eAam ou
tjws e exigiam pncessos de govenno diveÃSos daqueles que se deixavam con
nen ao sabon das injunções de cada instante". 27

Para o movimento emancipatório da economia, que se
crê fosse desejado pela população de Santa Catarina, e que se-
ria liderado pelo governo estadual, o instrumento principal se
ria, pois, o planejamento, que teria de ser consolidado a ní-
vel governamental. O governo Celso Ramos cuidou desta consold[^]
dação criando um órgão especial, o Gabinete de Planejamento ,
responsável pela elaboração e execução do Plano de Metas; e im
plantou um banco, o Banco de Desenvolvimento, para financiar
os investimentos previstos no Plano e para administrar o Fundo
de Desenvolvimento de Santa Catarina (FUNDESC), criado pela
lei 3.390, de 23.12.63.

A crença no planejamento se mantém durante o período
governamental de Celso Ramos e aparece tanto nos discursos do

24 RAMOS, Celso. Discurso proferido em Blumenau em 1962.

25 Ibid. ,

26 Ibid. ,

27 SANTA CATARINA. Governador Celso Ramos: 1961/1966. Mensagem Anual
apresentada à Assembléia Legislativa, 2^a, em 15 de março de 1965, pe-
lo Governador Celso Ramos. Florianópolis, 1965. p. 5.

chefe do poder executivo como em trabalhos de pessoas ligadas à burocracia pública. Celso Ramos, ao passar o cargo para seu sucessor, diz que o êxito colhido em sua administração se devia

*"...não apenoó ã idíia. de. admlniôtACLção pnoQMmada.
mcu> ã fleZ e, dzcÁdLda e.xe.cução do plano que. tinha
moò adotado".* ²⁸

Afirma também o governador, nessa ocasião, que havia inaugurado o planejamento global no país e que todos os féruns e assembléias

*"... quz òz Azunlnam no paZò z no zxtzAloA. pana
znffizntah. o dnxma da pobAZza z zquacionaA. oó òo-lu
çõzi, tlvzfum o aonauuo dz documzntoò no-i6o-& z
da noòòà voz".* ²⁹

Este pioneirismo creditado a Santa Catarina, em termos de planejamento global, era entendido como a maneira pela qual o Governo colocou o Estado em dia com as técnicas mais avançadas de administração. Despedindo-se, deixa o Governo ga rantida a continuidade de seu plano e traçados os passos seguintes do planejamento na administração que se inicia em janeiro de 1966. Cabe a Celso Ramos sancionar a lei 3.791, de 30 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o II Plano de Metas do Governo para o qUinqüiênio 1966/1970. Por isso, diz que leva consigo, como ponto maior de sua passagem pelo Governo, "a obna conòagAada z coiUagàadona do Plano de. Mztai".^^

28

RAMOS, Celso. Discurso proferido na transmissao do cargo a Ivo Silveira. Florianópolis, 31 de janeiro de 1966.

29

Ibid.,

30

Ibid.,

Ivo Silveira (1966/1970), ao assumir o governo do Estado, encontra mecanismos que garantem a continuidade de um planejamento global de suas ações e nisto se baseia para afirmar que

"... a dzcliiCLO dz AzolizoA zm fizQAmz dz planzja-
mznto,o.ò zxmptoò Azczbidoò daz gzòtòzò antzAÍo-
AZò z a òotidajvizdadz dou> açôzò dz IvUdcutiva
pAÍvada podzAÕo atingÁÁ óoZuçôzò cUnda Azcícuna-
das...".³¹

Dentre as soluções reclamadas encontra-se a sistematização do planejamento educacional, como forma de alcançar a meta traçada no II PLAMEG, qual seja a de valorizar os recursos humanos, colocando o ensino como condição para esta valorização.

A valorização dos recursos humanos era vista como o caminho para chegar-se ao desenvolvimento da Economia, pois esta não depende só "*doò cap-Itaió, moó da qualidadz doò komznó*".³²

31

SILVEIRA, Ivo. Discurso de posse. Florianópolis, 31 de janeiro de 1966.

32

SANTA CATARINA. Governador Celso Ramos: 1961/1966. Mensagem Anual apresentada a Assembléia Legislativa, 5a. em 15 de março de 1965, pelo Governador Celso Ramos. Florianópolis, 1965. p. 13.

CAPÍTULO V

Educação e Desenvolvimento

Considerações sobre o Tema

A programação do desenvolvimento econômico feita pelos governos de Santa Catarina era colocada como caminho para a obtenção do desenvolvimento social. Esta intenção está tanto no I como no II Plano de Metas do Governo. O II PLAMEG (1966/1970) destinava-se não só à expansão da economia como também a dar impulso ao desenvolvimento social do Estado.

Entre as Metas do II PLAMEG[^] para o desenvolvimento social constam:

a) a valorização dos recursos humanos (ensino, difusão cultural e pesquisa);

b) a melhoria das condições sociais (cooperação com os serviços de justiça, segurança pública, saúde pública e cooperação social, engenharia sanitária, habitação, abastecimento).

Não se explicita, no entanto, se estas metas são condições para auxiliar o desenvolvimento econômico ou são consequência deste. Tal procedimento não constitui exceção, pois, no dizer de Herbert BLUMER, as noções e conceitos empregados para interpretar o desenvolvimento social

[^] SANTA CATARINA. Leis e Decretos, etc. Lei 3.791, de 30 dez. 1965. Diário Oficial, Florianópolis, 30 dez. 1965. p. 3. Dispõe sobre o Plano de Metas do Governo no quinquênio 1966/1970 e dá outras providências.

"... tén óz toAnado nada mais nada menos do que um 'jagão aAb-itnRnÃ.o com conotações vagas e incon-
slitentes, sem nenhum ponto de n.efen.êncla genel-
co".²

Uma indicação de como era vista pelo governo do Estado a articulação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social é dada por Alcides Abreu, presidente do Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina no governo Celso Ramos

Dizia ele:

*"O homem é o meio e fim da atividade econômica.
Não há se pensan. em desenvolvimento econômico
senão poAa que haja pnogresso social*

[...]

*A imponXância do faton. humano na pnodução é as si
nalâvet ...!"³.*

Para ABREU, o desenvolvimento social seria conseqüência do desenvolvimento econômico, e este, resultado da ação do homem, pois a expansão econômica não é obtida senão pela ação do homem mais bem preparado. E o governo do Estado, que chamava a si *"a responsabilidade, em paAceia substancial de engajoA o Homem como instm-
mento moton. das atividades pana o desenvolvimento estadual"*, pensava em atingir esta meta pelo processo educacional.

² BLUMER, Herbert. A ideia de desenvolvimento. In: DURAND, J.C. & MACHADO L.P. org. Sociologia do desenvolvimento II. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. p. 39.

³ ABREU, Alcides. Universidade e desenvolvimento. Florianópolis, Edição do Autor, 1965. p. 77.

[^] SANTA CATARINA. Governador Ivo Silveira: 1966/1970. Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa, 4a., em 15 de março de 1969, pelo Governador Ivo Silveira. Florianópolis, 1969. p. 41.

"Até à Oivzò [...] do desenvolvimento do indivíduo no
diversas áreas da vida, a Meta da Educação do Re-
curso Humano é objetiva a formação e aperfeiçoamento
do elemento humano mediante o aproveitamento
de desenvolvimentos..."⁵

Aqui a educação é vista, basicamente, como formadora
de mão-de-obra, isto é educação como recurso para a produção.
Esta mão-de-obra seria principalmente destinada à indústria,
pois, além de "fornecer a mão-de-obra para a indústria, a
educação também contribui para a formação de um quadro de
profissionais necessários ao desenvolvimento econômico do país."

Valendo-se de um trabalho de Paulo Novaes, à época diretor
do Departamento Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem
Industrial - SENAI -, ABREU⁸ aponta a educação necessária
para a industrialização. Para os estágios iniciais da industrialização,
apenas a educação básica (definida como alfabetização e
integração mínima na vida urbana). Para os estágios mais
avançados da industrialização, uma "preparação mais interna
que leva de base a aquisição de conhecimento técnico e organizacional
mais difícil".⁹

5 SANTA CATARINA. Mensagem anual apresentada à Assembleia Legislativa do Estado; 2a., em 15 de março de 1967, pelo Governador Ivo Silveira. Florianópolis, 1967. p. 37.

^ Embora estejamos conscientes das diferenças conceituais feitas por alguns autores entre as expressões Recursos Humanos, Mão-de-Obra e Força de Trabalho, neste estudo elas são usadas como equivalentes.

^ ABREU, Alcides, op. cit. p. 107.

8 Ibid., p. 116 e seguintes.

^ Ibid., p. 118.

O papel atribuído à educação para o desenvolvimento é, pois, o de preparar o homem como força produtiva eficaz. O planejamento educacional deveria visar a este intento e programar a educação sempre dentro das necessidades de preparo para o desempenho de funções na produção, principalmente a industrial. Por isso, para as tarefas mais simples bastavam os conhecimentos rudimentares de leitura e noções aritméticas. Quando as tarefas industriais exigissem habilidades mais complexas, caberia proporcionar educação em níveis "pós-padrão, tais como ciclo ou ZIC&VA InduotAicuA".¹⁰

Como a meta do II PLAMEG (1966/1970) - Valorização de Recursos Humanos - previa não só a formação, mas também o aperfeiçoamento do elemento humano, o treinamento em serviço seria, segundo ABREU, a forma de enfrentar as mudanças rápidas na tecnologia e na natureza das ocupações. O treinamento em serviço seria basicamente assumido pelas instituições educacionais (escolas técnicas e comerciais, faculdades e universidades). Todos os que estivessem engajados na indústria deveriam ser treinados.

"B pmclòo tAclruXA m todoò os nlveio de mpmgo: do& opeAÔAAòò aoò geAzntu.. ."

"... a geÁinclA com òua dupla n-upomablidadc : pami com o tnxibaikadoA. e. o coYikumldon., e òcndo tambm um fatoK deXeJiminayite. do òuccòò e do fha caòò de. uma Indã&tnÁa, JtzquoJi Vicinaminto intcn òÁvo com o fÁXo de. cnlan. as habJJíidades pnSpnMu paÁja conduzJji hLcnxvtlvme.ntz um mpne.cndimcnto induAtAÁai".¹¹

10

ABREU, Alcides, op. cit., p. 119.

11

Ibid., p. 121.

Se antes do desenvolvimento econômico via industrialização "a educação oAa W)Aj>ta como um apeAfeÃç-oarmnto pcuui oòo Individual, qujxòd um oAname. nto",¹² sob a industrialização a escola tera de preparar para a vida econômica.

"A Amagem da eócola é a de um m&caniòmo poZo quaZ Oi taZzntoò Inatoi, oão tmnòfomadoò m habÃZita ÇÕZÁ cambiávzti,, poH. òua vaz m mnda, óob a fox- ma de. i>aZaAA.o e ZucAo".¹³

Além de se preocupar com o preparo dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento econômico, este tipo de entendimento da educação trata os indivíduos como iguais potencialmente, cujas habilidades serão desenvolvidas pela escola. O homem mais bem qualificado torna-se "ap^to a dAj,tinQUAA o òm Into. - fiOAòz e a pnomoveA a pfwnta aócenóão (e poA via de còmeqlleñcia a do paZó) ...^^. A via educacional prepara o "capXtaZ humano" para acelerar o desenvolvimento e é vista como um dos canais mais importantes para a ascensão social, como se não existissem diferenças fundamentais resultantes da sociedade de classes. Como diz CUNHA, o Estado, não podendo deixar de admitir que a realidade econômica capitalista produz e reproduz as desigualdades entre as classes sociais, tenta dissimular esta realidade .Seus discursos

¹² NOVAES, Paulo, apud ABREU, Alcides, op. cit., p. 118.

¹³ CUNHA, L. A. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979. p. 52.

¹⁴ SANTA CATARINA. Governador Celso Ramos: 1961/1966. Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa, 5a., em 15 de março de 1965, pelo Governador Celso Ramos. Florianópolis, 1965. p. 13.

"... lamintam <u conòcqlleñcUcu desòa ondm iconô-
mlca, deixando Intocados, e. ntn. ctanto, oò mccañl^
mos qu& àò pnx)duzem. VanaieZamcñte., hnagnam uma
e.ducaç.ão que ve.nha a subveAteA. esòa onlgem Ini-
qua, esquec&ndo ou deixando de, dlzex que, essa mes-
ma cducaç.ão, tam& m pelos seus pnôpnlos mecanis-
mos quotidianos, discñlmñna amplos setofies so-
ciais" .¹⁵

Tendo em vista a mudança da sociedade como algo previ-
sível, a educação é encarada como fator essencial nesse con-
texto, devendo-se, portanto, embasar o processo educacional
em teorias que privilegiam a relação educação/mudança social .
Estas teorias, de fato, estavam subjacentes ao Plano Estadual
de Educação 1969/1980, que foi elaborado dentro da perspectiva
geralmente denominada Educação para o Desenvolvimento.

As teorias que informam o Binômio

Educação e Desenvolvimento

O Plano Estadual de Educação 1969/1980 foi elaborado
dentro da perspectiva que atribui fundamental importância à
Educação, como um dos fatores que contribui para o desenvolvi-
mento. Esta perspectiva é consagrada com a denominação Educação pa-
ra o Desenvolvimento e preocupa-se em vincular a educação à
economia. A Introdução do Plano mostra esta preocupação, pois,
ao lado dos subtítulos:

- Uma Filosofia da Educação
- Valor Espiritual da Educação, estão listados, ainda, como subtítulos:
- O Valor Econômico da Educação
- A Educação e os Planos de Desenvolvimento
- A Importância da Educação para o Desenvolvimento.

Da mesma forma, os documentos¹⁶ que, de uma forma ou de outra, serviram de subsídios ao Plano, enfatizam sempre o binômio educação e desenvolvimento. No entanto, a tarefa atribuída à educação no desenvolvimento nem sempre é a mesma. Nossa intenção, neste capítulo, é tentar desvendar que teorias informaram a relação educação e desenvolvimento no Plano e nos documentos que o subsidiaram.

Educação e Crescimento da Renda

Um enfoque, dentre aqueles subjacentes à relação educação e desenvolvimento, informa que o aumento da escolaridade da população contribui para o aumento da produtividade do trabalho, e por isto aumenta a renda dos trabalhadores, possibilitando a mobilidade social.

16

MELO, Osvaldo Ferreira de. Diretrizes para a educação em Santa Catarina. Florianópolis, Edição do Autor, 1967.

- _____, & MAES, Ivo. A Escolarização de nível primário em Santa Catarina. Florianópolis, Gabinete do PLAMEG, 1963.

- SANTOS, Silvio Coelho dos. Educação e desenvolvimento em Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1968.

- _____. Um esquema para a educação em Santa Catarina. Florianópolis, Edeme, 1970.

Esta afirmação se viu corroborada a partir da constatação da reconstrução das economias da Alemanha, da Itália, da França e do Japão, abaladas pela 2^a Guerra. Além, disto, vários estudos empíricos, realizados principalmente nos Estados Unidos, enfatizaram a correspondência, pouco considerada pela análise econômica, da relação positiva entre o aumento dos níveis de escolaridade e o crescimento da renda naquele país. Estes estudos apontaram a necessidade de investir não só em capital físico, mas também em "capital humano" para o incremento do desenvolvimento econômico, justificando que os retornos dos investimentos feitos em educação seriam não só individuais como também sociais.

Em Santa Catarina, um documento elaborado em 1963 pelo Gabinete do Plano de Metas do Governo aponta que é falsa a tese de que é necessário investir somente em empreendimentos de efeitos reprodutivos imediatos.

"O povo que um dia desejou a melhoria pelo desenvolvimento, após algum tempo, mais cedo ou mais tarde, que antes, de tudo deve investir na educação".

Acrescenta ainda, que

"... não andamos, depressa, não podemos ficar com o tempo perdido. Não podemos mais ficar como antes esperando, vendo o povo a marchar. Temos que marchar com eles. Não há que demorar na encosta, pois tudo no mundo é uma corrida, ou uma oportunidade que se apresenta à população econômica, ou não temos, no prazo imediato necessário, a mão-de-obra especializada, nem o técnico, nem o profissional que precisamos com

As colocações anteriores consideram os gastos com educação não como consumo, mas como investimento, isto é, como um gasto que retorna ou em benefícios para o indivíduo ou para a sociedade.

*"Entendida a&òm, a educação no-6 poAeceaã,do pon-
to de vAAa òõeÁ.0-econômico, um investimento fun-
damentat, vendadeinq pne-inveAtimento".*

Ao lado do incentivo ao desenvolvimento econômico , quando o Estado investe em obras de infra-estrutura para a industrialização (fazendo estradas, oferecendo crédito e energia elétrica), a educação também deve ser considerada investimento, pois

*"... pnepana o etemento pnjopuisofL do pn.oQfieM>0,ou
6eja, o técnico, o pe&quisadoA., o educador, o tna
bathador quaZificado, o profiòionat tibenxii, o
cientista, o administnjadoh., o poZZtico" . 19*

Entendemos que a argumentação em torno do investimento no homem, feita por MELO, encontra embasamento sobretudo na obra "*O Capital Humano - investimentoó em educação e pesquisa*", de T. W. SCHUTZ, que enfatiza que o conceito tradicional de capi _

17 MELO, Osvaldo F. de & MAES, Ivo, op. cit., p. 14-15.

18 MELO, Osvaldo F. Diretrizes para a educação ... p. 14.

19 Ibid, p. 15.

tal tem de ser ampliado, a fim de abarcar a realidade relativa ao capital humano.²⁰

Esta abordagem aponta a existência de ganhos de produtividade não vinculados ao aumento da terra e da mão-de-obra e dos capitais empregados, chegando então à noção de capital humano (ganho de eficiência e aumento da capacidade de produção do trabalho).²¹ Desse modo, as capacidades adquiridas ou desenvolvidas pelo homem através da educação explicariam também o aumento da produtividade (aumento da capacidade de se obter mais produtos em menos tempo útil de trabalho). Como conseqüência, o trabalhador passaria então a ganhar mais pelo seu trabalho, e estes ganhos favoreceriam a mobilidade social.

Este enfoque, contudo, vem sofrendo críticas severas. Pela constatação de que o aumento da produção se dá concomitantemente ao aumento da capacidade de produção do trabalho presume-se de grande importância a melhoria dos recursos humanos que pode ser efetivada pela educação. Em conseqüência, atribui-se à educação a tarefa prioritária de formar os recursos humanos de que o setor produtivo necessita. Este aspecto é criticado: coloca-se a educação numa ótica de subordinação à economia, justificando que "o nível de educação é determinado pela economia, e não o contrário".²²

²⁰ Cf. SCHÜTZ, T.W. O Capital humano; investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. p. 15.

²¹ ROSSI, Wagner. O Capitalismo e educação; contribuição ao estudo crítico da educação capitalista. São Paulo, Cortez e Moraes, 1978. p.35.

²² RODRIGUES, Neidson. Estado, educação e desenvolvimento econômico. São Paulo, Cortez Editora, 1982. p. 18.

Por outro lado, para ROSSI²³, a analogia entre o capital financeiro e o capital humano transforma a todos em capitalistas, pois, este último tipo de capital poderia ser desenvolvido ou adquirido por quem estudasse, desfazendo-se portanto a diferenciação entre capital e trabalho. A teoria do capital humano, argumentam os críticos, tenta dissolver a oposição capital-trabalho, tentando convencer o trabalhador de que ele não é dono da força de trabalho, mas sim dono de um novo tipo de capital, tão necessário ao desenvolvimento quanto o capital financeiro.²⁴

Essas e outras críticas feitas à teoria do capital humano são geralmente apontadas tomando-se como contra-argumentação o enfoque do materialismo histórico, respaldado principalmente na obra "*O Capital*" de Karl MARX; são assim baseadas no mesmo quadro teórico.

Cláudio SALM, se opõe ao "apelo Zndl&cAãminado" a Marx, usado para criticar a teoria do capital humano, pois, segundo ele, de um lado este argumento apresenta, em alguns aspectos, muitos erros. De outro lado, a afirmação de que "a *asaoia capA Jta-ZyistcL pn.Q.pouw. o tnahaJiko que cutmdeAjo. o capital*"²⁵, embora colocada como crítica à teoria do capital humano,

"... não coruzgud áa aim e não o confcguk, a no-
òò VA, porque no fundo diz exatamente a mesma
coi&a [que esta teoraxl] a escola como òe foòòe
um departamento produtor de mão-de-obra quaZifica
da".²⁶

²³ ROSSI, Wagner, op. cit., p. 51.

²⁴ RODRIGUES, Neidson. op. cit., p. 18.

²⁵ ROSSI, Wagner, op. cit., p. 38.

²⁶ SALM, Cláudio L. Escola e trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1980. p.28.

Segundo ele, os críticos que usam o quadro teórico marxista incorrem no mesmo erro daqueles que pregam a teoria do capital humano, pois ambos consideram a escola como um departamento produtor da empresa capitalista, cujo produto incorpora valor igual ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-lo. Argumenta que nem a escola é capitalista, nem o capital precisa da escola para preparar sua mão-de-obra ²⁷. Para ele, do ponto de vista econômico, o sistema educacional cresce como uma "esfera XiripnodLvtlva!", sendo falsa a afirmação de que o setor educacional pode ser capitalista como outros setores.

"Se foz, tzvidoJia. a. Xidaz-ia. o cixto do aluno, o quz, de, fato, é feãto não no -ólktma educacional, maò atãaveã dai vã/Uas foAmaó de, tJieã.nme,nto pno-fi&çional quz zxiòtem nai empne^aò". ²⁸

Para SALM, a escola formal tende a elevar seus custos e nem sempre o custo da formação de um profissional - um advogado, por exemplo - vai retornar em forma de salário. Se ele tiver uma ocupação não compatível com sua formação (caixa de banco, por exemplo), o seu salário refletirá o tempo de trabalho socialmente necessário para a formação de um caixa de banco, não de um advogado. Por este motivo, os

"... pAóf-ci-ò-ionaio fomadoi peto -oiòtema fomaZ de educação oÕ conãeguããõ fieoLiza/i o òeu vaton, necoM,endo cada vez maü, a metodoõ não cap-ctaLU

²⁷ Ibid, p. 29.

²⁸ Ibid, p. 46.

to6, como a mguZme,ntaç.ão das pfwfÁSòõos quz tzn
tam poA fonça da Zoa, e não dz mznçado, ganantúi
Z6paçoo ocupadonaió z um mZñxmo dz nzmunzna -
ção":^^

SALM, com este argumento, objetiva a derrubada dos de-
fensores da teoria do "*capital humano*", que pregam o aumento de
rendimentos como decorrente do aumento da escolaridade. Para
ele, o aumento da escolaridade não corresponde automaticamen-
te ao aumento do salário. Neste aspecto, concorda com os crítL
cos da teoria do capital humano que também atacam este ponto,
argumentando que, além do aumento da escolaridade, outros fato-
res podem explicar o aumento de salário. Entre estes fatores
indicam os críticos da teoria do capital humano a renda ante^
rior do indivíduo e o próprio acesso à educação.

Neste caso,

"... tanto zducação como opontunídazà dz tnaba-
Iho zotão pzAmzadaò pon uma tzficZãJia vanÁAvzl. In
dzpznndzntz dzlo6, con&tctuZdá pzla nlquzza daí, fa
mZllai., pzla dÁstÁÍbutção dzótguai antznÁ.on da
pnopnÁ-zdadz z do capital". 30

É falsa para SALM, também, a afirmação feita tanto
por defensores como por atacantes da teoria do capital humano
quanto à necessária vinculação entre empresa e escola, baseada
na formação de mão-de-obra. E questiona por que o capital que
se libertou de vários entraves para a sua reprodução, que con-

29 SALM, Cláudio, op. cit. p. 47.

30 CARDOSO, Fernando Henrique apud MACHADO, Lucília R. de Souza. Educação
e divisão social do trabalho. São Paulo, Cortez Editora, 1982. p.115.

trola seus mercados, dependeria da escola para resolver seus problemas com a força de trabalho. Conclui:

"5e a fJinaJU.da.dz da pAodução capÁXatiita z a H.z-
pMo dação z amptiação doò Azfaçõz& capitaliitoo
dz pAodução, z no izJio da pAodução mz&ma quz dzvz
moi, buòCJVL a fonmação daò quaZlflc.açõz& fizquzfví-
dai, z não numa Instituição ã maAgzm como z a z6co-
laW^^

Conclui ainda que "z o pMoczòò dz pfwdução quz dl&clptina o pfwzziio
dz apfizndlzãgm"³². As empresas, através de seus treinamentos, é
que ensinam o que lhes interessa. E ensinam somente o que é
prácticoe necessário às operações a serem executadas. As informa-
ções teóricas s5 são transmitidas na medida da necessidade prá-
tica. Para SALM, isto é feito para a redução dos gastos com
treinamento, acompanhando a lógica da produção capitalista, que
procura reduzir seus gastos de produção.

Esta redução dos gastos nas empresas, argumenta este
autor, é que se constitui num verdadeiro método capitalista
de ensino. Acredita que a escola, eventualmente, incorpore tais
métodos, como se pode depreender da preocupação da escola com
o ensino voltado para a prática.

Em Santa Catarina, MELO, um dos elaboradores do Plano
Estadual de Educação, parece incorporar esta tendência ao afir-
mar, em 1967, que não se pode mais criar e manter escolas que não levam
a nada, e que seria necessário romper com o preconceito dos pais
quanto aos estabelecimentos escolares que orientam o jovem

³¹ SALM, Cláudio L. op. cit., p. 25.

³²

DOERINGER, P. & PIORE, M., apud. SALM, Cláudio, op. cit., p. 95.

para o trabalho, para a técnica e para o desenvolvimento. ³³

Neste sentido, a idéia de que a escola pode incorporar métodos capitalistas de ensino, visando à formação prática dos alunos, não deve confundir a ponto de induzir à afirmação de que a escola funciona como um departamento produtivo da empresa tendo como principal objetivo supri-la com mão-de-obra qualificada.^^

No entanto, a constatação de que a empresa não depende da escola para "produzir" seus recursos humanos não invalida a constatação de que a empresa precisa de que a escola se encarregue da educação elementar, que ensina a ler, a escrever, a contar, a somar, etc.. Este tipo de treinamento a empresa não assume por que não lhe é conveniente, e também porque o Estado o faz, socializando seus gastos.

"O Estado é responsável pela formação adequada da mão-de-obra, não especializada, mas capaz de receber o treinamento". ³⁵

Outro ponto muito atacado da teoria do capital humano é a necessária vinculação entre a oferta de habilitações profissionais e as necessidades do mercado de trabalho. Argumentam os críticos deste aspecto da propalada dependência entre empresa e escola que, em última análise, são as empresas que determinam a escolaridade requerida para as ocupações que oferecem,

³³ MELO, Osvaldo F. Diretrizes para a educação ... p. 28.

³⁴ ROSSI, Wagner, op. cit., p. 127.

³⁵ RODRIGUES, Neidson. op. cit. p. 123.

e o fazem de acordo com as ofertas educacionais existentes. Isto é, se existe oferta abundante de oportunidades educacionais, o empregador eleva o requisito educacional para as funções que oferece. Se, caso contrário, as oportunidades educacionais são escassas, há o rebaixamento dos requisitos educacionais para o exercício das funções oferecidas, não havendo um critério fixo de escolaridade para as funções empresariais. Esta constatação, além de demonstrar que a dependência da empresa com referência à escola é também controlada por mecanismos estabelecidos pela empresa, que regulam o chamado "mecanismo de ajuste", ajuda a derrubar o corolário da Teoria do Capital Humano: mais educação é igual a mais salário, e, conseqüentemente, possibilidade de ascensão social.

É necessário lembrar, no entanto, que as argumentações de que não se pode esperar uma vinculação mecânica entre educação e economia, como se da educação dependesse em grande parte o avanço da industrialização em particular, e do capitalismo em geral, não devem empanar a realidade da existência de relação entre a política econômica e a política educacional. O Estado, quando traça suas políticas, tenta harmonizá-las; por isso, pode-se afirmar que a política educacional é traçada em consonância com a política econômica. Esta articulação será analisada mais adiante.

No Brasil, nos últimos anos, produziu-se considerável literatura enfocando a relação educação/economia. Primeiramente, segundo RODRIGUES, surgiram os autores que argumentam que a escola tem função diretamente vinculada ao setor produtivo³⁶;

36

LMGONI, Carlos Geraldo. A economia da transformação
 CAMPOS, Roberto de Oliveira. Educação para o desenvolvimento
 SIMONSEN, Mário Henrique. Brasil 2001. Cf. RODRIGUES, Neidson. Estado e educação e desenvolvimento econômico. São Paulo, Cortez, 1982. p. 18.

entre estes estão incluídos alguns elaboradores do Plano que **estamos analisando. Posteriormente, na década de 1970, surgiram** os contestadores da teoria do Capital Humano ³⁷, e por fim alguns estudos que analisam os trabalhos críticos sobre elaboração teórica — "*O capital humano*". Mas, nem todos os trabalhos que embasaram o Plano e nem o Plano, em sua totalidade, se inseriram na abordagem que vincula educação com investimento econômico. Alguns trabalhos e o próprio Plano, em algum sentido, no nosso modo de entender, se embasaram também na teoria da modernização. É disto que trataremos a seguir.

Educação e Modernização

Para a teoria do "*capital humano*" o homem em "*princípio*", quer dizer, educado adequadamente, tem condições de produzir mais e, por isto, ascender socialmente e também favorecer o desenvolvimento econômico. Para tanto, como se evidenciou, é necessário que os governos incentivem não só os investimentos em capital financeiro, mas também em "*capital humano*".

Para a modernização, as transformações necessárias ao desenvolvimento se consubstanciam na necessária

37

LIMA, Ricardo. Capital Humano e Segmentação no Mercado de Trabalho
 VELLOSO, Jacques. Socialização e trabalho. Escola e Produção Capitalista
 CARVALHO, Inaiã. Educação e População de Baixa Renda em Áreas Urbanas
 da Região Metropolitana de Salvador.
 FREITAG, Barbará. Escola, Estado e Sociedade
 ROSSI, Wagner Gonçalves. Capitalismo e Educação. Cf. SALM. Cláudio L -
Escola e trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1980. p.29 e 49

passagem da sociedade tradicional para a moderna, ou seja, para a sociedade urbano-industrial. Esta passagem se faz pelas transformações das instituições, o que, em última análise, se dá pela mudança de atitudes dos indivíduos. Isto é, os indivíduos têm de substituir suas atitudes tradicionais por "comportamento *zfdXÁvoi, ne.c.(iÁ6ãnlò at iádadu aUjcmzYvtz pAoduJU.vcu*". Nesta ³⁸ mudança a educação influi consideravelmente, tanto preparando tecnicamente para atividades industriais, como divulgando atitudes adequadas à nova sociedade. Mas, antes de estabelecer com mais detalhes o que se espera que a educação ofereça neste processo, vamos ver em que se constitui basicamente a teoria da modernização.

KOWARICK diz que a teoria da modernização apóia-se numa concepção de mudança social que buscou inspiração na análise funcionalista. Para a análise funcionalista a sociedade é normalmente equilibrada e a "mudança num *zmmznto dzvz, poA kípôte. iz, ac.aJUiztoÁ. -tAanófoAmaçózó m ouiwò, pAovocando uma izqllznica dz ajustamzntos AZcZpÁo COS quz mantzm ò todo social -intzgaado*". Dentro ³⁹ da premissa básica do equilíbrio social, a teoria da modernização montou um arcabouço para definir os desajustes decorrentes da industrialização e da urbanização. Entende este enfoque que a sociedade em transição, ou em desenvolvimento, se desequilibraria momentaneamente até atingir novamente o equilíbrio quando alcançasse o estágio moderno, quer dizer, a industrialização.

³⁸ MACHADO, Lia Pinheiro. Alcance e limites das teorias da modernização.

In DURAND, Josi Carlos G. & MACHADO, Lia Pinheiro, org. Sociologia do desenvolvimento II. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. p. 192.

³⁹ KOWARICK, Lucio. Capitalismo e marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 44-5.

A teoria da modernização se baseia numa visão de etapas que os países subdesenvolvidos deveriam vencer, a exemplo dos países industrialmente avançados, dentro de um processo

que "zotoAla pojmdado pon ma tÓglca que, independe da histÔnla paAtículoA.

de cada n a ç̄ a.o." ⁴⁰ Mas a passagem por estas etapas, isto é, por diferentes estágios históricos, não se dá de maneira global, ocorrendo que a sociedade não se desenvolveria em todos os setores igualmente, coexistindo, então, setores mais avançados e setores mais atrasados numa mesma sociedade. Ao centralizar-se na análise de indivíduos ou grupos, os atrasos e avanços se explicariam para a modernização pelas atitudes e comportamentos que os indivíduos ou grupos teriam em relação aos parâmetros exigidos pela sociedade urbano-industrial. ⁴¹

Sendo o processo de modernização "deéOKganlizadoA. do quadao òocÁjouii", geraria

"..Áeòaiasteò tanto a nvlvel das no Amas, como no pZa
no das condutas òocúUs. Ve^ajusteò definidos em
função de um padnãõ nomai tido como inenente e
pAÕpAÍo de uma caAacteAlzação geneJilcã e abnan
gente de cuZtu/ux indu&tAÃxií". ⁴²

⁴⁰ MACHADO, Lucília R. de Souza. Educação e divisão social do trabalho. Sao Paulo, Cortez Editora, 1982. p. 123.

⁴¹ As sociedades urbano-industriais "ap5iam-se numa concepção de cultura urbana que, tendo por base a intensificação da especialização e divisão do trabalho e a universalização da economia de mercado, propiciam a diferenciação das relações sociais dando origem a tipos de interações maf cadas pelo formalismo e por maior grau de distância social" KOWARICK, Lúcio. op. cit., p. 49.

⁴² KOWARICK, Lucio. op. cit., p. 47.

Para KOWARICK, este "padrão nominal" é estabelecido como um padrão ideal de comportamento e, não sendo um padrão concreto, parte do pressuposto de que a sociedade, "por uma espécie de processo de evolução metafísica, tende a organizar-se de modo ideal".⁴³ Isto porque a teoria da modernização concebe a sociedade tradicional como o estado inicial de um processo contínuo que tem na sociedade moderna o ponto final da evolução social.

Por outro lado, a modernização pressupõe que as sociedades se tornem cada vez mais abertas, ampliando-se a mobilidade social, baseada principalmente "no binômio renda-ocupação. [quando] o primeiro elemento resulta do segundo, e este é produzido pelo segundo".⁴⁴ Neste sentido, a ascensão social passa a se fundamentar mais no mérito individual e menos nos requisitos adquiridos por herança familiar. Assim, a educação passa a ser instrumento para a mudança dos padrões de mobilidade social. Se na "sociedade tradicional" o lugar ocupado pelo indivíduo na sociedade é definido por suas ligações de parentesco, na "sociedade moderna" o que vai definir sua posição social são as capacidades inatas, que são desenvolvidas por via educacional. Para isto é necessária

"... a ação política educacional voltada não somente para a solução do problema de renda, como também para a formação da mudança da organização social tradicional, especialmente no que diz respeito à obtenção de status e poder por parte das camadas sociais dominantes"⁴⁵

43 KOWARICK, Lúcio, op. cit., p. 51.

44 Ibid, p. 52,

45 SANTOS, Silvio Coelho dos. Educação e desenvolvimento... p. 94.

Este processo de alteração dos critérios de ascensão social, via educação, que foi colocado por SANTOS, integrante do Grupo de Trabalho que elaborou o Plano Estadual de Educação 1969/1980 de Santa Catarina em certa medida foi complementado por MELO, coordenador da Comissão Superior de Estudos responsável pela elaboração do mesmo Plano. MELO enfatiza:

"Uma política educacional para-Zá-iapõe. antzô de. ta do ma tdéJix dû homem e, da vtã. Eõsa tdéãa em teAmoò dz Estado democJrãtlco z a vaioAízação do homem, como pessoa, capaz dz pAogfizdUA z apoAfztçoa/L-sz: concomitant em zntz, a ofeAta dz oportjã.nl dadzs iguais a todos z a hanmonia zntnz o bem e^ tan social z individual" . 46

Assim, MELO pressupõe a possibilidade de existir uma sociedade que ofereça oportunidades iguais para todos.

A concepção de uma sociedade igualitária explica as desigualdades sociais como sendo causadas pelas diferenças de capacidade inatas ou aptidões. Historicamente, a noção de aptidão se torna importante, a partir do século XVIII, quando a burguesia francesa questiona a ordem social com os privilégios de nascimento e *"nzivindica o podzn poiãtioo em nomz do mznito in dividuat"* . 47

E, desde a Revolução Francesa, para preservar o princípio de igualdade usado para a derrubada da nobreza, a burgue

46 MELO, Osvaldo F. Diretrizes para a educação... p. 6

47 BISSERET, Noëlle. A ideologia das aptidões naturais. In DURAND, José Carlos Garcia org. Educação e hegemonia de classes. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. p. 35.

sia elabora uma ideologia que permite justificar as desigualdades criadas por ela, a partir de sua instalação no poder, afirmando que

*"... sendo todos livres e iguais no direito, o destino do ser humano não depende mais da ordem estabelecida, mas das capacidades individuais".*⁴⁸

Para BISSERET,⁴⁹ este esquema de pensamento que justifica as desigualdades sociais como decorrentes das diferenças naturais entre os indivíduos, surgido no século XIX, ainda persiste até hoje. Exemplo disto pode-se encontrar na teoria da modernização, na afirmação de que as oportunidades são iguais para todos e que para quem tem "muito" estão abertas as portas da ascensão social.

Este aspecto da teoria da modernização tem sido criticado com frequência porque transfere os sucessos e fracassos individuais para o próprio indivíduo, não considerando a vinculação destes "sucessos" ou "fracassos" à estrutura de classes inerentes à sociedade capitalista.

*"Em outros tempos, o modelo não incorpora nenhum conceito que negue as formas de exclusão necessárias e intrínsecas ao modo de produção capitalista. Também não evidencia que a oposição entre o "tradicional" e o "moderno" não é um problema de mero desajuste entre as partes constitutivas do sistema, mas expressão de uma dinâmica que deve ser equacionada a partir do sistema de dominação impenante na sociedade"*⁵⁰

⁴⁸ Ibid., p. 40.

⁴⁹ Ibid., p. 40.

⁵⁰ KOWARICK, Lúcio. op. cit. p. 54.

Outro aspecto da teoria da modernização frequentemente criticado é o privilégio dado pela análise à personalidade dos indivíduos, ou seja, "a ênfase ao indivíduo psicológico como característica do desenvolvimento" . 51

A modernização é então colocada como internalização das qualidades empresariais, aceitação de novas idéias, existência de habilidades técnicas, etc. Para este fim, espera-se que a educação desempenhe papel importante, ajudando, além de mudar seu conteúdo com a "evolução do pensamento técnico científico",⁵² a interiorizar "o ato de aprender ao novo modelo normativo da sociedade, ou seja, a atitude crítica, a motivação adequadas ao trabalho industrial, etc" 53

Neste sentido, em Santa Catarina, à época da elaboração do Plano Estadual de Educação, SANTOS escrevia que era necessário modificar o ensino, que, no seu entendimento, estava "voltado para o jovem na concepção inteiramente baseada da sociedade em que vão viver e modificá-la" . 54

Essas mudanças de atitudes são, no entanto, sempre esperadas quando se dá as condições para que surjam. Entre as principais condições são sempre destacadas a urbanização, a alfabetização, a difusão de informações e, como não poderia deixar de ser, a industrialização.

51 MACHADO, Lia Pinheiro. Op. cit., p. 194.

52 GERMANI, Gino. Política e sociedade numa época de transição. São Paulo, Mestre Jou, 1973. p. 101

53 Ibid. p. 92.

54 SANTOS, Silvio Coelho dos. Educação e desenvolvimento ... p. 95.

Mas, de quem se espera a modernização de atitudes, hábitos e comportamentos? LERNER⁵⁵ considera importante para os países não desenvolvidos a existência de grande número de transicionais, ou seja, "aquela que é a forma de organização da vida urbana no desenvolvimento".⁵⁶ Nos países aspirantes ao desenvolvimento pretende-se a presença de uma "elite" (intelectual e/ou governamental) manifestando um comportamento de vanguarda que sirva de modelo aos demais grupos sociais.

Em Santa Catarina, SANTOS, um dos elaboradores do Plano, entendia que, quando se trata de processos de mudanças, existem grupos integrantes dos setores privilegiados que "vão liderando o desenvolvimento, dando origem a inovações e inovações".⁵⁷ Quanto à educação, entendia este autor que

"... a elite com tendência renovadora que terão de arcar com a maior parcela de responsabilidade quanto ao surgimento das condições que permitam a adaptação do sistema de ensino no atendimento de uma sociedade em mudança."⁵⁸

A modernização, como vimos, valoriza como elementos causais do desenvolvimento as esferas psicológica e individual.

55 MACHADO, Lia Pinheiro. Op. cit., p. 195.

56 Ibid. p. 195.

57 SANTOS, Silvío Coelho dos. Educação e desenvolvimento... p. 95.

58 Ibid., p. 109.

quando atribui crucial importância às mudanças de comportamento, colocando que estes elementos independem do modo de organização econômica e política da sociedade. "São conhecidos os povos".⁵⁹ Estas mudanças de comportamento devem ser necessariamente encabeçadas pelas elites dos governos que, através das ideologias difundidas e das políticas traçadas, "Lipn.ej>intam outixadu e domponX-omzYitos modeAyiizadon.u" .⁶⁰

As críticas a este enfoque de mudança social são feitas pela excessiva importância dada à mudança dos esquemas mentais e à habilitação técnica dos indivíduos, e por esperar que as "zLctu" capitaneiem o desenvolvimento. A teoria da modernização é então atacada por não considerar, quando analisa a realidade social, questões como: "aonftito, dOie.ção e quatidadz da mudança, cZoÁSZs socÁxUi, quaZldadz e natun.iza do podeA, formação e conscUin cÃa de ciaise, concentração c posse dos metos de produção, imperlalAJ>mo,de pendência, etc ...".⁶¹ Desconsiderando estes aspectos inerentes ao modo de produção capitalista, a teoria da modernização fala de uma "mudança" abstrata que, em tese, atenderia a todas as classes sociais, partindo do pressuposto de que pudessem existir interesses comuns entre as diferentes classes sociais.

Outro aspecto muito visado na crítica à teoria da modernização é a desconsideração das relações internacionais para explicar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento dos diver

⁵⁹ MACHADO, Lia Pinheiro. Op. cit. p. 197.

⁶⁰ Ibid., p. 196.

⁶¹ FAUSTO Neto, A. Incomunicação rural; dependência e fatalismo apud MACHADO, Lucília R. de Souza. Educação e divisão social do trabalho. São Paulo, Cortez Editora, 1982. p. 124.

os países. Mais ainda: não levando em conta estas relações, espera que as políticas governamentais modernizadoras dêem a arrancada para o desenvolvimento. Assim fazendo, o enfoque da modernização coloca como responsáveis pelo desenvolvimento ou subdesenvolvimento somente aspectos internos do país, preponderantemente os aspectos psicossociais.

Além disto, a teoria da modernização delega para os grupos que estão no poder a tarefa de traçar políticas modernizadoras em nome do "*bem comum*"; mas não leva em conta a influência que as políticas modernizadoras traçadas recebem destes grupos que ocupam o aparelho de Estado, quando os Planos representam preponderantemente os interesses destes grupos.

Como estamos analisando, no decorrer deste estudo, uma política específica concretizada num Plano Estadual de Educação, interessou-nos verificar isoladamente as teorias que informaram a elaboração deste Plano. Interessa-nos, também a partir das referências feitas, analisar como estas teorias se integraram no Plano e a que valores sobre educação responderam.

A integração das teorias na resposta às orientações políticas sobre educação

O enfoque Educação para o Desenvolvimento presente no Plano Estadual de Educação 1969-1980 parece ter buscado apoio nas teorias

do "capítala humano" é⁶² da "modernização".

Atendendo às preocupações básicas de dinamizar e recompor o equilíbrio da organização social, podemos dizer que a teoria do capital humano e a teoria da modernização se integram no Plano. A primeira, porque quer a dinamização da economia com o aumento da produtividade da força de trabalho e, como consequência, a dinamização da sociedade com o aumento da mobilidade social. A segunda, porque, com o treinamento técnico da força de trabalho e com a incorporação de atitudes adequadas, pretende reequilibrar a sociedade momentaneamente desequilibrada em decorrência do processo de industrialização. Assim, com a ajuda da educação, podem

"... i>QJi nzuJyioLizadoò oi> díò2.qaltZbnÃ.oi> e oi> ponto& de. utAangu&ama.Yito (dAJ>Rançou]ã dz que. {ím
òzja apeAfielç.oada a i.ocle.dadz e. cùòiguJiada a ej>ta
bltiduadz e. a cont^niUdade do 4-cótema òocÁ.aZ". fB -

Portanto, na resposta às orientações políticas sobre educação, o Plano Estadual de Educação de Santa Catarina previu ajudar a dinamizar a sociedade e recompor o equilíbrio social. Isto s
dã porque, embora o Plano tenha previsto tarefas inovadoras

62 O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-76) elaborado pelo governo federal também se valeu da teoria do capital humano para traçar seus objetivos para a educação, quando define: "A educação brasileira deverá permitir, no período 1967-1976, a consolidação da estrutura de capital humano no país, de modo a acelerar o processo de desenvolvimento econômico". Cf. SOUZA, Maria Inéz Salgado. Os empresários e a educação. o IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis, Vozes, 1981. p'. 119.

63 MACHADO, Lucília R. de Souza. Educação e divisão social do trabalho. Sao Paulo, Cortez Editora, 1982. p. 10-127.

para a educação, o planejamento como "oAma kiótÔA^ca dz aoyvUioti
oocÃJCuí"^^ trata sempre de

"... A.z{f-j-ina/L e dinÁg-Ln. tznd0.ncU.cu> focã.cUá já exiú
tintu [oÁabo/uzndo novou,, quando mce^òôAAo}tendo
m vista a A.Qj.nte.gmç.ão e a contÁ.nuldadi do iÁj>tí
ma òoclat".^^

Implicando o planejamento um processo de opções polí-
ticas, em última instância, ele começa e termina no âmbito das
relações e estruturas de poder^^, e, por isto, as políticas tra-
çadas não colocam em risco a hegemonia dos grupos que detêm o
poder político de Estado, podendo ser planejadas e executadas
por estes grupos.

Dentro de um estilo economicista⁶⁷ quando se situa
a educação tendo em vista preponderantemente as necessidades
do sistema econômico, o Plano Estadual de Educação 1969/1980
diz que, para atuar como determinante do desenvolvimento e da
mudança, a educação deverá objetivar, pelo menos:

"- {^omação dz ma.õ-do. -obna quall^-tcáda,mau6ãAAa
ao ò-Utma pn.odxxtivo'.

- a zZzvaç.ão da Aenda Individual e. a cons2.qU.znte.
aquisição dz novos hábitos dz consumo:

64 PEREIRA, Luiz. Ensaio de sociologia do desenvolvimento. São Paulo, Pioneira, 1976. p. 15.

65 FORACHI, Marialice M.M. Sociologia do conhecimento e planejamento, In FORACHI, Marialice M. Org. Mannheim. São Paulo, Ática, 1982. p. 25.

66 LAYNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil 1930-1970. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. p. 310.

67 Os planos brasileiros posteriores a 1964 assumiram, em maior ou menor grau, um estilo economicista de situar a Educação no processo de desenvolvimento. Cf. HORTA, Josi Silvério Baia. Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil. São Paulo, Cortez Editora, 1982. p. 34.

- o *estabelecimento* cfe *novos padrões de mobilidade de 60 CAXII:*
- o *estabelecimento de vários novos métodos de avaliação da vida do mundo através da educação:*
- o *estabelecimento das condições materiais e culturais necessárias à participação efetiva no desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico da sociedade global.*
68

Assim, além de possibilitar "novos padrões de mobilidade social" e, conseqüentemente, criar "novos, hábitos de consumo" necessários ao desenvolvimento econômico pretendido, a educação tinha para o Plano Estadual de Educação 1969/1980 dois outros grandes objetivos. Um era preparar adequadamente a força de trabalho; o outro, divulgar "valores próprios da sociedade urbano-industrial, já que o aparelho de Estado planejava o desenvolvimento tendo como "convulsão" a industrialização.

A busca do desenvolvimento via industrialização fica bem claro quando, analisando a distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) de Santa Catarina, o Plano enfatiza que 67,14 % desta população ainda se inseriam no setor primário; somente 12,8% e 19,8% desta população atuavam no setor secundário e no terciário, respectivamente. O Plano considera extrema a participação da PEA no setor primário (67,14%) e pouco significativa no setor secundário (12,81). Lembra, ainda que se Santa Catarina visasse ao modelo de sociedade urbano-industrial, te

68 SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. Plano Estadual de Educação 1969/1980. Florianópolis, Secretaria da Educação, s.d. p. 3.

69 Ibid. p. 12 - Não há indicações quanto ao ano a que os dados se referem. Como o Plano foi elaborado basicamente de julho de 1968 a dezembro de 1969, infere-se que os dados se referem aos anos imediatamente anteriores.

ria de criar 180 mil empregos no setor secundário da economia para alcançar a taxa de 35% de participação da população economicamente ativa neste setor, a exemplo dos países desenvolvidos.

À educação caberia, neste processo, a tarefa de criar mecanismos de "formação de mão-de-obra" conforme as metas dos Planos de Desenvolvimento e as tendências do mercado de trabalho.

Está, portanto, explicitado a que orientações políticas sobre a educação respondeu o Plano Estadual de Educação 1969/1980, ou seja, a educação tida como útil ao desenvolvimento capitalista no Estado, principalmente à indústria catarinense.

Dentro da perspectiva assumida pelo aparelho de Estado, de incentivar o desenvolvimento industrial, perspectiva colocada desde o Governo Celso Ramos (1961/1965), é ao Governo Ivo Silveira (1966/1970) que cabe ajustar a Política Educacional à Política Econômica. Este ajustamento, no entanto, sofreu influência de uma postura idêntica adotada pelo governo federal, que, no período 1968-1971, cuidou, a nível nacional, com a promulgação das leis 5.540/68 (Reforma Universitária) e 5.692/71 (Reforma de 1.º e 2.º Graus), de também tornar as políticas educacionais coerentes com as políticas econômicas.

CAPÍTULO VI

Adaptação da política educacional à política econômica com assistência internacional

Antecedentes

A política educacional brasileira preconizada na Reforma Universitária (1968) e na Reforma de 1º e 2º graus (1971) surgiu, pois, da necessidade de adaptar a educação ao desenvolvimento econômico pretendido pelo aparelho de Estado.

A política econômica destinada a consolidar e expandir o capitalismo dependente (acentuando as relações de interdependência e complementaridade da economia brasileira com a internacional) foi vitoriosa em 1964 porque, segundo LANNI[^], ti[^] nha apoio das frações de classe que historicamente direcionavam a economia no país. De um lado estavam os grupos ligados à economia primária exportadora, e de outro, os grupos surgidos da expansão industrial e financeira.

A política econômica traçada após 1964, além de ter apoio dos principais grupos econômicos, se valeu da excepcionalidade política, quando o Executivo ampliou seus poderes com o Atos Institucionais e com as Constituições de 1967 e 1969. Um Executivo ampliado em seus poderes se justificava em razão da necessidade de garantir a implementação da política econômica, "cujaò bcu>2Á ^oÂãm oó-ðeiitacúu no govzmo Kubltóche.k—[e que] mantm a ca

[^] LAMI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil 1930- 1970. 3 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. p. 222.

na<iX.znZi>ticjCL do. toJi na zxpãnõo Induãt^Uai a mola (LS&mdal pana o d&oen
'volv-õne.nto".²

O aceleramento da industrialização, posto em prática, criou inúmeros empregos, tanto nas grandes empresas nacionais e multinacionais como nas firmas menores nascidas como subsidiárias destas. Além disto, a necessidade de criação da infraestrutura de comunicação, transporte e energia - tarefas assumidas pelo Estado -, fez com que este também oferecesse empregos que necessitavam de formação especializada. O surgimento de ocupações que exigiam maior qualificação fez ampliar o direcionamento para a educação, principalmente a superior, gerando movimentos reivindicatórios por mais vagas no ensino de 3º grau.

Diante da pressão social por mais vagas no ensino superior, o Estado brasileiro, que havia assumido, após 1964, novas funções econômicas, vai promover a

"... zxpãnõo do znõlno que., mbom gnandz, tzvz
d(L ò<iA contida dzyvUw do. cejutoò limitzò ...³

A adequação do sistema educacional brasileiro ao modelo de desenvolvimento "dzpe.nde.nte.-cu>òociado", que se fez necessária, foi subsidiada pela assistência técnica da Agency for International Development (AID) ou IDA (International Development Association). Fundada em 1960, a AID é uma agência com sede em Washington filiada ao Banco Mundial, que financia projetos de

² CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e democratização. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1975. p. 78.

³ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil - 1930-1973. Petrópolis, Vozes, 1980. p. 196.

desenvolvimento em termos mais suaves e flexíveis que os usuais em empréstimos internacionais.

A "ajuda" dos americanos aos brasileiros tem suas raízes históricas no estreitamento de relações diplomático-militares e econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos surgido durante a 2ª Guerra Mundial e intensificado na década de 60, quando os Estados Unidos se sentiram ameaçados em sua hegemonia na América Latina. Ante a ameaça representada pela vitória da revolução socialista cubana, os Estados Unidos responderam com o compromisso de preconizar e apoiar planos de desenvolvimento para os países latino-americanos. Daí é que, da reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) em agosto de 1961, resultaram a criação da Aliança para o Progresso e os compromissos firmados na carta de Punta dei Este.

Com estes mecanismos os Estados Unidos garantiram seus planos de expansão no hemisfério, tornando mais simples o controle econômico dos mercados latino-americanos e, entre estes, o mercado brasileiro. Assim,

"... a participação da população de, na prática, americano por meio da intervenção das multinacionais e da atuação da Jambô e OJÚjm suficientemente para a implementação de uma política econômica mais equitativa do que a atual. Conseqüentemente, os EUA não são apenas acadêmicos e técnicos e o seu papel de poder e a implementação de uma política econômica, como também estão iam e são a base de i aponte a política e técnica".

E é especialmente após 1964 que a ajuda externa americana se *faz* presente no Brasil, assessorando a administração pública para que esta se modernize e seja retomada a expansão econômica pretendida, já que estavam asseguradas as pré-condições políticas. A Agency for International Development (AID) entra neste momento com cooperação financeira e assistência técnica nos acordos específicos da educação conhecidos por Acordos MEC/USAID, firmados e executados entre os anos de 1964 e 1968 - alguns, com vigência até 1971. Os Acordos abrangem o sistema educacional em todos os níveis (primário, médio e superior) nos aspectos de reestruturação administrativa, planejamento e treinamento de pessoal docente e técnico.

O assessoramento proveniente da ajuda externa americana vai resultar em estudos que orientam posteriormente a direção tomada pelos grupos de trabalho constituídos para a Reforma Universitária. Tanto a comissão Meira Matos - criada em 1967 para levantar os problemas do ensino superior - como o grupo de trabalho da Reforma Universitária, constituído em 1968, refletiram em suas propostas, coincidentemente, as indicações que os relatórios dos Acordos MEC/USAID fizeram para o ensino de 3º grau. Estas propostas se transformaram no anteprojeto da Reforma Universitária, do qual se originou a Lei 5.540/68 (que dispõe sobre a organização do ensino superior) -. A reforma universitária foi posteriormente complementada pela reforma do ensino de 1º e 2º graus, que se efetivou em agosto de 1971 (Lei 5.692), e que ajustou estes dois níveis de ensino ao ensino superior.

Tais mudanças efetivadas na educação do Brasil, com a ajuda estrangeira, objetivaram principalmente a racionalidade do sistema educacional, isto é, contribuíram para que houvesse

maior "pAxxiutlvldadz" com menor soma de recursos financeiros. Segundo Otaíza ROMANELLI[^], isto foi decorrente do uso dos modelos de análise propostos pelos Acordos que orientaram as reformas do sistema educacional brasileiro: estes privilegiavam o tratamento do problema educacional como um problema setorial, isolado do contexto global da sociedade. Segundo esta autora.

"... o modelo dz análise quz põpoz o laolmznto do phjoc.z&i>o 2. do ^znom&no zducaclonal, longz dz dpzncu> iyAJnptUta z dli>to^(iido, aonsubstancia uma pAoposta qaz A.Z6uita zm tzohJjas quz pH.ztzndzm daJi jii!)ti{ilccuU.vclS a pH.zi>zn.vaq.dio dz urn dztznmlnado statuU) quo. Compo^uta-sz, dzs&a {^onma, como uma zsViatZQla. tzo^ca, quz, tongz dz izn. -ingznua,tzm objztcwo-i, szui dz^lnido-6 na manutzng.do da o^dzm politico - ECO nomlca-s a ciat".

Outro aspecto apontado por ROMANELLI, é a idéia de que, para os Acordos MEC/USAID, os problemas educacionais eram sempre decorrentes da incapacidade dos administradores da educação brasileira. Daí o uso de órgãos centrais de decisão e administração educacional para a coordenação e execução dos programas propostos pelos Acordos.

Entidades como o Conselho Federal de Educação, colocado como coordenador de vários convênios, justificam a exigência dos Acordos com respeito à inexperiência das autoridades administrativas e educacionais, principalmente a dos Estados, para resolver os problemas do ensino primário e médio que lhes estavam afetos. Entende-se, então, por que um dos Acordos, o

[^] ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, op. cit., p. 214.

[^] Ibid., p. 232.

convênio MEC/CONTAP/USAID/, de 31 de março de 1965, afirma:

*"VuncÁ.onãAx06 ccutegonÁzadò do ConóeXho, do UinU
tÔJúo e da VAAztonla dt EnòÃno SzcundÔAfo enten
dm quz a onÁ.mtação e oó^eó^oAomenio pon ponto,
doò conòuttoniò nonte-meAA.canoò, poò&wLdonzi, do,
ampla íxpzÁlêncÁa no plamjamznto do zmZno m nZ
vqJL Zótadaal, ò&não dz gnandz valia na connzção
dziòai, dz^ZcimcîcLò" .⁷*

Estava, pois, justificada a assistência técnica de peritos estrangeiros aos Estados que deveriam fazer planos de educação: esta era a exigência para o repasse de verbas federais.

Com este objetivo foram feitos vários programas de assessoramento aos Estados, entre os quais um convênio entre o MEC e a UNESCO para assessorar os Estados na organização de seus sistemas de ensino. A UNESCO (United Nations Educational Scientific and Cultural Organization) é uma agência especializada com sede em Paris, destinada a colaboração entre nações no campo da educação, da ciência e da cultura.

A ajuda da UNESCO também assumiu, num determinado período, a forma de assessoria, quando colocou à disposição dos países membros "pznAXoo" para dar orientação no planejamento e organização da educação. A partir de 1961, a UNESCO compôs com o Banco Mundial missões para selecionar ou preparar projetos

⁷ Item 10 do Acordo sobre o ensino médio. Convênio entre o MEC, através da Diretoria do Ensino Secundário (DES) e a USAID/Brasil, firmado em 31 de março de 1965. Cf. ALVES, Márcio Moreira. Beabá dos MEC/USAID. Rio de Janeiro. Edições Gernaca, 1968. p. 61.

que poderiam receber assistência do BIRD (International Bank for Reconstruction and Development) ou da Associação Internacional de Desenvolvimento - Aip.⁸

Pode-se deduzir⁹ que o convênio MEC/UNESCO, que resultou em assistência de peritos estrangeiros a vários estados do Brasil, entre os quais Santa Catarina, estava acoplado aos Acordos MEC/USAID para assistência técnica em assuntos educacionais, uma vez que a UNESCO, neste período, fazia tarefas auxiliares ao trabalho da AID, a agência norte-americana que firmou os convênios com o Ministério de Educação.

A ajuda de peritos estrangeiros na elaboração
do Plano Estadual de Educação
de Santa Catarina

Os acordos entre o Ministério de Educação e Cultura e a Associação Internacional de Desenvolvimento eram geralmente coordenados pelos órgãos centrais de decisão e administração da educação brasileira. Muitos dos convênios firmados foram coordenados pelo Conselho Federal de Educação, "cuja competência, na época, era mais ampla do que a de qualquer órgão".¹⁰

⁸ FUNDAÇÃO GETOLIO VARGAS. Planejamento da educação; um levantamento mundial de problemas e perspectivas. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1981. p. 12.

⁹ Embora buscássemos informações a respeito, não encontramos indicações mais concretas a respeito do convênio MEC/UNESCO.

¹⁰ ROMANELLI, Otaiza de Oliveira, op. cit., p. 214.

Assim é que o convênio MEC/UNESCO, do qual Santa Catarina obteve "CL6.6.16tmçuxi t̄zcnido!", foi coordenado por Dumerval Trigueiro Mendes, conselheiro do Conselho Federal de Educação. Desse convênio resultaram os Colóquios Estaduais para a Organização dos Sistemas Estaduais de Ensino - CEOSEs, realizados em vários estados brasileiros, que tinham por objetivo precípuo tornar efetiva a existência dos sistemas estaduais de ensino, criados pela lei 4.024, de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).¹¹

O programa tinha, ainda, por objetivos:

"a) o diagnóstico da situação com a finalidade de
rmdidai adnUnlòtnativci& z izcttíccu, quz poiòam
conduzi òl .ànpZantação de. novcu> eÁtAüXuJiOÁ ou
tmcaníomos no òiõtéma de. iduaação do Eòtado e.
na 0M.Qanlzaq.0j da. h.e^po.cZiva SzcAeXoAAja de.
Educação:

b) a dlhcuòção de. IdiòÁ que. devam ZaòtA.eaA a
.áua poiZtica de educação:

c) o planejamento educadonaZ".

12

Em Santa Catarina o CEOSE aconteceu em julho de 1967, com a participação de Jacques Torfes e Michel Debrun (peritos da UNESCO que compunham a equipe CEOSE).

¹¹ Até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases havia um único Sistema de Ensino que abrangia o país todo, e era coordenado pelo Ministério da Educação e Cultura.

¹² - BRASIL: Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Assistência técnica aos Estados no campo da educação; Colóquios estaduais sobre a organização dos sistemas de educação. Brasília, MEC, 1967. p. 5.

Neste evento, os dois peritos da UNESCO apresentaram documentos que analisam a situação da educação de Santa Catarina; as sugestões colocadas visavam a

"... con^AontaA, no tocantz ao òistma zducaclo_ nal, uma v-còão do. dzntho com uma vlão de. ioHja. Eòta, pon. 6zA alhoÁja, tom a pAobablZLdadc dz òzk, poA um lado, mal& ampla e óbztíva do quz a vlão doò quz vlvzm mzAgulhadoò na situação local, z, poA outAo lado, mznos pnãtica na sua p/ucmeAAa ^ofi mulação, pon. não tZA a vívzncía dz czAtos obstãcu los, mais ou mznos impondzAãvziò, quz sò sz podem aquílatoA. à poAtÁJi dz uma longa ^amilíaAidadz com aquzla situação.

As duas visòzs hão, pois, dz sz connlgin. mutua-
mzntz".^^

O CEOSE foi realizado em Florianópolis, na Faculdade de Educação da UDESC - Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina -, nos dias 5, 6 e 7 de julho de 1967, quando os professores estrangeiros debateram, com autoridades educacionais catarinenses, a situação da educação em Santa Catarina.

Para este evento os professores Jacques Torfes e Michel Debrun elaboraram vários documentos que analisam desde os aspectos administrativos até os aspectos pedagógicos da educação catarinense, a saber:

- Documento n? 1 - Introdução
- Documento n? 2 - Princípios da Reforma Administrat^

va

- Documento n' 3 - O ensino primário
- Documento n' 4 - Soluções sugeridas para alguns problemas principais do ensino primário e da educação permanente
- Documento n' 5 - A divisão de formação e aperfeiçoamento do magistério primário
- Documento n' 6 - Ensino Médio
- Documento n' 7 - Plano Estadual de Educação.

Este último documento enfatiza a necessidade do planejamento como forma de realizar de maneira racional e econômica os objetivos da coletividade. No caso específico da educação, o documento coloca:

"O Plano Estadual de Educação estabelece metas e objetivos de ação, pedagógica, cultural e social, em função do desenvolvimento do País, do Plano Nacional de Educação e do plano de ação, elaborado pelo PLAMEG"

O documento sobre o Plano Estadual de Educação, além da estrutura do Plano em si, discute aspectos operacionais de sua elaboração, tal como a composição da equipe julgada desejável para a elaboração de um plano de educação. Na opinião dos professores estrangeiros, esta equipe deveria se constituir em uma Comissão de Planejamento que teria entre seus membros: um economista, um especialista em estatística e interpretação estatística, um educador, um especialista em administração pública. Como se vê, para ser confiável, a equipe de elaboração

do Plano deveria ter vários especialistas, isto é, ser uma equipe técnica, pois um plano não pode

"... óeA o ^IUultcLdo d& dliauMôzi de tipo panZa mîntcUL, ou de iyu>tituiç.ôió ^iXo^ô^iccu, ou poéti- cas dz pzdagogoò ÍYU>pina.doò". 15

Já o documento n' 2 - Princípios da Reforma Administrativa - tece considerações sobre o papel do Conselho Estadual de Educação na elaboração do Plano, pois ao Conselho era delegado, à época, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (L.D.B.)⁶, a competência de elaborar os planos estaduais de educação.

Os peritos enviados pelo convênio MEC/UNESCO dão suas orientações também quanto ao papel do Secretário da Educação na elaboração do Plano. Para eles, caberia ao Secretário, que detinha o "comando gZobai da política zducacional [d]A òugzstôzò òob^z a viabiidadz política doi documzntos zm pnjzpanaqão" 17

Assim, a assessoria dada pelos professores Jacques Torfes e Michel Debrun não só definiu os aspectos técnicos da elaboração de um plano, como também envolveu aspectos políticos, relacionados a quem deveria participar da elaboração do documento.

Estas orientações estavam bem de acordo com a justificativa explicitada nos Acordos com entidades estrangeiras. Para

15. Ibid., p. 3.

16. Lei N. 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional.

17. UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Faculdade de Educação. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. CEOSE - Santa Catarina; Princípios da reforma administrativa, documento n' 2. Florianópolis, UDESC, 1967. p. 6.

os Acordos as dificuldades dos Estados na formulação de planos viáveis decorriam

"... do *Estado de São Paulo e do Conselho Estadual de Educação, 06* *do Conselho Nacional de Educação -*
dução de educação e do Conselho Nacional de Educação quanto
a formulação de planos concêntricos de ensino..."¹⁸

Portanto, segundo esta visão, os problemas existentes eram principalmente decorrentes da falta de experiência dos encarregados da administração da educação, e a assessoria de "pessoas" era, pois, indispensável.

Embora o CEOSE se tenha constituído no principal evento que contou com assessoria de estrangeiros, não foi este o único acontecimento a servir de subsídio ao Plano Estadual de Educação 1969/1980, que contou com assistência técnica da UNESCO¹⁹. Jacques Torfes colaborara anteriormente na pesquisa elaborada pelo Centro de Pesquisas Educacionais da Faculdade de Educação da UDESC denominada "*Sobre as condições do processo educacional de Santa Catarina*".²⁰ O relatório da pesquisa elaborada no decorrer dos anos de 1966 e 1967 foi entregue ao governador Ivo Silveira em abril de 1967. A recomendação final afirma

¹⁸ - -
Item 1 do acordo sobre o ensino médio. Convênio entre o MEC através da Diretoria de Ensino Secundário (DES) e a USAID/Brasil assinado em 31 de março de 1965. Cf. ALVES, Mareio Moreira, op. cit. p. 60.

¹⁹ Em novembro de 1967 os técnicos da UNESCO enviaram ao Governo do Estado um relatório sobre a situação do ensino de Santa Catarina. Cf. SANTOS, Silvio Coelho dos. Um esquema para a educação em Santa Catarina. Florianópolis, Edeme, 1970. p. 10.

²⁰ O Centro de Pesquisas Educacionais da Faculdade de Educação colaborou com vários estudos para o Plano Estadual de Educação 1969/1980. Em 1966 elaborou "Subsídios ao Plano Quinquenal de Educação 1966-1970. Em 1966 e 1967: "Sobre as condições do Processo Educacional de Santa Catarina". Seguiram-se, a este, os trabalhos: "Expansão da escolaridade primária até a 6a. série" e "Evasão e Repetência nas comunidades pesqueiras", ambos de 1968.

va que se fazia necessária

"A organização de um grupo do tipo Yilcoi de ato ni
vez que, at/iauéo da aolabonação de. oAgattcômio^ na-
clonaló z InteAnacZonaú., eZaboKz o pZanzjamznto
IntzgAoZ do pA.océó^o zducacional catoAlnm,z,aju^
tando-oi aoò planos globalò dz deÁznW}olvlmznZo do
Estado z dzteÂmlnando a& modificações ZòtÂotu/uxls
z funcionais quz sz fazem nzczzsÔAÃas na mÃaqlna
admlnlstAaZíva rz sponsãveZ pzlo contAolz z dzszn-
volvlmznXo da zducação".²¹

O governador afirma, ao receber a pesquisa, que

"... pnjOCJuHjcuia, atnavh, da SzcziztoAla da Educação
z dos demais Órgãos zncannegados da zxcução da
poUXlca zducacloaZ, H.zaJU.zan. na prática os rz
suttados dessa pzsqulsa".²²

e constitui, mais tarde (1968), uma comissão e um grupo de tra-
balho destinados a elaborar o Plano Estadual de Educação.

21 SANTOS, Silvio Coelho dos. Sobre as condições do processo educacional em Santa Catarina. Florianópolis, UDESC, 1967. p. 152.

22 IVO - recebe pesquisa e diz que o governo s5 quer a verdade. O Estado, Florianópolis, 06 abr. 1967. p. 8.

O Conselho Estadual de Educação e o
Plano Estadual de Educação 1969/1980

O Conselho Estadual de Educação, entidade que coordenou os estudos para a elaboração do Plano² ³⁻, não tinha, na concepção dos técnicos da UNESCO, as melhores condições para tal tarefa.

Para eles, os membros do Conselho,

"... *m pnméAAo lugoA,*

[...] *não podzAlam òz dzdicafi aontinumzntz a tal toAz^a, a qual, todavia, poJia divéAA-çdadz e com plzxlđadz doò òzuò aóp&cto^, zxtgz ma dedicação quakz IntegHjoZ [... •']*

m segundo lugoA [...] o conteúdo pomenonlzado dos planos deve sen obnxi de técnicos: e os mm-bnjos do conselho não o são ^onçosamente, m que
peòe0 seu valon como educadones".^{2,4}

Mas, apesar destas recomendações, a Comissão Superior de Estudos e o Grupo de Trabalho constituídos para a elaboração do Plano eram compostos, em sua totalidade, por elementos do Conselho Estadual de Educação, embora estes conselheiros

²³ Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961) aos conselhos estaduais de educação caberia a tarefa de elaboração dos planos estaduais de educação.

Pelo decreto N.SE - 03.07.62/1.672, que aprova o regimento interno do Conselho Estadual de Educação, este é subordinado tecnicamente ao Conselho Federal de Educação, e o órgão máximo de orientação e coordenação do ensino no Estado de Santa Catarina (art. 19).

²⁴ UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Faculdade de Educação. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. CEOSE - Estado de Santa Catarina; Princípios da reforma administrativa; documento nº 2. Florianópolis, UDESC, 1967. p. 5.

tivessem sido indicados na qualidade de técnicos e de representantes de outras instituições.

O decreto N.SE 7.023, de 25 de julho de 1968, constituiu, para a elaboração do projeto do Plano Estadual de Educação, a Comissão Superior de Estudos, à qual caberia programar as metas quali-quantitativas do referido Projeto. ²⁵

Ao Grupo de Trabalho do Plano, constituído em direta articulação com a Comissão Superior de Estudos[^] supervisionado e orientado por esta Comissão, caberia fazer estudos e sugerir medidas necessárias ao Plano Estadual de Educação. ²⁶

O fato de a Comissão Superior de Estudos e do Grupo de Trabalho se constituírem na totalidade de conselheiros gerou controvérsias dentro do próprio Conselho Estadual de Educação. Na sessão plenária de 30 de julho de 1968, os conselheiros debatem a redação do citado decreto, apontando-lhe inúmeras falhas, entre as quais o não envolvimento de entidades como a Universidade Federal de Santa Catarina e a Federação das Indústrias e do Comércio. Celestino Sachet recebe a incumbência de fazer um contato com o Governador para examinar os vícios do decreto, apontados pelo Conselho.

25) * Comissão Superior de Estudos era integrada por quatro elementos:

- Osvaldo Ferreira de Melo, presidente da comissão (conselheiro e presidente do Conselho Estadual de Educação no período de 7 de agosto de 1968 a 7 de agosto de 1969)
- Padre Eugenio Rohr (conselheiro suplente indicado em 09/02/65 e reempossado em 21/02/67)
- Clóvis Souto Goulart (conselheiro suplente indicado em 02/05/67 e conselheiro indicado em 23/12/69)
- Celestino Sachet (conselheiro suplente indicado em 29/08/67 e conselheiro indicado em 07/10/69).

26) O Grupo de Trabalho era constituído por:

- Celestino Sachet (coordenador do Grupo de Trabalho)
- Pedro Nicolau Prim (conselheiro suplente indicado em 15/08/63)
- Silvio Coelho dos Santos (conselheiro suplente indicado em 18/11/69).

No entanto, as indicações para a constituição da Comissão e do Grupo de Trabalho foram mantidas, e o próprio governador Ivo Silveira vem ao Conselho, um mês depois (27/08/68), para afirmar que

"...completamente, na capacidade dos componentes da comissão do grupo de trabalho [e que] o governador não teria qualquer influência a qualquer título do piano, ficando tudo sob a neoponabância do técnico, do professor, e daí, é o membro do Conselho". ²⁷

Por outro lado, vale ressaltar que praticamente todos os integrantes da Comissão Superior de Estudos e do Grupo de Trabalho exerciam funções hierarquicamente significantes no aparelho de Estado²⁸, e portanto eram pessoas de confiança do Governador. Esta confiança era necessária, uma vez que a Comissão Superior de Estudos, que se articulava com o Grupo de Trabalho, era vinculada diretamente à Chefia do Poder Executivo (art. 2º do decreto 7.023).

27 CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Ata da sessão solene de 27/08/68.

28 Segundo o Decreto 7.023, os componentes da Comissão Superior de Estudos e do Grupo de Trabalho, exerciam as seguintes funções:

- Osvaldo Ferreira Melo - assessor técnico do Poder Executivo
- Clóvis Souto Goulart - consultor jurídico da Secretaria da Educação
- Pedro Nicolau Prim - assessor técnico do Gabinete de Planejamento.

Os demais componentes eram ligados ao setor educacional:

- Padre Eugênio Rohr - único que não exercia funções no aparelho do Estado; pertencia à rede particular de ensino
- Celestino Sachet - Reitor da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC
- Sílvio Coelho dos Santos - assistente de direção do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais da Faculdade de Educação da UDESC.

Além disso, sendo todos conselheiros, haviam sido indicados para esta função pelo Governador, pois a nomeação dos membros do Conselho é atribuição do chefe do Poder Executivo.²⁹

Vale ressaltar, ainda, o papel do então Secretário da Educação ^{QA} durante os trabalhos de elaboração do Plano, estando presente ou enviando representantes nas principais reuniões sobre o Plano, no Conselho Estadual de Educação. O próprio Secretário apresentou sugestões "fAZosÓliao-constAXacioncili>" que se destinavam à parte introdutória do Plano.³¹

Sob a vigilância do Secretário da Educação, os componentes da Comissão Superior de Estudos e do Grupo de Trabalho tiveram a responsabilidade última de traçar os rumos do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina.

Embora apareçam como entidades consultoras, institu[^]ções não ligadas ao aparelho de Estado - Universidade Federal de Santa Catarina, Associação Brasileira de Enfermagem, Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul e Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino - não parecem ter tido voz na direção tomada pelo Plano, uma vez que, nas sessões do Conselho onde se fizeram as principais discussões, elas nunca são citadas, o que demonstra que não tiveram influência significativa.

29 SANTA CATARINA. Decreto N. SE 03.07.62/1.672, que aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação (art. 29).

30 Ocupava a Secretaria da Educação naquele momento o General Jaldyr Ehering Faustino da Silva, permanecendo no cargo de março de 1969 a março de 1971.

31 CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - Ata da 316-^a sessão plenária, realizada em 18.03.69.

Este fechamento em termos de um pequeno grupo diretamente ligado ao aparelho de Estado, ocorrido em Santa Catarina quando da elaboração do Plano, também foi a tônica das reformas educacionais a nível nacional, principalmente quando da Reforma Universitária em 1968. Naquele evento.

"Não houve discussão e debate público, a imprensa e os meios de comunicação de massa não vieram para divulgar o resultado. Estudantes e professores praticamente não participaram..." ³²

Esta postura adotada para a elaboração de uma política, no caso a educacional, é coerente com o momento político vivido no Brasil à época, quando se havia implantado um regime autoritário que

"... caracteriza-se pela concentração da sociedade civil em torno do tema de controle ao Estado..." ³³

Tanto em Santa Catarina como, em geral, no Brasil, o cerceamento da discussão dos rumos a tomar em termos de política educacional propiciou que as orientações dadas pela ajuda internacional pudessem ser seguidas, uma vez que, não se ampliando o debate, era mais fácil adaptar a política educacional à política econômica pretendida pelo aparelho de Estado.

³² FREITAG, Barbara . Escola, estado, sociedade. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979. p. 84.

³³ SROUR, Robert Henry. A política dos anos 70 no Brasil. São Paulo, Econômica Editorial, 1982. p. 36.

CAPÍTULO VII

Plano Estadual de Educação

O Modelo

No capítulo anterior discorreremos sobre a ajuda internacional dada ao Brasil quando se traçaram novas políticas educacionais, verificando que a UNESCO, que deu assessoria para a organização do Sistema de Ensino de Santa Catarina, fazia um trabalho acoplado ao trabalho da USAID, que colaborou com as reformas de ensino a nível federal (Reforma Universitária e Reforma de 1º e 2º Graus) .

Tentaremos agora verificar: 1) se as orientações dadas a Santa Catarina por Jacques Torfes e Michel Debrun são endossadas no Plano Estadual de Educação 1969/1980; 2) cotejamos as principais mudanças introduzidas posteriormente pela lei 5.692/71 (Reforma do ensino de 1º e 2º graus em âmbito federal). Isto se faz necessário para confirmar se havia um direcionamento geral nas reformas educacionais empreendidas tanto a nível federal, quanto a nível estadual, uma vez que o trabalho da UNESCO em Santa Catarina era decorrente de um convênio feito com o Ministério da Educação e Cultura, e, portanto, obedecia a diretrizes (formalmente) fixadas pelo órgão central da Educação no país. ^

¹ O Programa CEOSE (Colóquios estaduais sobre a organização do Ensino), para o qual foi firmado o convênio entre o MEC e a UNESCO, visava oferecer assistência técnica aos Estados, atribuição específica dos departamentos e serviços do Ministério da Educação. Cf. UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Faculdade de Educação. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. Colóquios estaduais sobre a organização dos sistemas de ensino. Florianópolis, UDESC, s.d., p. 1.

Entre os documentos elaborados pelos professores enviados pela UNESCO a Santa Catarina destacam-se, pelo tratamento mais amplo, os referentes ao ensino primário e ao ensino médio. O documento que trata do ensino primário coloca como um dos principais problemas deste nível de ensino, a repetência e o colar, apontando como remédios:

- 1 - Viés do ambiente da primeira série primária.
- 2 - Voz do ensino pré-primário
- 3 - Modificações do programa da primeira série primária
- 4 - Re-qualificação dos professores
- 5 - Melhoramento do magistério³.

Enquanto as duas últimas medidas se referem à melhoria do corpo docente, as três primeiras, segundo expressão do documento, têm como objetivo melhorar a opinião dos pais quanto à competência dos professores e dos seus filhos: evitariam que as crianças permanecessem dois ou três anos na primeira série do então curso primário; neste período de tempo percorreriam uma série preparatória, uma primeira e uma segunda série com promoção quase automática³. As duas primeiras medidas (desdobramento da primeira série primária e desenvolvimento do ensino pré-primário) destinam-se a melhorar a articulação entre o lar e a escola, sendo

"... a socialização [...] feita numa Instância educativa, numa série principalmente, dedicada à adaptação e ao desenvolvimento do aluno no sistema

¹ UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Faculdade de Educação. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. CEOSE - Estado de Santa Catarina; Ensino primário; documento nº 2. Florianópolis, UDESC, 1967. p. 7.

³ Ibid., p. 6.

"SOCÁ/xZedco'oa."

Junto com a criação desta série preparatória do ensino primário seria também desenvolvido o ensino pré-primário para as crianças de 3 a 5/6 anos, e era justificado *"muito zópcMxzmente em zonoó Indoótniatizadaó ou-le Intensamente uM.ban⁵zadcu"* Além destas medidas de *"oatallzação"*, os peritos da UNESCO colocam que era

"... incliópenóavel modif[^]tcoAfundamentalmente o CUAAZCUIO da pAtmei/ui sénte pnãmõAAxL que é, na neatidade, muito dl[^]Zcil. [...] Paneae que o educadon [...] conveAteu esta iõJvie numa vendadeiAa Univeúidade do Povo".

Assim, criando-se séries preparatórias e séries pré-primárias e facilitando-se o conteúdo da 1^a série, redefinir-se-iam os conteúdos do ensino primário, possibilitando que maior número de alunos chegasse ao final deste nível de ensino, aumentando o fluxo para o ensino médio. Este também teria seus conteúdos redefinidos.

"... em função, pon um lado, da extensão da eóco laAtdade obnlgatónÁxi, e, pon outno lado, daó neaesóldades da sociedade industnlal em ^onmação, que está a exlgiA uma gnande {flexibilidade de ionmação de nlveZ médio, uns devendo panan. nele, ou tnjos In um pouco alm, outnos Ingnessan no ensino supenlon pnopnlamente diXo"J

[^] Ibid., p. 6.

5 Ibid., p. 8.

6 Ibid., p. 8.

7 UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Faculdade de Educação. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. CEOSE - Santa Catarina; Ensino médio, documento nº 6. Florianópolis, UDESC, 1967. p. 1.

Estas posturas defendidas pelos especialistas Jacques Torfes e Michel Debrun orientaram a extensão da escolaridade obrigatória em Santa Catarina, o que se concretizou em 1969 com a criação do ciclo básico de oito anos de ensino, ⁸ resultado da fusão do antigo ensino primário com o ensino ginásial (ensino médio de 1º ciclo). A extensão da escolaridade harmonizava-se com os valores expressos no artigo 176, § 3º, inciso II, da Constituição Brasileira de 1967: *"o ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais"*.

Com a criação do ciclo básico, aboliu-se o exame de admissão (provas de conhecimento feitas para o ingresso no ensino ginásial) e estabeleceu-se *"a obrigatoriedade de escolarizar as crianças entre 7 e 14 anos em todo o território catarinense, garantindo o Estado a escolarização por oito anos seguidos"*. ⁹

A ampliação da obrigatoriedade escolar para dito anos foi também, posteriormente, uma das principais modificações introduzidas a nível federal pela Lei 5.692/71 (Reforma do ensino de 1º e 2º graus), e era justificada pelo grupo de trabalho que a elaborou por duas razões principais:

"A primeira situa-se no maior desenvolvimento socio-econômico, que vai incorporando à força de trabalho e de consumo amplos segmentos da população, antes marginalizados, para os quais a educação já surge como necessidade imediata; e a segunda identifica-se com a evolução dos conhecimentos determinando novas técnicas de produção e for

⁸ Artigo 29 da lei 4.394, de 20 de novembro de 1969, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina.

⁹ SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. Plano Estadual de Educação. Florianópolis, Secretaria da Educação, s.d., p. 3.

*moò de. vida, num mundo governado peza ciinclua ,
quz tomam Inóu^lcUente. a tradicional educação
pfúmÔAÁja como pAepa^w mZnimo do homem comum.. "10*

O aumento da escolaridade obrigatória, tanto preconã_
zada pela nova política nacional de educação para o ensino de
1º e 2º graus (lei 5.692/71) como pela política de Santa Cata
rina (traçada no Plano Estadual de Educação 1969/1980), era co
locado como necessário a industrialização pretendida^^. Com a
nova proposta se desejava oferecer

*"... uma educação bñilca completa, capaz, inclui,l
ve, de pnepaxan. o jovem pa^ja, aoò 14 anoò, exeA-
ceA atividades phjo llÁòlonajj, compatZvetá". 1-9*

Por isso, o Plano coloca que

*"... a educação [...] deve co/iAeA pajulela ao pno
ces-òo econômico. Caòo contrñajjio ela não podenta
ten. seguimento pleno pon inexistência ou insu^i
ciência da técnica e mão-de-obna especializada e
até cento ponto, pon ^alta de consumidones dos
novos bens pnoduzldos". 13*

10 RELATÓRIO do grupo de trabalho da Reforma de 19 e 29 graus. In: VASCONCELOS, P. José. Legislação Fundamental ensino de 19 e 29 graus. São Paulo, Lisa, 1972. p. 15.

11 No entanto, para Luiz Antonio CUNHA, a extensão da escolaridade serviu para os discursos de grandeza do Brasil, pois, com esta medida, o país "estaria se aproximando dos países desenvolvidos, das grandes potências, referência e alvo de seu desenvolvimento". In: Educação e desenvolvimento social do Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979. p. 280.

12 MELO, Osvaldo Ferreira de. Proposição de uma estrutura escolar. Colaboração à Comissão Superior de Estudos encarregada de elaborar o Plano Estadual de Educação. In: Teoria e prática do planejamento educacional. Porto Alegre, Globo, 1969. p. 77.

13 SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. Plano Estadual de Educação. Florianópolis. Secretaria da Educação, s.d., p. 3.

Considerando-se que tanto a política nacional (lei 5.692) como a política estadual (Plano) foram traçadas com as assistência técnica de, entidades internacionais, verificamos que a extensão da escolaridade era colocada como um dos pontos principais das "políticoõ dz ajuda" para o desenvolvimento.

A Aliança para o Progresso (instituída em 1961 como uma nova política dos EUA para a América Latina), em seu Plano Decenal de Educação, já colocava como meta, no ano de sua criação,

"... pn.opoA.clonon., no mZnmõ., 6 alãso ò de. educa
ção phãmÔÁAM. ghjdtuita e obAlgatÔnla, paAa toda a
população em idade e^cotax" 15

A Segunda Conferência sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina, realizada no Chile em 1962, patrocinada pela CEPAL, OIT, FAO, OEA e UNESCO¹⁶ (que deu assistência a Santa Catarina, quando da elaboração do Plano), recomendou que a estrutura escolar dos países da América Latina compreendesse:

14 Segundo José Oliveira ARAPIRACA, as políticas de ajuda aos países subdesenvolvidos promovidas pelos países hegemônicos "são tentativas de enfraquecimento dos Estados - Nação subdesenvolvidos para que se modernizem, e dessa forma, aumentem seu poder de consumo para que o crescimento de capital dos países hegemônicos possa fluir [...]. A educação tem sido o segmento social mais utilizado por ser o mecanismo de reprodução ideológica mais efetivo de controle de poder, como também por tornar mais objetiva a manipulação das burguesias locais". In: A USAID e a educação brasileira. São Paulo, Cortez Editora, 1982. p. 74.

15 ARAPIRACA, José Oliveira. Op. cit., p. 140.

16 CEPAL - Economic Commission for Latin Americas (Comissão Econômica para a América Latina)
OIT - International Labour Organization (Organização Internacional do Trabalho)
FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)
OEA - Organização dos Estados Americanos
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

"... ma pAAmeÁAa etapa de 5 a 9 anoi de educação , genal que, Aobne a boae do penZodo pné-pMÁmÔAto ou educação pnoPoAcionada no ùvi, abnanja a educa ção pfúmÔMÁja e o 7? cicZo ou o cXlo bãotco da Zn^ tULção média" .¹⁷

A extensão da escolaridade foi também tema central da III Conferência Nacional de Educação realizada em Salvador (Ba hia), em 1967, que, segundo ARAPIRACA,¹⁸ internalizou a orientação da Aliança para o Progresso para a implantação do novo modelo educativo brasileiro.

Em Santa Catarina, seguindo esta tendência, em 1968 foi efetuada uma pesquisa pelo Centro de Pesquisas Educacio nais da UDESC, cujas conclusões mostram-se ajustadas às postu ras manifestadas anteriormente por Jacques Torfes e Michel De brun, especialistas da UNESCO, que argumentavam: o ensino médio deve se articular principalmente com o ensino primário em fun ção da extensão da escolaridade obrigatória.¹⁹ O relatório da pesquisa Expansão da Escolaridade Primária até a 6^a série afir ma :

"Uma articulação nacional entre o primário e o médio tonnanta o òegundo pnoLongamento do primário - Ho nm pMjOcedio continuo que nedundania na concne tização da eòcolxuividade obnigatõnta de oito anoz aZem da iente --20 nepanatonta".

¹⁷ ARAPIRACA, Josi Oliveira, Op. cit., p. 142.

¹⁸ Ibid., p. 149.

¹⁹ UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Facul dade de Educação. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. CEOSE - Santa Catarina; Ensino médio, documento nº 6. Florianópolis, UDESC , 1967. p. 1.

²⁰ Expansão da escolaridade até a 6-^a série. Florianópolis , UDESC, 1968. p. 69.

Também neste documento, a expansão da escolaridade obrigatória era colocada como uma necessidade;

"O PAOCZABO de. InduUitxiatizaqRo InicJido no paZi e em Santa CataAlna pA.omovea malon. aoncentAação dai popuZaçõeA uAbanai e. o cAe^cÂmento da A.enda naciõnai. Eòòa modlflação trouxe efeÃXoi Âme.dia to& òobh.e- a demanda do en&Xno, pol6 naó atividades UÂ.banai> a InòtAjação aonòltal A-equl^lXo funda mental". 21

Como se pode deduzir das colocações feitas anteriormente, o ideário formulado pela *"ajuda InteAnaclonaZ"* serviu de apoio à extensão da escolaridade fundamental preconizada pelo Plano Estadual de Educação 1969/1980, para Santa Catarina, e que, aliás, também foi estabelecida para todo o Brasil pela lei 5.692/71. O próprio relatório do grupo de trabalho que elaborou o anteprojeto da lei 5.692 diz que a escolaridade obrigatória de oito anos é *"adotada univeualmente pela UNESCO"*.

22

Uma escolaridade mínima de oito anos possibilitava um aprimoramento da força de trabalho, o que traria benefícios para a industrialização, bem como ampliaria o consumo dos produtos industriais produzidos. Portanto, estava de acordo com a política econômica traçada, tanto para o Brasil quanto para Santa Catarina, que tinha como meta o desenvolvimento industrial.

Era coerente também com o modelo de desenvolvimento associado delineado mais nitidamente no Brasil após 1964, quando a

21 Ibid., p. 15.

22 RELATÓRIO do grupo de trabalho da reforma de 19 e 29 graus. In: VASCON celos, P. J..., op. cit., p. 18.

"... amptiaçRo de Aamoi que cofUtituZm a ba&e da pAAÔmlde InduôtAlaZ dea-ôz corn a moô^iva poAtcci-pação dz capWJÚÁ z&tAangzJjioô, quz pasioAam a do_ mlnan. oi /uzmoô-chavz^ do apoAzlho IndiutAlal".

Para ajustar o plano político ao econômico estabeleceram-se relações externas definidas como doutrina da interdependência (econômica, militar e política)² A ajuda interna - cional a educação oferecida ao Brasil pela USAID e a Santa Catarina pela UNESCO se insere neste contexto. Nas relações de interdependência, os países hegemônicos oferecem ajuda aos países periféricos, tendo em vista principalmente seus próprios interesses. No caso da ajuda para as modificações no sistema educacional, os países que instalaram filiais de suas empresas no Brasil também se beneficiaram das medidas resultantes das reformas educacionais. A extensão da escolaridade obrigatória, por exemplo, beneficiou estas empresas, principalmente porque poderiam contar com mão-de-obra com alguma educação e treinamento, e, ao mesmo tempo, barata. ²⁵

O aumento da escolaridade mínima, que o Plano Estadual de Educação 1969/1980 previu para Santa Catarina, foi também influenciado pela modificação do sistema de avaliação do ensino. Antes das medidas do Plano o sistema de avaliação

"... ZA&i baòzado no dzòzmpznhu do coA.po diòczntz fn.zntz a dzfinldai, paAtzô doó PAogAomoô dz Enòinq. eòtabzlcldoò zonzomz a AZJUZ zm quz o atuno ôz znzontfiava". ²⁶

23 PEREIRA, Luiz. Ensaio de sociologia do desenvolvimento. São Paulo, Píneira, MEC, 1975. p. 152.

^^Ibid., p. 154.

^^ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da educação no Brasil 1930-1971. Petrópolis, Vozes, 1980. p. 234.

26 FIORI, Neide A. (coord.). Acesso ao ensino superior - articulação entre o ensino de 2º grau e o ensino superior. Florianópolis, UFSC, 1980. p.113.

Enquanto o aluno não dominasse as partes do Programa previstas para cada s rie escolar, permanecia nesta s rie, o que se constitu ia em "reprova  o". Os crit rios de "aprova  o" e "reprova  o" foram substituídos, pelo Plano, pelo regime de verifica  o do rendimento escolar denominado Avan o Progressivo²⁷:

"  a *vexilldaq- o do mnd mnto e^col a no c cio b  zlco tqji . conseqUincicL  did tica, vi ando o acompanhamento e pozte/Uon necupeAa o do educando, excluZdoz ch X Jtios de aprova o ou reprova o".^^*

Esta medida ajudou a garantir os oito anos consecutivos de escolaridade previstos pelo Plano, uma vez que

"O  - >tema de avan o progrei ivo velo a Liberar o zl tema de emino do  nu& de dar e cota a aJui-no  repetente : con eqllentemente, ^ez com que  e aceiera  e o ^luxo de  aZda doi, alunoz do en -ino elementar e o  lztma de eiuZno pode of,erecer maior n mero de vaga  a popula o e colar".

29

O pr prio Plano enfatiza que a elimina  o do fen meno da repet ncia permitiria o aproveitamento mais racional do equipamento escolar.³⁰

27 O Centro de Ci ncias da Educa o da Universidade Federal de Santa Catarina elaborou, no ano de 1983, dois trabalhos com refer ncia ao Avan o Progressivo, a saber:

DUTRA, Alzira Hessmann, et alii. O avan o progressivo; uma proposta pedag gica de avalia o do rendimento escolar distintiva da reorganiza o do ensino em Santa Catarina. Florian polis, UFSC, 1983.

SENNA, Guiomar Os rio & MEDEIROS, Nina Rosa Lima. Relat rio de pesquisa; o sistema de avan o progressivo e suas conseqU ncias no Estado de Santa Catarina. Florian polis, UFSC, 1983.

28 SANTA CATARINA. Secretaria da Educa o. Plano Estadual de Educa o. Florian polis, Secretaria da Educa o, s.d., p. 6.

29 FIORI, Neide A. (coord.). Op. cit., p. 130.

30 SANTA CATARINA. Secretaria da Educa o. Plano Estadual de Educa o. Florian polis, S cretaria da Educa o, s.d., p. 17.

Além das medidas que se consubstanciariam na ampliação da escolaridade fundamental, o Plano Estadual de Educação 1969./1980 pretendeu

"... *moM.gayU.zoA. o enzlno médio de 2Ç nZveZ, obje-
tlvando etòlnafL a di^eAencÃ.ação doò divzAÁOi cuA
òòò ndò daoÁ pAÁjn2ÁAo!> óéfvieò e Implantando o Ae-
glme de opç.õe& ficundÕAlo, pedagógico e pAjo{,Li>-
òlonal) após a concZu&ão do 29 gAau,zem entretan-
to obòtaA que o egAeóòò de qualquer, das opçõe-
poòtule a untveAòldade, apÕò ,a conclusão do 3Q
grau".³¹*

As medidas previstas para o ensino médio de 2° ciclo (atual ensino de 2° grau) não chegaram a ser implantadas em Santa Catarina. Uma das razões que podem ser apontadas é o fato de se programar a implantação gradual do Plano, o que aconteceu efetivamente no ano de 1970; as inovações foram implanta- das apenas na 1^a e na 5^a série do ciclo básico (atual 1° grau). A plena implantação do ciclo básico era meta a atingir somente no ano de 1980, não havendo referência quanto à realização das medidas preconizadas para o ensino médio de 2° ciclo (atual 2° grau). As modificações deste nível de ensino foram antes alcançadas pela lei 5.692/71, que profissionalizou o ensino de 2° grau, com a justificativa de que

*... todoò, num paZò como o BAoiH, devem chegaA
ã Idade adulta com aZgum prepoAo poAa o traba-
lho...³²*

³¹ Ibid., p. 3

³² RELATÓRIO do Grupo de Trabalho da Reforma de ensino de 19 e 29 graus
In: VASCONCELLOS, P. Josi ... Op. cit., p. 20.

Dentro da perspectiva assumida no início deste capítulo, de cotejar o "modo A-o" ao Plano Estadual de Santa Catarina com a Reforma empreendida pela lei 5.692/71, podemos verificar que as medidas do Plano para o ensino de 1º grau se aproximaram bastante das previstas na referida lei para todo o país, e tinham a mesma "fonte de inspiração" — a ajuda internacional para a educação.

Quanto ao ensino de 2º grau, o Plano não prevê uma profissionalização total, pois sobre os dois primeiros anos comuns, correspondentes a um núcleo básico, poderia, além do ensino pedagógico e do ensino técnico, persistir o ensino secundário "dLivzãJizficado para aXicndoA, pnlnclpalme.ntz, ao kczoòo ã Unlvzui dadi".^^

A criação deste núcleo básico nos dois primeiros anos do ensino de 2º grau seguia orientação dos professores da UNESCO enviados a Santa Catarina, os quais argumentavam que "m tzJmoò dz mzxgado dz tnabaiho, z convznizntz quz ózjam pAZ6ZA.vadaá,atz o fim do ciclo coZzgiat, a& poòòibitidadzò dz tnanófzA.zñciaó^{3A}, pois, segundo as variações de oportunidades de emprego num dado tipo de atividade econômica, o aluno poderia vir a optar pelo ramo do ensino que melhor se adaptasse às novas tendências do mercado de trabalho.

Estes mesmos professores alertavam para a necessidade da criação, em caráter experimental, de um colegial curto 35

33 SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. Plano Estadual de Educação. Florianópolis. Secretaria da Educação, s.d., p. 6.

34 UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Faculdade de Educação. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. CEOSE - Santa Catarina; Ensino médio, documento nº 6. Florianópolis, UDESC, 1967. p. 10.

35 Esta medida não chegou a ser proposta no Plano Estadual de Educação 1969/1980.

com currículos bastante práticos, a fim de

"... Q.WJAXoA o mgOÁÁO.fomento de eentoò veõtibuía
h.eÁ e de cutendvi ã demanda, que 6Õ podenjã cJieòceA
de técnicos de nZvet médio".³⁶

Esta orientação, de desviar a demanda do ensino superior, propiciando ao estudante ingressar mais cedo no mercado de trabalho, tem sido colocada como a principal função da profissionalização prevista para o ensino de 2º grau pela lei 5.692³⁷, uma vez que, a partir de 1965, havia aumentado muito no Brasil o número de candidatos ao ensino superior; a expansão, segundo as exigências da demanda social pela educação superior, poderia comprometer em parte a política econômica adotada pelo governo.

Daí que o grupo de trabalho da reforma universitária, a nível nacional, prevê a necessidade de uma nova escola média de 2º ciclo, onde

"... oò divehJiOò tipoò de foAmação eòpeclal e
pAoflòslonat, tomadoò obnlgatõnloò, ie OÁoentem
òobfie a baòe de eòtadoi, genals pana todos. Eòtes,
além da. ImpoAtância que têm em òl meòmoò, levam
òb malí, capazes ã Unlveuldade; aqueles pnedls-
põem ao exeAcZclo de ocupações ütels, evitando
a mcuignlização dos que enceMòm a vida es colon.
ao nZvel segundo".³⁸

³⁶ UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Faculdade de Educação. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. CEOSE - Santa Catarina; Ensino médio, documento nº 6. Florianópolis, UDESC, 1967. p. 10.

³⁷ Ver principalmente: CUNHA, Luiz Antonio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.
ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da Educação no Brasil 1930-1970. Petrópolis, Vozes, 1980.

³⁸ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Reforma universitária. Brasília, MEC, 1972. p. 29.

Além da necessidade de conter a demanda ao ensino superior, a profissionalização do ensino de 2º grau também é analisada por muitos autores brasileiros como decorrente da adequação da política educacional à política econômica, uma vez que pretendia formar os técnicos de nível médio de que presumidamente o sistema econômico necessitaria. 39

Como se vê, as medidas previstas pelo Plano Estadual de Educação 1969/1980 para o ensino médio de 2º nível (atual ensino de 2º grau) e as medidas previstas pela lei 5.692/71 para este nível de ensino nasceram da mesma preocupação: "lomaqRo dz fLZcuAAOò humano-ò apAopAlávzü, aoo tJizi. zztofizò da zaonomla ózgundo oò pZanos dz dz&znvo&vImznto" . 40

Embora com diferenças (uma vez que o Plano ainda conservou o ramo de ensino secundário, propedêutico à universidade, o que não aconteceu nas medidas propostas pela lei 5.692 para o ensino de 2º grau), os objetivos que o Plano se propôs atingir, bem como as medidas adotadas para este fim, têm a mesma origem que aquelas propostas pela lei 5.692 para o ensino de 2º grau - o preparo da força de trabalho necessário ao desenvolvimento econômico. Isto se deu porque as medidas propostas pelos técnicos da UNESCO em grande parte adotadas pelo Plano -, como bem colocaram estes técnicos, eram "quoòz Inzvltä-vzlò, no âmBZto zztaduaã, ózndo j'E adotadou, - ou m v-íMA dz iz-lo - no âmbito {dzAoZ".^^

39

Segundo CUNHA, a extensão da escassez de técnicos era, na época da promulgação da lei 5.692, desconhecida. Para ele, "os indicadores disponíveis não mostram que essas disponibilidades sejam fartas". In: Política Educacional no Brasil; a profissionalização no ensino médio. Rio de Janeiro, Eldorado, 1977. p. 152.

40

SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. Plano Estadual de Educação. Florianópolis. Secretaria da Educação, s.d., p. 109.

41

UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Faculdade de Educação. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. CEOSE - Santa Catarina; Ensino médio, documento nº 6. Florianópolis, UDESC, 1967. p. 5.

Dentro da opção pela industrialização, as propostas para a educação, tanto para o ensino de 1'º como de 2'º graus , eram decorrentes das diretrizes traçadas para o desenvolvimento econômico. Para isto se fez necessário o planejamento da educação como parte integrante do planejamento econômico.

CAPÍTULO VIII

Planejamento da Educação

Da fixação de objetivos ao controle das ações previstas

Em Santa Catarina, junto à preocupação com o planejamento da Educação, surge o cuidado de melhorar o sistema de controle das ações empreendidas na área educacional. O planejamento,

... t̄icnicui dz aonüwtz daz açõ&ó, dzvz oqa entendido como pAoceAio òLstmãtlco e contZnuo. Aò-òlm, ē nece&sÓÁÁo penòoA. que, aZm̄ de elcxbonaA um plano, convém tnátctucionatc&aa o pnoceòò de pia nejoA[...].]

... eòte pAoceòò não ÂmpLica òomente em elabo_ fioA planoò, mcU) tmptica, neceòòcuUmente, na ação de oAçan. e contnjolxxA." 1

Em suma, o planejamento, visto como uma atividade racional, "uma oéAÍe de medlão oAgáylzadão de f,orma a levoA a um objetivo ² previamente determinado", implica basicamente estabelecer-se um sistema de controle.

Dessa forma, além da necessidade de elaborar um Plano de Educação como forma de alocar racionalmente meios e objetivos, uma vez que o Plano disciplinaria

¹ SANTA CATARINA, Secretaria da Educação. Plano Estadual de Educação. Florianópolis. Secretaria da Educação, s.d., p. 3.

² MANNHEIM, Karl. O homem e a sociedade; estudos sobre a estrutura social moderna. Rio de Janeiro, Zahar, 1962. p. 63.

"... a aplicação z o u&o dz A^ZCUA^O& matzAloAj, z humanos di&oponlve^ii pana atIngl n os , objztivos zstabzizcldos nos pnazos dtznmlnados".³

foram previstas ações que conduziram à sistematização do planejamento educacional em Santa Catarina.

A primeira delas foi a criação, já em 02/07/69 (quando o Plano ainda não estava aprovado)^, de uma Comissão de Implantação do Plano.^ Esta comissão tinha, entre suas atribuições, programar as atividades necessárias à execução do Plano Estadual de Educação.^ Para tanto, instituiu Grupos de Trabalho (GT) com as seguintes tarefas:

- elaboração do currículo e programas de Ciclo Básico e de Ciclo Médio (GT-1 e GT-2);
- estruturação do Serviço de Informação Estatística e Cadastro (GT-3);
- estruturação do Serviço de Assistência Escolar (GT-4) ;
- fixação de critérios de execução da Reforma Administrativa da Secretaria da Educação (GT-5) ;

³ SANTOS, Silvio Coelho do's. Umesquana para a educação em Santa Catarina. Florianópolis, Edeme, 1970. p. 52.

^ O Plano Estadual de Educação foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação através da resolução 15/69, de 23 de dezembro de 1969, e pelo Governador do Estado pelo Decreto nº 8.828, de 31 de dezembro do mesmo ano.

^ Decreto N. SE 02.07.69/8.114

A Comissão ou Grupo de Implantação era constituída por:

- Jaldyr Bhering Faustino da Silva, Secretário da Educação e Cultura-Pre^sidente
- Lydio Martinho Callado - Representante da SEC
- Pedro Nicolau Prim - Representante do PLAMEG
- Hilton dos Prazeres - Representante do CEE
- Silvio Coelho dos Santos - Representante da UDESC.

^ SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. Diagnóstico e prognóstico da situação educacional. Florianópolis, Secretaria da Educação, 1971 p. 86.

- elaboração do anteprojeto do Estatuto do Magistério CGT-6); e
- levantamento dos projetos e programas a serem cumpridos no ano de 1970 (GT-7).

Os dois primeiros grupos de trabalho foram reformulados, tendo em vista, principalmente, programar e supervisionar a reciclagem dos professores, diretores, inspetores e outros profissionais dos estabelecimentos de ensino onde seria implantada a nova estrutura do ciclo básico (atual ensino de 1^o grau).

Para tanto, foram realizados vários cursos e encontros, que abrangiam orientações sobre currículo, avaliação, conteúdo e orientação didática das várias disciplinas que compõem o currículo do ensino de 1^o grau.[^]

Uma outra atribuição da Comissão de Implantação foi a de preparar a estrutura da Assessoria de Planejamento a ser implantada junto à Secretaria da Educação. A Comissão teve suas atividades encerradas a 30 de abril de 1970^g, sendo as

⁷ Sendo a nova estrutura do ensino de 19 grau prevista para ser implantada gradativamente a partir do ano de 1970, nos vários tipos de estabelecimentos escolares do Estado, os programas de reciclagem obedeceram à evolução da implantação do sistema. Assim, foram reciclados:

Em 1969: 467 Coordenadores Locais, Supervisores e Diretores; 1.500 professores de classe de 1ª série e 1.128 de classe de 5ª série do Ciclo Básico (atual Ensino de 19 Grau).

Em 1970: 114 Coordenadores Locais, 163 Orientadores Pedagógicos, Supervisores e Técnicos de Educação; 547 Diretores; 60 Professores de Educação Física e 15 do Ensino Especial; 3.699 Professores do Ciclo Básico e 45 do Ciclo Médio.

Em 1971: 480 Diretores e 1.575 Professores do Ciclo Básico.

Cf. SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. Diagnóstico e prognóstico da situação educacional. Florianópolis, Secretaria da Educação, 1971. p. 118.

[^] Ibid., p. 87.

tarefas dos grupos de trabalho por ela constituídos absorvidas pelos respectivos departamentos e divisões da Secretaria da Educação, já então reestruturada pelo Decreto 8.840 "A" de 31.12.69 que fixou a nova estrutura desta Secretaria, criando também a Assessoria de Planejamento.

Como primeiro passo de atuação da Assessoria de Planejamento, foi constituído o Grupo de Planejamento (Portaria N. 1.016, de 14 de maio de 1970, do Secretário da Educação). Este grupo foi criado para o cumprimento do convênio celebrado entre a Secretaria da Educação, o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina e a Diretoria de Ensino Secundário do Ministério de Educação e Cultura, tendo em vista os Acordos entre o Ministério e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (AID).

O primeiro destes convênios feitos pelo Ministério da Educação através da Diretoria de Ensino Secundário fora firmado já no ano de 1965, e tinha por finalidade assistir os Conselhos e Secretarias de Educação no "plano de execução do plano de trabalho".

Este primeiro convênio entre o MEC e a USAID para o ensino secundário, cuja vigência foi até 1968, viu-se substituído por outro, com vigência até 1971, que tinha por finalidade ajudar os Estados no levantamento de dados sócio-econômicos pertinentes à educação elementar e média. ¹⁰

⁹ ALVES, Mareio Moreira. Beaba dos MEC-USAID. Rio de Janeiro, Edições Ge_r naca, 1968. p. 60.

¹⁰ Ibid., p. 68.

O Grupo de Planejamento de Santa Catarina, já citado, criado em maio de 1970, recebe, então orientação técnica de Hilton José Salles da Fonseca, representante do MEC em Santa Catarina para fins do convênio¹¹, e elabora o "ViagnôotLco e Prog nôotlço da Situação Educactonat", publicado em 1971. Este trabalho tinha, segundo sua apresentação, o objetivo de

"... ZevantoA eÃ,mtntoò poAa uma avoLiação do S-ú tma Educacional d& Santa Catarina a pantlr d& 1960, notadamcnte rc^eA&nte ao Plano Eotadual de Educação, m Implantação dei de 1969".¹²

O Grupo de Planejamento é transformado, em 1972¹³, na Assessoria de Planejamento, integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Educação.

A Assessoria de Planejamento, no entanto, já estava criada oficialmente desde 31/12/69, pelo Decreto N. SE 8.840 "A". No artigo 21, parágrafo segundo, estão descritas as tarefas da Assessoria de Planejamento, quais sejam:

- "a) Aòe&òonoJL oò òrgãoò dz zxzcução z dz dtrzcão da SEC, noò atlvldadzò tzcnlco-pzdagôglcoò z administrativa!) com vlstaò ao Implzmznto z con trolz doò Planos dz Educação:
- b) Examinar rzlatôrlòò dos Órgãos czntrallzadoi z dzòczntAoZlzadoò no zztldo dz conhczA. z acompanhar, a marcha da zxzcução dp planzjamzn

11 SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. Diagnóstico e prognóstico da situação educacional. Florianópolis, Secretaria da Educação, 1971. p. 7.

12 Ibid., p. 7.

13 SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. Salário educação, quota federal, plano de aplicação. Florianópolis, Secretaria da Educação, s.d., p. 11.

to da educação z òe neasòÕÃÃ.o pAopoA. aZtena-
çõtò:

- c) *RevtòcUL anuaZmente o PZano Estadual dz Educa-
ção, MzfoAmuíando~o com base nos Azsultados
obtidos no ano antenlofi e de acordo com as ne-
cessidades que a neaZldade educacionaZ daZenml
noA goÁantlndo a cooH.denação das atividades
desenvolvidas nos dlvensos setoAes".* 14

Como se vê, as tarefas previstas para a Assessoria de Planejamento^^, quando de sua criação, são basicamente as de implementação e controle, servindo ao propósito de melhorar o sistema de controle das ações planejadas.

Para CARVALHO*^^, a criação de sistemas de controle, principalmente nas burocracias públicas, acompanhou, na década de 60, no Brasil, uma massiva produção de planos, e foi a forma de garantir a eficiência e a eficácia do processo de planejamento. *Este "contAoLcsmo", como chama o autor, servia, também, como "foAma de escapismo", pois os planos e projetos não apresenta-
vam legitimidade política. Para os técnicos que compunham a bu-
rocracia pública, "as questões poJ^lticas que mancam as condições de
exÃXo e os limLÁ.2J) do planejamento, em situações kistÕAlcas concAeXas".* 17, eram vistas como questões técnicas, como, por exemplo, a falta de capacidade para gerenciar a execução de planos e a falta de

14 Publicado no Diário Oficial nº 8.835 de 4 de fevereiro de 1970.

15 A Assessoria de Planejamento foi posteriormente transformada em Unidade de Planejamento pelo Decreto N. 5.039, de 7 de junho de 1978, que aprovou novo regimento da Secretaria da Educação.

16 CARVALHO, Horácio Martins. Planejamento: realidade ou utopia. O Estado. Florianópolis, 14 out., 1974. p. 14.

17 CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos políticos do planejamento. In LA-FERjBetty Mindlin. Planejamento no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1973. p. 184.

pe^{so}al capacitado para gerir processos decisórios complexos, entre outros. E, por isso, entendiam que era indispensável, além de institucionalizar a prática do planejamento, melhorar as condições de implementação dos planos.

Em Santa Catarina, à época da elaboração do Plano Estadual de Educação 1969/1980, colocava-se que a necessidade do planejamento educacional estava condicionada à reforma administrativa das instituições ligadas à execução dos Planos.

Sob a argumentação, pois, da necessidade de racionalizar as tarefas da educação, uma vez que se verificava no Estado, segundo os "princípios" da UNESCO, um "baixo rendimento da máquina

educacional", foi elaborada a reforma administrativa da Secretaria da Educação, colocada como "condição fundamental de uma política educacional eficaz". Pelo Decreto N. SE 31.12.69/8.840 "A", fixa-se a nova estrutura da Secretaria de Educação e cria-se a Assessoria de Planejamento. Este decreto foi expedido na mesma data do Decreto N.º 8.828, que aprovou o Plano Estadual de Educação. Isto se deu porque, quando da constituição da Comissão Superior de Estudos para a elaboração do Plano, em articulação com esta foi criado o Grupo de Trabalho do Plano e também o Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa da Secretaria da Educação.

Como resultado, elaborou-se paralelamente o Plano Estadual de Educação 1969/1980 e a Reforma Administrativa da Se

18 SANTOS, Silvio Coelho dos. Op. cit., p. 18.

19 UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Faculdade de Educação. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. CEOSE - Santa Catarina. Princípios da reforma administrativa, documento n.º 2. Florianópolis, UDESC, 1967. p. 1.

20 *Ibid.*, p. 6.

cretaria da Educação, prevendo-se a criação de um órgão de planejamento educacional (a Assessoria de Planejamento) e uma nova estrutura para a Secretaria da Educação, que cuidou de distinguir as áreas de atuação de cada setor. Assim é que a Secretaria se constituiu, a partir daquele momento, em: órgão de Direção, Órgão de Execução, órgãos de Assessoramento, órgão Central de Coordenação (art. 2º do Decreto 8.840 "A").

O órgão Central de Coordenação, sob a presidência do Secretário da Educação, era integrado pelos titulares dos Departamentos, das Assessorias e das Coordenadorias Regionais, e tinha entre suas atribuições "ZZIOL pela execução do plano educacional" (art. 22, parágrafo segundo, alínea c do Decreto 8.840 "A").

Pode-se dizer, então, que a reforma administrativa da Secretaria da Educação visou propiciar condições para a execução da política traçada no Plano Estadual de Educação 1969/1980. Estas condições se constituíram, basicamente, na criação, dentro da própria Secretaria, deste Órgão Central de Coordenação²¹ e na Assessoria de Planejamento, que institucionalizou o planejamento educacional no Estado.

Cabe ressaltar, ainda, que a reforma administrativa da Secretaria (1969) decorreu em grande parte da assessoria dada pelo programa CEOSE (MEC-UNESCO) ainda em 1967, pois este mesmo programa orientou no sentido de que, juntamente com os planos de educação, também se organizasse o projeto de reforma administrativa das secretarias de educação.²² Basta lembrar o

21 Este Órgão Central de Coordenação não mais aparece no Regimento da Secretaria de Educação fixado pelo Decreto 5.039 de 1978.

22. VELOSO, Osvaldo. Teoria e prática do planejamento educacional. Porto Alegre, Globo, 1969. p. 49.

que já colocamos anteriormente: a ajuda de peritos estrangeiros à educação se deu num contexto em que se entendia que os problemas educacionais eram principalmente decorrentes da incapacidade dos administradores da educação. Era preciso garantir que os objetivos propostos nos planos confeccionados dali em diante fossem atingidos. A ajuda internacional à educação brasileira e a catarinense tinha de exigir, é evidente, tanto a elaboração de planos como o compromisso de manter uma estrutura organizacional mínima, bem como a organização de um sistema de assistência técnica. Não satisfeitas estas condições, os Estados não poderiam participar dos convênios feitos principalmente entre o MEC e a USAID^{2, 3}, e dos decorrentes benefícios financeiros.

Assim, Santa Catarina, no ano de 1972, firmou com a União um convênio para aplicação dos recursos do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino - PREMEN -, criado para o cumprimento do Acordo 512-L-81, firmado entre o Brasil e os Estados Unidos em 1971 para melhorar a administração e aumentar a eficiência do ensino fundamental e do ensino médio.²⁴

Para este convênio, o Estado de Santa Catarina elabora o Plano Setorial de Educação 1973/1976, e se compromete em "manter a m tempo a execução de planejamento ligado à Secretaria de Educação, e o responsável pelo controle e acompanhamento do Plano Setorial elaborado", sendo este Plano financiado pela USAID.²⁵

²³ Item III - Compromissos dos Estados participantes, do "AID Empréstimo 512-L-G81", feito entre o Brasil e os Estados Unidos. Cf. Arquivos da Subunidade de Acompanhamento de Programas e Projetos da Secretaria da Educação.

²⁴ Termo do convênio firmado em 29 de novembro de 1972, celebrado entre a União Federal e o Governo da Estado de Santa Catarina. Cf. Arquivos da Subunidade de Acompanhamento de Programas e Projetos da Secretaria da Educação.

²⁵ Ibid., Obrigações de Santa Catarina.

Portanto, ao Plano Estadual de Educação 1969/1980, que vem sendo analisado, o qual definiu uma política educacional a longo prazo, se seguiu a elaboração de um outro Plano (Plano Setorial de Educação), agora como um elenco de projetos destinados a obter financiamento, cujo financiador (os Estados Unidos da América) exigia a sistematização do planejamento educacional.

Tanto a assistência técnica dada pelo MEC/UNESCO no Estado de Santa Catarina em 1966/1967, para a confecção do Plano Estadual de Educação 1969/1980, como o financiamento dado pelo governo norte-americano para a execução do Plano Setorial de Educação 1973/1976 induziram à sistematização do planejamento da educação em Santa Catarina, com vistas a estabelecer um sistema de controle para que os objetivos traçados fossem atingidos.

Além de ser exigência do Conselho Federal de Educação e posteriormente da Secretaria Geral do Ministério da Educação²⁶, a elaboração de Planos de Educação²⁷, juntamente com a institucionalização do planejamento educacional, no caso de Santa Catarina, propiciou que as orientações políticas sobre educação emanadas do poder político estadual pudessem ser seguidas com mais eficiência pelo órgão da administração da educação no Estado.

²⁶ A partir de 1962, os estados passaram a ter de elaborar planos de aplicação dos recursos públicos destinados à educação. Cf. HORTA, José Silvério Baia. Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil. São Paulo, Cortez Editora, 1982. p. 195.

²⁷ Cabe ressaltar ainda a influência na confecção de Planos de Educação dos Encontros Regionais de Planejamento da Educação - ERPLED. O primeiro foi realizado em Porto Alegre em julho de 1968, e o segundo em Florianópolis, em junho de 1969, ambos promovidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Sul.

CONCLUSÕES

Este estudo permitiu chegar a conclusões sobre:

- a importância do planejamento para o Estado brasileiro na década de 60;

- o papel atribuído ao planejamento, e, em especial, ao planejamento educacional em Santa Catarina pelo aparelho de Estado;

- a articulação existente entre a sistematização do planejamento educacional e a sistematização do planejamento global em Santa Catarina;

- a contribuição dos objetivos traçados nos Planos de Metas e no Plano Estadual de Educação para reorganizar e para manter a estrutura de poder então vigente em Santa Catarina;

- a vinculação dos objetivos presentes no Plano Estadual de Educação 1969/1980 com as orientações políticas sobre Educação emanadas do poder político estadual naquele período (década de 60).

Como primeira conclusão, verificou-se que, no Brasil, em resposta às novas funções políticas e econômicas assumidas pelo Estado, notadamente após 1964 amplia-se o planejamento governamental. Como consequência, a burocracia pública se agiganta, dando respaldo técnico ao Estado, que cresce em importância na determinação dos rumos da economia e das demais esferas sociais. O poder Executivo, principalmente, incorpora estatísticos, economistas nos órgãos de planejamento para formular, executar e controlar as políticas governamentais, induzindo à hipertrofia crescente deste poder, em detrimento dos demais

poderes, principalmente do Legislativo. Isto porque o planejamento implica o crescimento em importância do Poder Executivo e, no caso brasileiro, decorreu disso a ampliação de sua estrutura administrativa.

Concluiu-se, também, que o planejamento em geral e o planejamento educacional em especial eram vistos em Santa Catarina, pelo aparelho de Estado, como instrumentos úteis para a definição racional das políticas governamentais, pois somente através de planos se poderia disciplinar "a aplicação e o modo de n. (ic. ivii, oô mato AãxÚÁ e humanoô diôponZveÁJ, pana OAJMQAJI OI> objztivoô oj>tabz fecxdo4 nos pnazoi, ddttojimlnadoô".² Por isso, junto com os objetivos traçados, foram também tomadas medidas que visavam racionalizar o processo administrativo como forma de garantir que as decisões tomadas fossem executadas, ou seja, medidas que melhorassem o processo de controle sobre as ações previstas.

Daí é que, quando se institucionaliza o processo de planejamento governamental em Santa Catarina, com o I Plano de Metas do Governo (1961 - 1965), cria-se um órgão específico para coordenar e executar os Planos: o Gabinete de Planejamento, junto ao Governo Estadual (1961).

Posteriormente, atendendo à preocupação de melhorar o sistema de controle das ações educativas, cria-se, na estrutura organizacional da Secretaria da Educação, uma Assessoria de Planejamento (1969) para, principalmente, implementar e controlar a execução dos Planos de Educação.

¹ LANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil 1930-1970. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. p. 311.

A criação da Assessoria de Planejamento, respondeu , portanto, à necessidade de montar um suporte burocrático útil à racionalização das atividades do setor educacional em Santa Catarina.

Concluiu-se, ainda, que, em resposta à sistematização do planejamento global no governo do Estado de Santa Catarina, o que se deu com a elaboração do I Plano de Metas (1961-1965) e do II Plano de Metas (1966-1970) , sistematiza-se também o planejamento educacional, sendo o Plano Estadual de Educação 1969/1980 o marco inicial desta sistematização.

Aqui se faz necessário voltar ao enfoque teórico, em especial às colocações de MANNHEIM, que considera o planejamento como a possibilidade de coordenação das várias esferas sociais, considerando também a necessária interdependência destas várias esferas da vida social (enquanto técnicas sociais). Esta abordagem nos oferece pistas para entender por que, em Santa Catarina, ao planejamento global feito pelo governo estadual seguiu-se o planejamento educacional. Os Planos de Metas elaborados tanto para o Governo Celso Ramos (1961-1965) como para o Governo Ivo Silveira (1966-1970), que traçaram políticas governamentais globais, representaram uma tentativa de coordenação das várias esferas sociais. Por isso, repercutiram em todos os setores (entre os quais a educação), dependendo inclusive dos vários setores sociais, não só para brotar enquanto propostas, como também para garantir que as metas traçadas fossem alcançadas. O planejamento educacional, objeto deste estudo, foi, portanto, decorrente do planejamento global, ajudando a garantir não só a elaboração, mas também a execução dos planos elaborados pelo poder político estadual.

Chegou-se também à conclusão de que tanto os Planos de Metas como o Plano Estadual de Educação 1969/1980, ao estabelecer objetivos a serem alcançados e ao definir meios através dos quais estes deveriam ser obtidos, limitaram as opções e comportamentos de diversos grupos sociais que compunham a sociedade catarinense naquele momento histórico.

Isto se deu porque o planejamento é uma "*oma klõtõnl-³ca de contnoze iócmli*" (métodos ou procedimentos de influenciar o comportamento humano), sendo útil, antes de tudo, à reorganização do sistema de poder em benefício de uns grupos sobre outros.

Os estudos feitos para a elaboração deste trabalho nos levaram a concluir ainda que os objetivos do Plano Estadual de Educação 1969/1980 surgiram da preocupação básica de vincular a educação com a economia. Dentro desta visão, denominada economicista, as formulações presentes no Plano Estadual de Educação vinculam sempre a educação ao desenvolvimento econômico pensado para Santa Catarina, atribuindo-lhe, além da tarefa de formar adequadamente a força de trabalho, tarefas como a criação de novos hábitos de consumo, o estabelecimento de novos padrões de mobilidade social, e ainda a divulgação de "*valores*" próprios da sociedade urbano-industrial. Isto porque o projeto de desenvolvimento econômico elaborado pelo aparelho de Estado tinha a industrialização como meta principal.

E é dentro do projeto de avanço da industrialização que os objetivos do Plano Estadual de Educação 1969/1980 afloram, sendo a educação sempre vista como útil às transformações

³ PEREIRA, Luiz. Ensaio de sociologia do desenvolvimento. São Paulo, Pioneira; MEC, 1975. Rio de Janeiro, 1962. p. 15.

econômicas e sociais pretendidas pelo poder político: para a elaboração de um Plano "os objetivos fixados obedecem as diretrizes fixadas pelo poder político".⁴ Então, pode-se entender por que o processo de planejamento "começa e termina no âmbito das ações e estruturas de poder", e por que os componentes da Comissão Superior de Estudos e do Grupo de Trabalho constituídos para a elaboração do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina ocupavam, na sua quase totalidade, funções importantes em órgãos da administração pública naquele período governamental (1966/1970).

A reconstituição da história do Plano Estadual de Educação 1969/1980 foi feita, portanto, com o intuito de desvendar o processo de definição de uma política educacional em Santa Catarina, tentando estabelecer as etapas principais desta definição. O esclarecimento das etapas de confecção do Plano se mostrou importante, em nosso modo de entender, porque este foi o primeiro na área educacional no Estado, implantando a planificação da educação como instrumento de definição das políticas do setor educacional.

⁴ MELO, Osvaldo F. de. Teoria e prática do planejamento educacional. Porto Alegre, Globo, 1962. p. 55.

[^] LAMI, Octavio. Op. cit., p. 310.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABREU, Alcides. O Estado e o processo de desenvolvimento. Florianópolis, Edição do Autor, 1964. 155p.
- _____. Universidade e desenvolvimento. Florianópolis, Edição do Autor, 1965. 163p.
- ACTA. São Paulo, Conselho Estadual de Educação, ^ (4) 1966.
- ALVES, Márcio Moreira. Beaba dos MEC/USAID. Rio de Janeiro, Edições Gernaca, 1968. 98p.
- ARAPIRACA, José Oliveira. A USAID e a educação brasileira. São Paulo, Cortez Editora, 1982. 190p.
- BISSERET, NOelle. A ideologia das aptidões naturais. In: DURAND, José Carlos Garcia org. Educação e hegemonia de classes. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. p. 29-67.
- BLUMER, Herbert. A idéia de desenvolvimento. In: DURAND, J. C. & MACHADO, L. P. org. Sociologia do desenvolvimento II. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. p. 36-53.
- BRANDAO, Zaia. Planejamento educacional; questionamento de alguns de seus pressupostos. Revista de Cultura Vozes, ^ (2) : 103-12 , 1974.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Assistência técnica ao Estado no campo da educação; colóquios estaduais sobre a organização dos sistemas de educação. Brasília, MEC, 1967. n.p.
- _____. Reforma universitária. Brasília, MEC, 1972. 119 p.
- CACIATORE, Zilali Ryff Moreira. Educação de adultos. Porto Alegre, SUDESUL, 1968. 8p.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos políticos do planejamento. In: LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1979. p.161-84.
- _____. Autoritarismo e democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. 240p.

CARVALHO, Horácio Martins. Planejamento; realidade ou utopia. O Estado, Florianópolis, 14 out., 1974. p.14.

CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA. Análise da estrutura econômica de Santa Catarina; as transformações estruturais e o desempenho da economia a partir de 1960. Florianópolis, CEAG, 1980. v.2. 145p.

_____. Evolução histórico-econômica de Santa Catarina; estudo das alterações estruturais século XVIII - 1960. Florianópolis, CEAG, 1980. 214p.

CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICOS E ADMINISTRATIVOS CATARINENSE. Por um governo popular para Santa Catarina; uma proposta de trabalho para as eleições de 1982. Florianópolis, CEPAC, 1981.68p.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia; o discurso competente e outras falas. São Paulo, Moderna, 1981. 219p.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. Federação das Indústrias de Santa Catarina. Seminário Sócio-Econômico; documento básico. Florianópolis, 1960. 32p.

CONN, Amélia. Crise regional e planejamento. 2ed. São Paulo, Perspectiva, 1976. 165p.

CONTEODO de um Plano de Educação, sl. sd. 11.p. mimeógraf.

CUNHA, Luiz Antonio. Educação e desenvolvimento social do Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979. 293p.

_____. Política educacional no Brasil; a profissionalização no ensino médio. Rio de Janeiro. Eldorado, 1977. 197p.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ideologia e educação brasileira. São Paulo, Cortez ^ Moraes, 1978, 201p.

DALAND, Robert T. Estratégia e estilo do planejamento brasileiro. Rio de Janeiro, Lidador, 1967. 215p.

DREIFUSS, Renê Armand. 1964 - A conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes, 1981. 814p.

DUTRA, Alzira Hessmann, et alii. O avanço progressivo; uma proposta pedagógica de avaliação do rendimento escolar distinta da reorganização do Ensino em Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1983. 110p.

- DUVERGER, Maurice. As modernas tecnocracias; poder econômico e poder político. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. 245p.
- ECHEVARRIA, José. et alii. Desenvolvimento, trabalho e educação. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. 254p.
- FERNANDES, Florestan. Elementos de sociologia teórica. São Paulo, Ed. Nacional; USP, 1970. 297p.
- FIORI, Neide Almeida. Aspectos da evolução do ensino público; ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Florianópolis, Edeme, 1975. 219p.
- _____, coord. Acesso ao ensino superior - articulação entre o ensino de 2º grau e o superior. Florianópolis, UFSC, 1980. v. 1. 193p.
- FORACHI, Marialice M. Sociologia do conhecimento e planejamento. In: FORACHI, Marialice org, Mannheim. São Paulo, Ática, 1982. p.9-48.
- FREITAG, Bárbara. Escola, estado, sociedade. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979. 142p.
- FUNDAÇÃO GETOLIO VARGAS. Planejamento da educação; um levantamento mundial de problemas e perspectivas. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1981. 244p.
- GARCIA, Pedro Benjamin. Educação: modernização ou dependência. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977. 132p.
- GERMANI, Gino. Política e sociedade numa época de transição. São Paulo, Mestre Jou, 1973. 309p.
- GOLDMANN, Lucien. Ciências humanas e filosofia; que é sociologia. São Paulo, Difel, 1974. 118p.
- _____. Crítica e dogmatismo na cultura moderna. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1973. 141p.
- HORTA, José Silvério Bahia. Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil. São Paulo, Cortez Editora, 1982. 226p.

LANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil 1930-1970. 3 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 316p.

O colapso, do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975 .. 223p.

IVO recebe pesquisa e diz que o governo só quer a verdade. O Estado, Florianópolis, 16 abr., 1967. p.8.

JAGUARIBE, Hélio. Sociedade, mudança e política. São Paulo, Perspectiva, 1975. 227p. (Coleção Estudos).

KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 187p.

LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1973. 187p. (Coleção Debates).

LAFER, Celso. O sistema político brasileiro. 2 ed. São Paulo, Perspectiva, 1978. 134p. (Coleção Debates).

LAGO, Paulo Fernando. Santa Catarina; dimensões e perspectivas. Porto Alegre, EMMA, 1978. 349p.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. Poder político e mudança social. Florianópolis, UFSC, 1977. Tese de Mestrado. 145p.

LIMOEIRO, Miriam Fernando. Ideologia e desenvolvimento ; Brasil. JK-JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. 371p.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. Desenvolvimento e mudança social. São Paulo, Ed. Nacional, 1976. 215p.

MACHADO, Lia Pinheiro. Alcance e limite das teorias da modernização. In: DURAND, José Carlos G. & MACHADO, Lia Pinheiro org. Sociologia do desenvolvimento II. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. p.183-206.

MACHADO, Lucilia R. de Souza. Educação e divisão social do trabalho. São Paulo, Cortez Editora, 1982. 154p.

MANNHEIM, Karl. Diagnóstico do nosso tempo. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. 208p.

MANNHEIM, Karl. O homem e a sociedade; estudo sobre a estrutura social moderna. Rio de Janeiro, Zahar, 1962. 388p.

_____. Ideologia e utopia. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. 330p.

_____. Liberdade, poder e planificação democrática. São Paulo, Mestre Jou, 1972. 414p.

MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial. 5 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. 238p.

MATTOS, Maria da Glória. Investimentos prejudiciais à educação. s.l. s.d. 14p.

MELO, Osvaldo Ferreira de. Diretrizes para a educação em Santa Catarina. Florianópolis, Edição do Autor, 1967. 15p.

_____. Proposição de uma estrutura escolar; colaboração à Comissão Superior de Estudos encarregada de elaborar o Plano Estadual de Educação. In: Teoria e prática do planejamento educacional. Porto Alegre, Globo, 1969. p.73-92.

_____. Teoria e prática do planejamento educacional. Porto Alegre, Globo, 1969. 116p.

_____. § MAES, Ivo. A escolarização de nível primário em Santa Catarina. Florianópolis, Gabinete do PLAMEG, 1963. 23p.

MENEZES, Tito Livio de Bem. Plano Estadual de Educação e a escola particular. Florianópolis, 1968, 12p.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. O colapso de uma aliança de classe. São Paulo, Brasiliense, 1978. 211p.

PEREIRA, Luiz. Ensaio de sociologia do desenvolvimento. São Paulo, Pioneira; MEC, 1975. 158p.

_____. org. Desenvolvimento, trabalho e educação. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. 254p.

PIRES, Aníbal Nunes. Plano Estadual de Educação. Florianópolis, s.d. 22p.

PLANO de metas do Governo Celso Ramos. Florianópolis, s.d. n.p.

O PSD volta ao poder com Celso Ramos. O Estado. Florianópolis, 7 maio 1978. p. 5.

RAMOS, Celso. Discurso proferido em Blumenau em 1962.

_____. Discurso proferido no dia do funcionário público. Florianópolis, 1961.

_____. Discurso proferido em Itajaí em 1964.

_____ Discurso proferido em São Paulo no Instituto Nacional de Estudos Superiores e Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Paraguai em maio de 1962.

_____. Discurso proferido na sessão de instalação da II Convenção Estadual de Câmaras Júniores. Florianópolis, 1963.

_____. Discurso proferido na transmissão do cargo a Ivo Silveira. Florianópolis, 31 de janeiro de 1966.

_____. Ofício enviado ao Almirante Ernani do Amaral Peixoto - Ministro Extraordinário, 24 de abril de 1963.

RELATÓRIO do Grupo de Trabalho da reforma de 1º e 2º graus. In: VASCONCELOS, P. Legislação Fundamental; ensino de 1º e 2º graus. São Paulo, Lisa, 1972. p.12-54.

RODRIGUES, Neidson. Estado, educação e desenvolvimento econômico. São Paulo, Cortez, 1982. 158p.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da educação no Brasil 1930-1973. Petrópolis, Vozes, 1980. 267p.

ROSSI, Wagner. O capitalismo e educação; contribuição ao estudo crítico da educação capitalista. São Paulo, Cortez ^ Moraes, 1978.168p.

SÃ, Celso Pereira de. Psicologia do controle social. Rio de Janeiro, Adriame, 1979. 168p.

SALM, Cláudio L. Escola e trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1980. 112p.

SANTA CATARINA. Governador Celso Ramos: 1961/1966. Mensagem Anual apresentada a Assembléia Legislativa, 5^ª, em 15 de março de 1965, pelo Governador Celso Ramos. Florianópolis, 1965. 178p.

SANTA CATARINA. Governador Ivo Silveira 1966/1970. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, 1ª, em 15 de março de 1966, pelo Governador Ivo Silveira. Florianópolis, 1966. 371p.

_____. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, 2ª, em 15 de março de 1967, pelo Governador Ivo Silveira. Florianópolis, 1967. 372p.

_____. Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado, 3ª, em 1º de março de 1968, pelo Governador Ivo Silveira, Florianópolis, 1968. 349p.

_____. Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado, 4ª, em 15 de março de 1969, pelo Governador Ivo Silveira, Florianópolis, 1969. 293p.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, 5ª, em 10 de abril de 1970, pelo Governador Ivo Silveira, Florianópolis, 1970. 391p.

_____. Salário educação quota federal, plano de aplicação. Florianópolis, Secretaria da Educação, s.d.

SANTA CATARINA. Secretaria do Desenvolvimento Econômico. Sistêmica do planejamento no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1961. 23p.

SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. Diagnóstico e prognóstico da situação educacional. Florianópolis, Secretaria da Educação, 1971. 296p.

_____. Plano Estadual de Educação. Florianópolis, Secretaria da Educação, s.d. 24p.

_____. Plano Estadual de Educação 1980/1983. Florianópolis, Secretaria da Educação, 1980.

_____. Plano Setorial de Educação 1973/1976. Florianópolis, Secretaria da Educação, 1973. 321p.

■ _____. II Plano Setorial de Educação 1977/1980. Florianópolis. Secretaria da Educação, 1977. 155p.

SANTA CATARINA. Súmula de um programa de governo; documento oferecido aos estagiários da Escola Superior de Guerra. Florianópolis, 1969. 32p.

SANTOS, Silvío Coelho dos. Educação e desenvolvimento em Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1968. 115p.

_____. Sobre as condições do processo educacional em Santa Catarina. Florianópolis, UDESC, 1967. 192p.

_____. Um esquema para a educação em Santa Catarina. Florianópolis, Edeme, 1970. 123p.

SCHMITZ, Sérgio. Planejamento governamental: uma avaliação empírica do Plano de Metas do Governo - PLAMEG 1961/1965. Florianópolis, UFSC, 1982. 186p. Tese de Mestrado.

SCHULTZ, Theodore W. O capital humano; investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. 250p.

_____. O valor econômico da educação. 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. 101p.

SENNA, Guiomar Osório ^ MEDEIROS, Nina Rosa de Lima. Relatório de pesquisa; o sistema de avanço progressivo e suas consequências no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1983. 121p.

SILVA, Etienne Luis. O desenvolvimento econômico periférico e a formação da renda urbana de Santa Catarina. Porto Alegre, UFRGS, 1978. 155p. Tese de Mestrado.

SILVEIRA, Ivo. Discurso de posse. Florianópolis, 31 de janeiro de 1966.

SOUZA, Maria Inês Salgado. Os empresários e a educação; o IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis, Vozes, 1981, 211p.

SROUR, Robert Herry. A política dos anos 70 no Brasil. São Paulo, Economica Editorial, 1982. 136p.

SZMERECSENYI, Marie Irene de Q. F. Determinações sociais do planejamento; estado, educação e legitimação do poder na obra de Karl Mannheim. Cad. Pesq., São Paulo, (40):12-22. fev. 1982.

THIOLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo, Póles, 1980. 270p.

TORINO, Malena Talayer. Educação e estrutura de produção. São Paulo, Cortez Editora; Autores Associados, 1982. 111p.

UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Faculdade de Educação. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. CEOSE - Santa Catarina; Assistência técnica aos sistemas educacionais dos Estados, documento n' 3. Florianópolis, UDESC, 1967. 2p.

_____. CEOSE - Santa Catarina; A divisão de formação e aperfeiçoamento do magistério primário, documento n' 5. Florianópolis, UDESC, 1967. 5p.

_____. CEOSE - Santa Catarina. Documento n' 1. Florianópolis, UDESC, 1967. 2p.

_____. CEOSE - Santa Catarina; Ensino médio, documento n' 6. Florianópolis, UDESC, 1967. 12p.

_____. CEOSE - Santa Catarina; Ensino primário, documento n' 3. Florianópolis, UDESC, 1967. 18p.

_____. CEOSE - Santa Catarina; Princípios da reforma administrativa, documento n' 2. Florianópolis, UDESC, 1967. 7p.

_____. CEOSE - Santa Catarina; Plano Estadual de Educação, documento n' 7. Florianópolis, UDESC, 1967. 8p.

_____. Colóquios Estaduais sobre a organização dos sistemas de ensino. Florianópolis, s.d. 3p.

_____. Evasão e repetência nas comunidades pesqueiras. Florianópolis, UDESC, 1968. 146p.

_____. Expansão da escolaridade primária até a 6^a série. Florianópolis, UDESC, 1967. 82p.

_____. Sobre as condições do processo educacional em Santa Catarina. Florianópolis, UDESC, 1967. 192p.

_____. Subsídios para o plano quinquenal de Educação 1966-1970. Florianópolis, UDESC, 1967. 33p.

VEIGA, Laura. Os projetos educativos como projetos de classe, Estado e Universidade no Brasil. Em Aberto. Brasília, MEC/INEP, 1 (10): 36, 1982.

A T A S

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Ata de instalação do Conselho Estadual de Educação do dia 28.05.62.

- _____ . Ata da 13 sessão plenária ordinária do dia 07.11.62
- _____ . Ata da 19 sessão plenária ordinária do dia 21.12.62
- _____ . Ata da 25 sessão plenária ordinária do dia 11.03.63
- _____ . Ata da 275 sessão plenária ordinária do dia 30.04.68
- _____ . Ata da 277 sessão plenária ordinária do dia 14.05.68
- _____ . Ata da 278 sessão plenária ordinária do dia 21.05.68
- _____ . Ata da 283 sessão plenária ordinária do dia 09.07.68
- _____ . Ata da 285 sessão plenária ordinária do dia 30.07.68
- _____ . Ata da 287 sessão plenária ordinária do dia 13.08.68
- _____ . Ata da 288 sessão plenária ordinária do dia 20.08.68
- _____ . Ata da 289 sessão plenária ordinária do dia 21.08.68
- _____ . Ata da 295 sessão plenária ordinária do dia 24.09.68
- _____ . Ata da 306 sessão plenária ordinária do dia 10.12.68
- _____ . Ata da 309 sessão plenária ordinária do dia 11.12.68
- _____ . Ata da 312 sessão plenária extraordinária do dia
28.02.69
- _____ . Ata da 313 sessão plenária extraordinária do dia
01.03.69
- _____ . Ata da 314 sessão plenária ordinária do dia 04.03.69
- _____ . Ata da 316 sessão plenária ordinária do dia 18.03.69
- _____ . Ata da 317 sessão plenária ordinária do dia 25.03.69
- _____ . Ata da 319 sessão plenária ordinária do dia 08.04.69
- _____ . Ata da 320 sessão plenária ordinária do dia 18.04.69

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Ata da 321 sessão plenária Ordinária do dia 29.04.69

- _____ • Ata da 322 sessão plenária ordinária do dia 06.05.69
- _____ • Ata da 323 sessão plenária ordinária do dia 13.05.69
- _____ • Ata da 324 sessão plenária ordinária do dia 20.05.69
- _____ • Ata da 325 sessão solene especial do dia 27.05.69
- _____ • Ata da 330 sessão plenária ordinária do dia 17.06.69
- _____ • Ata da 334 sessão plenária ordinária do dia 05.08.69
- _____ • Ata da 335 sessão plenária ordinária do dia 10.08.69
- _____ • Ata da 336 sessão plenária ordinária do dia 04.11.69
- _____ • Ata da 337 sessão plenária ordinária do dia 19.08.69
- _____ • Ata da 342 sessão plenária ordinária do dia 23.09.69
- _____ • Ata da 345 sessão plenária ordinária do dia 14.10.69
- _____ • Ata da 346 sessão plenária ordinária do dia 21.10.69
- _____ • Ata da 348 sessão plenária ordinária do dia 04.11.69
- _____ • Ata da 350 sessão plenária ordinária do dia 11.11.69
- _____ • Ata da 352 sessão plenária ordinária do dia 26.11.69
- _____ • Ata da 357 sessão plenária ordinária do dia 30.12.69

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Leis e Decretos etc. Decreto lei N. 200 de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa.

_____ . Lei N. 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional.

BRASIL. Leis e Decretos etc. Lei N. 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases do ensino de 1^o e 2^o graus.

SANTA CATARINA. Leis e Decretos etc. Decreto N. SE 1.672 de 03 de julho de 1962. Aprova o regimento interno do Conselho Estadual de Educação.

_____. Decreto N. 5.039 de 17 de junho de 1978. Aprova o regimento da Secretaria da Educação e Cultura.

_____. Decreto N. 7.023 de 25 de julho de 1968. Constitui Comissão de Estudos e os Grupos de Trabalho que especifica para elaboração de projeto do plano Estadual de Educação e da Reforma Administrativa da Secretaria de Educação e Cultura e da outras providências.

_____. Decreto N. SE 8.114 de 2 de julho de 1969. Institui a comissão de implantação do Plano Estadual de Educação.

_____. Decreto N. SE 8.840 "A" de 31 de dezembro de 1969. Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Secretaria da Educação e Cultura e da outras providências.

_____. Decreto N. SE 9.150 de 4 de junho de 1970. Regulamenta o decreto N. SE 31.12.69/8.840 "A" que dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria da Educação.

_____. Lei N. 2.772, de 21 de julho de 1961. Dispõe sobre o plano de metas do Governo Estadual no quinquênio 1961/1965, institui fundos, unifica tributos, autoriza a constituição de sociedades.

_____. Lei N. 3.791, de 30 de dezembro de 1965. Dispõe sobre o plano de metas do Governo no quinquênio 1966/1970, e da outras providências.

_____. Lei N. 4.394, de 20 de novembro de 1969. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina.